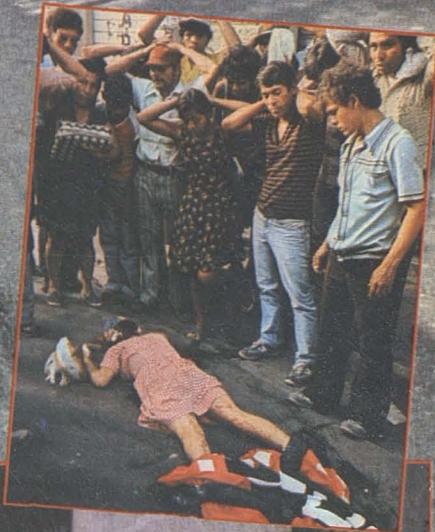


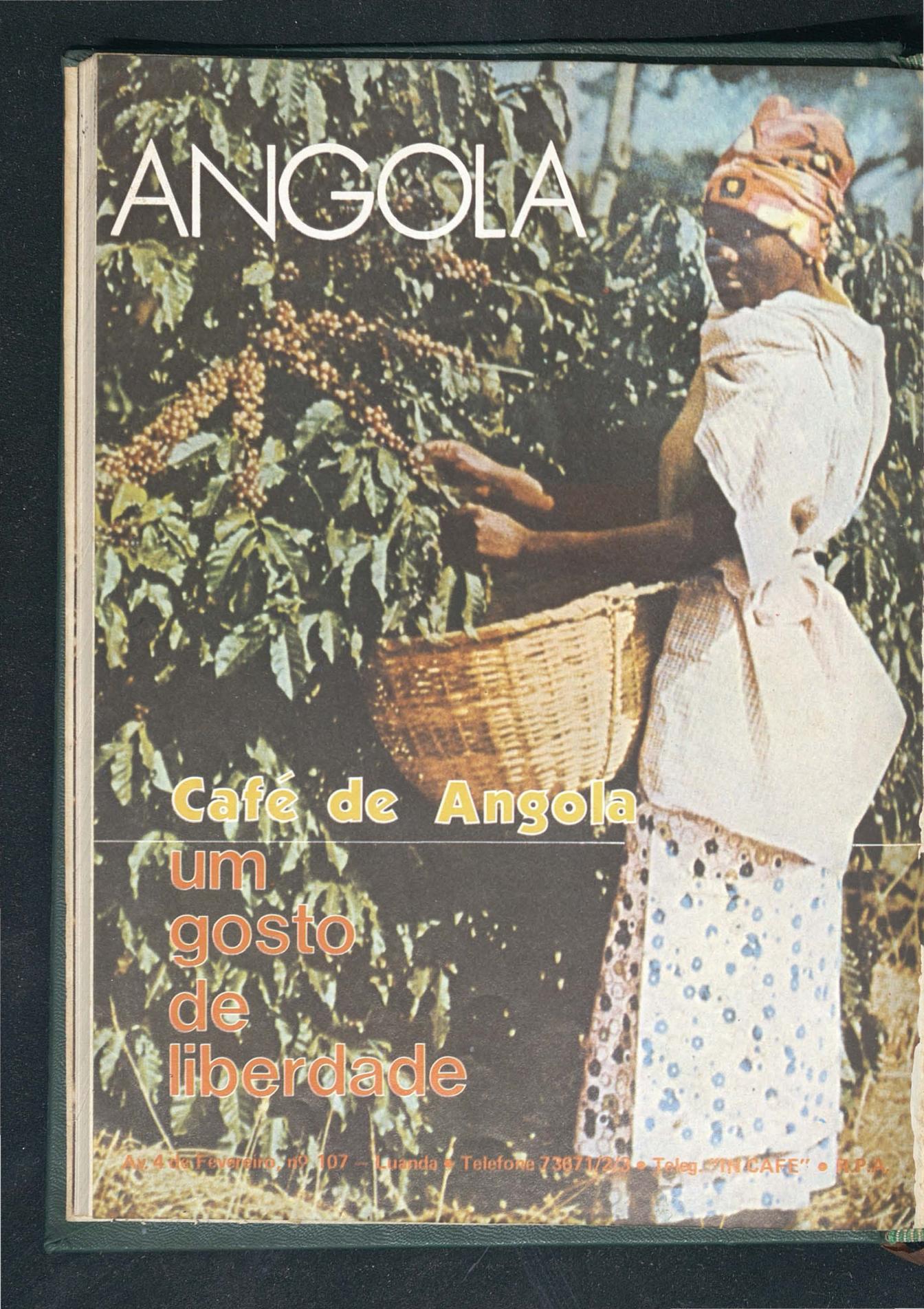
adernos do terceiro mundo

Singapura, colônia
transnacional

Edição 5, 1981 • Esc. 60\$00 • MT 60,00 • APC 60\$00 • CV 60,00 • C. \$ 100,00 • Ano IV • n.º 31

EL SALVADOR Os dias decisivos



A woman wearing a colorful headwrap and a white shawl is harvesting coffee beans from a tree in a plantation. She is holding a large woven basket. The background shows lush green coffee plants with ripe red cherries.

ANGOLA

Café de Angola
um
gosto
de
liberdade

Av. 4 de Fevereiro, nº 107 - Luanda • Telefone 73671/2/3 • Teleg. "INCAFE" • R.P.A.

es aos leitores aos leitores aos leitores aos leitores aos leitores

A hora e a vez de El Salvador

Desde a vitória da revolução sandinista na Nicarágua que os combates em El Salvador têm-se intensificado progressivamente. Mas, nos últimos tempos, um acontecimento fundamental marcou a luta pela libertação do país: a criação da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FFMLN), unindo todas as organizações empenhadas na deposição da Junta que «governa» a região mais conturbada da América Central no momento. Só esse facto já nos tinha motivado a preparação de uma matéria especial sobre a guerra civil instalada em El Salvador. Nò entanto, outros acontecimentos viriam reforçar ainda mais a necessidade de se aprofundar uma análise sobre o assunto: a audaciosa e arrojada ofensiva da (FFMLN) e o «retorno» da ajuda norte-americana à Junta salvadorenha.

Assim foi nascendo, aos poucos, a matéria de capa deste número, reunindo trabalhos de diversos colaboradores, com informações e entrevistas exclusivas, formando um todo esclarecedor dos decisivos dias por que passa o país. Neiva Moreira conta como foi o seu encontro, no mês de Dezembro passado, com Guilherme Manoel Ungo – dirigente do Movimento Nacional Revolucionário e, pouco tempo depois, presidente da Frente Democrática Revolucionária de El Salvador – numa reunião extraordinária da direcção da Conferência de Partidos Políticos da América Latina (COPPAL). Roberto Remo, editor de **cadernos** em espanhol, trouxe-nos informações bem detalhadas do bojo da luta – uma visão a partir das organizações revolucionárias. Nilton Santos, nosso colaborador, entrevistou com exclusividade, no início da actual ofensiva guerrilheira, Juan Ramón Nedrano, responsável político do Exército Revolucionário do Povo (ERP) e membro de Direcção Revolucionária Unificada. Em síntese: quase um terço desta edição é dedicado à luta de libertação em El Salvador.

A situação social, política e económica de Singapura, na Ásia, foi analisada por Pablo Piacentini, um dos nossos editores associados. Pablo, profundo conhecedor da política internacional, dá ênfase à actuação das transnacionais na economia de Singapura, demonstrando a dependência do país, o que leva, sem dúvida, a uma progressiva redução da qualidade de vida da população em benefício do capital internacional e da burguesia nacional ligada a ele.

Destaque ainda para o prosseguimento da matéria de capa do número anterior, com informações mais recentes sobre a explosiva questão da Namíbia, envolvendo a África do Sul e Angola.

Publicações destinadas à informação e análise das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, e a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

Publicação Mensal – n.º 31 – Fevereiro 1981

Editor Geral

Neiva Moreira

Editores Associados *Pablo Piacentini e Beatriz Bissio*

Conselho Editorial Internacional

Darci Ribeiro, Juan Somavía, Henry Pease Garcia,

Aquino de Bragança e Wilfred Burchett

— EDIÇÃO EM PORTUGUÊS PARA
O BRASIL

Editor e Director: *Neiva Moreira*
Director administrativo: *Altair Campos*
Secretário de redacção: *Nilton Caparelli*
Representante em Brasília: *Clóvis Sena*
Representante em S. Paulo: *Paulo Cannabrava Filho*

Arte: *David Gomes Araújo* (Editor) *Maria Nakano*

Publicidade: *Jesus Antunes*
Documentação e Arquivo: *Cláudia Guimarães Rodrigues*

Revisão: *José Carlos Gondim*
Propriedade: **Editora Terceiro Mundo, L.d.ª**
Rua da Lapa, 180, Sobrelaja A
Tel. 2421957 CEP 20021
Rio de Janeiro

— REPRESENTAÇÕES:

Angola: *Luis Henrique*
Caixa Postal 3593, Luanda

Moçambique: *Etevaldo Hipólito*
Rua Kongwa 153, Maputo

Composição e Montagem:
Renascença Gráfica S.A.R.L.

Impressão e Acabamento:
Gráfica Europam Lda

Tiragem desta edição: 38 500 exemplares

— EDIÇÕES EM ESPANHOL

Editor: *Roberto Remo*

MÉXICO, AMÉRICA CENTRAL,
AMÉRICA DO NORTE E CARIBE

Gerente Geral: *Gerónimo Cardoso*

Propriedade:
Periodista del Tercer Mundo A. C.
Calle San Lorenzo 153, 4.º piso
México Df.

BOLÍVIA, CHILE, COLÔMBIA,
EQUADOR, PERU E VENEZUELA

Propriedade: **DESCO**
Centro de Estudios e Promocion
del Desarrollo
Av. Salverry 1945, Lima

— EDIÇÃO EM INGLÊS
PARA OS USA, CANADA, EUROPA
E PAÍSES DE LÍNGUA INGLESA
DO TERCEIRO MUNDO

Editor: *Fernando Molina*

Editor Consultivo: *Cedric Belfrage*

Apartado Postal 20-572
México 20 DF

— EDIÇÃO EM PORTUGUÊS
PARA PORTUGAL, ANGOLA,
CABO VERDE, GUINÉ-BISSAU,
MOÇAMBIQUE E S. TOMÉ E
PRÍNCIPE.

Editor e Director: *Altair L. Campos*
Administração: *Ernesto Pádua*
Redacção: *Baptista da Silva*
Carlos Pinto Santos
João Escadinha

Documentação e Arquivo:
Cristina Assis

Revisão e Tradução: *Estevam Reis*

Colaboram neste número:

Alicia Hernández

Augustin Castagnio

Claribel Alegria

Filipe Gutierrez

J. Monserrat Filho

Macario Di Luca

Nilton Santos

Roberto Bardini

Rosemary Katamba

Valeria Yuzuk

Publicidade: *João Reis*

Propriedade:
Tricontinental Editora, Lda.
Rua Pinheiro Chagas 41, 2.º Dt.º
1000 Lisboa

Redacção e Sede da Administração:
Calçada do Combro, 10 - 1.º
Telef. 320650 — 1200 Lisboa

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: **ANGOP** (Angola), **AIM** (Moçambique), **INA** (Irão), **IPS** (Inter Press Service), **NOVOSTI** (URSS), **SHIHATA** (Tanzânia), **WAFI** (Palestina) e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas **Nueva** (Equador), **Novembro** (Angola), **Prisma Latinoamericano** (Cuba) e com o jornal **Daily News**, de Dar-es-Salam (Tanzânia).

DISTRIBUIDORES: **ANGOLA:** *EDIL - Empresa Distribuidora Livreira UEE*, Rua Luis de Camões, 111, Luanda. **BELIZE:** *Cathedral Book Center*, Belize City. **BOLÍVIA:** *Tecnolibros S.R.L.*, Casilla de Correo 20288, La Paz. **CABO VERDE:** *Instituto Cabo-Verdiano do Livro*, Rua 5 de Julho, Praia. **CANADA:** *Third World Books and Crafts*, 748 Bay St. Ontario. Toronto - *The Bob Miller Book Room*, 180 Bloo St West. Toronto. **COLOMBIA:** *Ediciones Suramérica Lda*, Carrera 30 N.º 23-13, Bogotá. **COSTA RICA:** *Semanário Nuevo Pueblo*, Av. 8 Calles 11 y 13 N.º 1157, San José. **CHILE:** *Distribuidora Sur*, Dardignac 306, Santiago. **EQUADOR:** *Ediciones Sociales*, Córdova 601 y Menduburo, Guayaquil - *RAYD de Publicaciones*, Av. Colombia 248, of. 205, Quito Ed. Jaramillo Arteaga, Tel. 517-590, Reg. Sendip Pex 1258. **EL SALVADOR:** *Librería Tercer Mundo*, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador - *El Quijote*, Calle Arce 708, San Salvador. **ESTADOS UNIDOS:** *Guild News Agency*, 1118 W. Armitage Ave, Chicago, Illinois - *New World Resource Center*, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois - *Librería Las Américas*, 152 East 23rd Street, New York, N.Y. 10010 - *Third World Books*, 100 Worcester St, Boston, Mass 02118 - *Librería del Pueblo*, 2121 St., New Orleans, LA 70130 - *Papyrus Booksellers*, 2915 Broadway at 114th St, New York, NY, 10025 - *Tom Mooney Bookstore*, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 - *Book Center* 518 Valencia St., San Francisco, CA - *Red and Black*, 4736 University Way, Seattle - *Groundwork Bookstore*, U.C.S.D. Student Center B-023, La Jolla, CA. **FRANÇA:** *Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise*, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. **GRÁ-BRETANHA:** *Latin American Book Shop*, 29 Islington Park Street, London. **GUINÉ-BISSAU:** *Departamento de Edição - Difusão do Livro e Disco*, Conselho Nacional de Cultura. **HOLANDA:** *Athenaeum Bookhandel*, Spui 14-16, Amsterdam. **HONDURAS:** *Librería Universitaria "José Trinidad Reyes"*, Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. **ITALIA:** *Paesi Nuovi*, Piazza de Montecitorio 59/60, Roma - *Feltrinelli*, Via de Babuino, 41 Roma - *Alma Roma*, Piazza P. Paoli, 4-A Roma - *Spagnola*, Via Monserrato, 35/6, Roma - *Uscita*, Banchi Vecchi, 45 Roma. **MEXICO:** *Union de Expendedores y Vocadores de Periódico*, Humbolt No. 47, México 1, D.F. - *Distribuidora Sayrols de Publicaciones*, S.A., Mier y Pesado No. 130, México 12, D.F. - *Librerías México Cultural*, Mier y Pesado No. 128, México 12, D.F. - *Metropolitana de Publicaciones*, *Librería de Cristal* e 100 livrarias em todo o país. **MOÇAMBIQUE:** *Instituto do Livro e do Disco*, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. **NICARÁGUA:** *Ignacio Briones Torres*, Reparto Jardines de Santa Clara, Calle Oscar Perez Casas No. 80, Quinta Soledad, Managua. **Nicarágua.** **PANAMÁ:** *Librería Cultural Paramena*, S.A., Ave España 16, Panamá. **PERU:** *Distribuidora Runamarca*, Camaná 878, Lima 1. **PORTO RICO:** *Librerías La Tertulia*, Amalia Marin Esq. Ave González, Rio Piedras - *Pensamiento Critico*, P.O. Box 29918, 65th inf. Station, Rio Piedras, P.R. 00929. **PORTUGAL:** *Central Distribuidora Livreira, SARL (CDL)*, Av. Santos Dumont, 57 - 1000 Lisboa. **REPÚBLICA DOMINICANA:** *Centro de Estudios de la Educación*, Juan Sánchez Ramirez 41, Santo Domingo - *DESIVIGNE*, S.A., Ave. Bolívar 354, Santo Domingo. **REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA:** *Gunther Hopfenmüller*, Jeringstr 155, 2102 Hamburgo. **S. TOMÉ E PRÍNCIPE:** *Ministério de Informação e Cultura Popular*. **SUÉCIA:** *Wenngree-Williams AB*, S-10425, Stockholm. **VENEZUELA:** *Publicaciones Españolas*, S.A., Ave México Lechoso a Pte. Brion, Caracas.

Neste número

- 1 Aos leitores: A hora e a vez de El Salvador
- 4 Correio dos leitores
- 6 **Editorial:** O Terceiro Mundo e a crise económica

El Salvador, os dias decisivos

- 9 A estratégia da insurreição, *Roberto Remo*
- 16 Farabundo Martí, a audácia de um líder, *Claribel Alegría*
- 22 Cinquenta anos de luta
- 27 Alcançar a paz só com a vitória, entrevista com o comandante Juan Ramón Medrano, *Nilton Santos*
- 30 Um acordo para a repressão, *Valeria Yusuk*
- 33 A resposta latino-americana, *Nelva Moreira*



América Latina

- 39 **Porto Rico:** Uma colónia norte-americana nas Caraíbas, *Filipe Gutierrez*
- 43 **Nicarágua:** O embrião do novo homem, *Robert Bardini*
- 46 Guatemala: À espera de Reagan, *Macario di Luca*



África

- 50 **Angola:** Um novo avanço, o poder popular, *Luis Henrique*
- 54 **Namíbia:** Fracassada Genebra, ressurge a luta de libertação, *Beatriz Bissio*
- 56 **Líbia:** A revolução verde do El Fateh, *Carlos Pinto Santos*

Ásia

- 62 **Singapura:** Uma ditadura com votos, *Pablo Piacentini*
- 66 Conferência de Nova Deli, *Agustin Castaño*
- 68 Por uma nova ordem democrática, *J. Montserrat Filho*



Comunicação

- 72 Em defesa da mulher jornalista africana, *Rosemary Katamba*
- 76 Panorama Tricontinental
- 90 Telex

Cultura

- 94 Aníbal Sampayo: cantor militante, *Alicia Hernandez*

Venho chamar-vos a tenção para o reduzido espaço das margens do interior das folhas que prejudicam a sua leitura e a encadernação de os «cadernos» em volumes agrupando vários números. Como colecções de documentos que são, eu tenho-os encadernado, agrupando-os em volumes semestrais, o que permite uma consulta mais fácil, bem como uma melhor conservação e arquivo. Quanto ao conteúdo estão de parabéns, embora ache que se deveriam incluir mais textos de análise económica e política de desenvolvimento em África, sobretudo, a questão das classes sociais em África: camponeses ou agricultores de subsistência? Operários ou semiproletários, ligados ainda a um modo de produção familiar e a que ainda se recorre em caso de crise, abandonando a fábrica? (...) São alguns dos problemas que vivo e para os quais gostaria de amadurecer as respostas, através do contributo de outros investigadores do 3.º Mundo, que através da vossa organização poderão ser contactados.

Arnaldo Domingues Carqueijo, - Luanda

Sendo leitor, embora não assíduo da revista, (...) quer-me parecer que existe uma lacuna (nos assuntos tratados) e que diz respeito às formas das populações do Terceiro Mundo obterem o sustento. A avicultura poderá ser, é com certeza, uma das fontes de riqueza que poderão exportar para obviar as necessidades alimentares de uma população em constante crescimento.

*José G. de Souto e Melo
Branca, Albergaria-a-Velha, Portugal.*

(...) meus desejos sinceros são de que continuem assim, não obstante todas as dificuldades de um empreendimento pioneiro dessa natureza, pois sempre contarão com a ajuda de muitas pessoas, pelo menos a minha.

*Edson Gil Pereira
São Paulo, Brasil.*

Penso que deveriam dar mais espaço e regularidade às publicações de carácter cultural, pois os povos do Terceiro Mundo têm uma cultura muito rica e que é pouco conhecida no resto do mundo.

*Vino de Morais
Luanda, Angola.*

Embora ainda seja uma publicação recente no Brasil, é uma revista que ganha adeptos a cada dia que passa; é o que a gente nota quando está lendo essa maravilhosa revista. Através dela a gente toma conhecimento de tudo aquilo de importante que acontece no mundo.

*Oswaldo Augusto Leite
São Bernardo do Campo, São Paulo, Brasil.*

(...) Por uma questão de afinidade - podemos dizer de consciência cristã - fiquei satisfeiteíssimo com a extensa matéria sobre os heróicos palestinos, esses sofredores injustiçados, vítimas das artimanhas imperialistas, nos idos 1948.

*Carlos J. Pedrosa
Recife, Brasil.*

북후의 고전적양식《꽃파는 처녀》를 각색한 혁명가극 《꽃파는 처녀



1974

Como já era de se esperar, os *Cadernos* adquiriram muitos leitores, principalmente entre nós, da Faculdade. Gostaríamos que abordassem assuntos (quando de Brasil) sobre Jari, Nordeste, Amazônia, assuntos esses que estamos um pouco «desinformados».

*Jurcy Querido Moreira
Guarulhos, São Paulo, Brasil.*

Gostaria de ler mais frequentemente nos *cadernos* artigos que abordassem as questões da Nova Ordem Económica Internacional, e análises sobre a crise internacional, que, longe de afectar apenas os grandes potentados industriais, tem reflexos profundos nos países do chamado Terceiro Mundo.

*António F. Peixoto
V.N. de Gaia - Portugal*

Apesar da «cobertura» sobre África ter melhorado, penso que ela está ainda muito longe de ser ideal. Tendo, até ao momento, os *cadernos* dedicado pouco espaço aos países africanos de expressão francesa e inglesa. Será por falta de correspondentes locais?

*Mário Filomeno
Setúbal-Portugal*

Intercâmbio de correspondência

Efrem Bonisegna Júnior
Rua Imperador Meiji, nº 299, Atibaia
CEP 12940, São Paulo, Brasil

Luis Barreiros
Rua Avelino Lopes, nº 251, Centro
06000, Osasco, São Paulo, Brasil

Eugénio O. Alves Fontes
Av. Getúlio Vargas, 150
Mantena, MG, 35290, Brasil

Fernando Manuel Lima
Rua 31 de Janeiro, 28, 1º
4490 Póvoa de Varzim, Portugal

Vino de Morais
Rua António Barroso, nº 134, 4º, apt. 19
Luanda, Rep. Popular de Angola

Ernesto Mununga
Instituto Médico-Agrário do Tchivinguiri
Lubango, Huila, Rep. Popular de Angola

TORNE LUCRATIVOS OS SEUS TEMPOS LIVRES

EM 10 LIÇÕES

A COLEÇÃO DA FAMÍLIA DOS ANOS 80

Livros sobre saúde, electricidade, «bricolage», pesca, jardinagem, «karaté», ioga, arranjos florais, costura, etc.

JÁ
À VENDA
NAS
LIVRARIAS

POUPE DINHEIRO!
VIVA COM SAÚDE!
OCUPE OS TEMPOS LIVRES!



EM 10 LIÇÕES

os livros que tornam
a sua vida mais fácil
e agradável



uma edição de
**PUBLICAÇÕES
EUROPA-AMÉRICA**

DISTRIBUIDORES

EM ANGOLA: EDIL - Caixa Postal 1245 - Luanda
EM MOÇAMBIQUE: INLD - Caixa Postal 2034 - Maputo

O terceiro mundo e a crise económica

O S analistas coincidem em prever que, em 1981, os preços das matérias-primas continuarão baixos, como resultado de uma contracção na procura dos consumidores nos casos de excesso de produção, e que haverá novas quedas de preços sem que existam mecanismos que compensem as consequentes perdas.

Os peritos dizem também que, na segunda metade deste ano, poderia iniciar-se uma lenta recuperação de algumas cotizações, em particular as dos produtos de uso industrial. Acreditam que só então, a recessão poderia começar a ceder, ocasionando uma alta da procura. Mas advertem que o prognóstico sobre o fim da recessão poderia ser alterado, seja por novas altas no petróleo, seja pela crise económica norte-americana, se esta não for resolvida.

A perspectiva é, portanto, muito sombria para os países do Terceiro Mundo, cuja subsistência depende das remunerações pela venda das suas exportações. Dessa situação, só se livram as poucas nações petrolíferas, o que significa que isso afecta aproximadamente dois-terços da população mundial.

A queda do valor das exportações tem sido tão pronunciada que não só travou a realização dos planos de desenvolvimento traçados para a década passada, mas, além

disso, agravou os níveis de alimentação e saúde em numerosos países. De modo global, aumentou o fosso económico entre nações ricas e pobres. A estas últimas, trouxe simultaneamente um endividamento sem precedentes, avaliado actualmente em cerca de 400 biliões de dólares. Enquanto para os povos das metrópoles do capitalismo, esse fenómeno significou apenas adiar a escalada ao cosumismo, para os povos do Terceiro Mundo representou um retrocesso geral, frustração, miséria e maior dependência externa.

Esse processo tem a sua única origem no ordenamento estabelecido pelo sistema capitalista transnacional. Entre 1972 e 1974, tinha-se verificado uma expansão na área industrial e, por conseguinte, houve um aumento de preços. Estes não foram, nem de longe, equitativos no sentido de tenderem a equilibrar as desiguais relações económicas entre o Norte e o Sul, tal como o exigem os países do Terceiro Mundo; foram relativamente remunerativos. Em consequência, foram feitos grandes investimentos em muitos sectores, com a finalidade de incrementar a capacidade produtiva. Veio, então, a crise e a recessão. Caiu a procura dos consumidores, enquanto os produtores viam crescer os seus excedentes não comercializáveis. Com a sú-

insurreição

A ofensiva geral declarada em Janeiro não foi uma tentativa desesperada de chegar ao poder antes do Reagan, mas parte de uma estratégia política e militar a longo prazo

Roberto Remo

bita queda do valor das matérias-primas, pôs-se em funcionamento a Lei do Mercado Livre, imposta pelo sistema capitalista em seu próprio benefício: efectivamente, mediante o encarecimento dos bens industriais e a compra de matérias-primas a custos irrisórios, transferiram o pagamento da crise para o desvalido Terceiro Mundo não-petrolífero. Acrescente-se a isso que os baixos preços permitiram-lhes adquirir custosos «stocks» de reserva e, desse modo, conseguiram um controlo fácil e barato sobre o mercado.

Esse é, ainda, o quadro da economia mundial. Durante esse tempo, sucederam-se numerosas iniciativas orientadas no sentido de enfrentar o problema. Umas, a âmbito mundial, ricos e pobres enfrentaram-nas numa mesma mesa, como no caso do falido diálogo Norte-Sul. Nesses encontros, viu-se a intransigência das potências industriais (salvo raras excepções), em aceitarem os princípios de uma Nova Ordem Económica Internacional (NOEI), sobressaindo-se, em inflexibilidade, os Estados Unidos e a Grã-Bretanha. Mas também comprovou-se que, nas discussões, o Terceiro Mundo achava-se dividido e isso permitia aos ricos, encabeçados pelos Estados Unidos, manobrem para impedir um consenso. Portanto, os projectos de interesse para o Sul não eram aprovados ou careciam de fundos para o seu financiamento.

No caso específico das matérias-primas, foi proposto o sistema de acordos de preços, por meio dos quais os exportadores teriam receitas estáveis e podiam, portanto, planejar as suas economias; mas, também, os importadores teriam vantagens razoáveis em função da mesma estabilidade e de um fornecimento regular.

Dentro dessa linha, a UNCTAD IV – a 4.^a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento – fixou a meta de acordos para 18 produtos básicos. Até agora, apenas um desses bens – a borracha – foi objecto de um acordo, e isso foi tudo o que se conseguiu em cinco anos de debates.

Mas a irracionalidade e a disparidade que caracterizam o mercado são também responsabilidade de um grupo de governos do Terceiro Mundo que, não por casualidade, são os mais identificados com o Ocidente e os que menos reagem à sua penetração. Eles são obstáculo à unidade do Sul e à consolidação dos mecanismos que obrigam o Norte a uma verdadeira negociação.

Um dos instrumentos para a defesa própria, propiciados pelo Movimento dos Países Não-Alinhados, são as associações de produtores. Estas, ao controlarem a oferta, poderiam adoptar diversas medidas a fim de imporem preços justos como, por exemplo, reduções no fornecimento.

O terceiro mundo e a crise econômica

Ninguém esperava que as associações obtivessem um êxito semelhante ao da OPEP, pioneira das organizações de países exportadores. Mas não era excessivo esperar que elas pudessem, pelo menos, servir de elemento de pressão, a fim de aumentar as cotizações e levá-las a níveis aceitáveis para os países produtores.

Como é evidente, não houve, nestes anos todos, progressos apreciáveis nesse domínio. Um exemplo revelador da causa desses fracassos é o comportamento do Conselho Inter-governamental dos Países Produtores de Cobre (CIPEC). Este metal foi um dos mais atingidos, apesar de existir em torno do CIPEC uma concentração do produto em poucas nações e por isso apresentar uma certa semelhança com o caso da OPEP: cinco países controlam 64% das exportações mundiais e poderiam, se quisessem, concordar com uma política de firmeza. Não obstante os sacrifícios a curto prazo, conseguiriam o aumento do mineral.

Com tal propósito, o CIPEC decidiu, em 1976, que os seus membros reduzissem a produção, mas o Chile, o exportador mais importante (as suas vendas representam a metade daqueles 64%) dessa altura até hoje, em busca de vantagens imediatas, aumentou a sua produção em 20% e está a executar novos planos de expansão. O resultado foi que, nesse período, o preço do cobre man-

teve-se muito baixo. E na medida em que continua havendo uma oferta acima da procura a situação permanecerá assim por muito tempo. A posição da ditadura do general Augusto Pinochet, está assim claramente aberta ao capitalismo transnacional e fechada ao Terceiro Mundo.

Naturalmente, existe uma saída para esse círculo vicioso, mas falta, por parte de um grupo de governos, a vontade política de executar as disposições apropriadas. A dependência em relação aos produtos básicos é recíproca entre exportadores e importadores mas a desunião dos primeiros faz com que só conte a dependência sofrida pelo Terceiro Mundo.

No entanto, o avanço das forças progressistas, o amadurecimento dos processos de libertação e a pressão popular sobre os regimes entreguistas, farão com que cedo ou tarde, os países do Terceiro Mundo se unam e por meio das suas próprias organizações, negociando com o Norte sem se curvarem, implantem uma Nova Ordem Económica Internacional.

Entretanto, as demoras de um processo que já deveria ter registado importantes avanços, será uma grave responsabilidade que deverão assumir o establishment do capitalismo transnacional e os seus cúmplices no Terceiro Mundo, esses Governos traem os seus povos.

el salvador

A estratégia da insurreição

A ofensiva geral declarada em Janeiro não foi uma tentativa desesperada de chegar ao poder antes de Reagan, mas parte de uma estratégia política e militar a longo prazo

Roberto Remo

UMA insurreição operária e camponesa (1932), quatro Juntas cívico-militares «reformistas» (1948, 60, 72 e 79), duas eleições ganhas pelas forças democráticas (1972 e 77): todos os caminhos, realmente, foram percorridos, todos os métodos de luta foram pro-

vados pelo povo salvadorenho nos últimos 50 anos com o objectivo de afastar do poder as «14 famílias» oligárquicas e instaurar a democracia.

Uma vez ou outra, esses esforços foram traídos, derrotados e afogados em sangue para manter os privilégios

dos 0,02% da população que possuem 40% da terra, dos 8% de ricos que ficam com a metade do rendimento nacional.

Quais foram as causas desses fracassos? Que lições podem ser tiradas deles? Estas não são, por certo, questões académicas, principalmente no



momento em que os dados já foram lançados e, nos campos e cidades, os salvadorenhos iniciaram uma ofensiva geral que pode terminar ou com a vitória popular ou com um massacre de tal proporção que a paz dos cemitérios voltará a reinar sobre o país durante outro meio século.

Lições do passado

Como se depreende do vibrante relato de Claribel Alegria (ver página 22), a insurreição de 32 foi mais uma resposta espontânea das massas enfurecidas do que um projecto político coerente e planeado. O Partido Comunista — única organização popular nessa época — viu-se envolvido no cruel dilema de tentar travar o ânimo insurreccional dos camponeses (com poucas probabilidades de consegui-lo devido às contínuas provocações do exército) ou assumir a direcção de um levantamento, sem tempo de organizá-lo nem condições políticas propícias para enfrentar um exército com o sólido apoio dos proprietários das terras. Falhas de segurança permitiram que o ditador se infiltrasse no movimento insurreccional, eliminasse o factor surpresa e, finalmente, degolasse a revolução antes que ela explodisse.

O maior erro, no entanto, foi a ingénua confiança nas adesões militares que abasteceriam o povo com armas e tropas treinadas. Se essas adesões não aconteceram, não foi por falta de oficiais e soldados dispostos a aderirem às fileiras do povo, mas porque estes foram imediatamente descobertos e fuzilados.

O exército salvadorenho nunca foi carente de oficiais democráticos. Talvez nunca se saiba quantos golpes, nestes 50 anos, as jovens gerações de oficiais tentaram realizar. Quatro deles tiveram êxito (um deles, o de 1972, durou apenas 18 ho-

ras) e três chegaram a instaurar as suas respectivas Juntas, prometendo eleições livres, o fim da repressão e reformas na propriedade da terra. Nenhuma dessas promessas chegou a ser cumprida. Porquê? Hector Dada Hirezi explica o facto, comentando o fracasso político da última dessas Juntas, a que foi instaurada a 15 de Outubro de 1979:

«No momento das deliberações, quando as Forças Armadas decidem internamente a sua atitude política, os galões pouco pesam. Por maioria numérica, impõe-se a linha de maior abertura e a Junta cobre, com amplitude, o espectro político de quem se opôs ao regime derrubado. Mas, na prática, quando se actua 'institucio-

nalmente', os galões são determinantes. E os oficiais mais antigos, que são os de mais alta graduação, pertencem aos sectores menos progressistas. Nas suas mãos ficam os comandos militares.»

A luta eleitoral, por outro lado, é uma actividade da qual os salvadorenhos têm ampla experiência. As forças democráticas e progressistas ganharam as eleições parlamentares e presidenciais locais, por várias vezes. Só que o seu triunfo nunca foi reconhecido. Em 160 anos de vida independente, uma só vez (em 1931) um presidente eleito chegou ao poder mediante um processo realmente livre. Mas manteve-se apenas nove meses no governo.



Em 160 anos de vida independente em El Salvador, uma só vez um presidente eleito chegou ao poder através de um processo realmente livre.

el salvador

A difícil unidade

O que fazer, então? Durante décadas, esta pergunta dividiu os salvadorenses. Como explicou Roberto González, porta-voz da Direcção Revolucionária Unificada, num debate organizado recentemente no México pelo Seminário Permanente sobre a América Latina (SEPLA), «nós achávamos que a divisão do movimento revolucionário no nosso país tinha origem no problema das formas de luta. Isso levava a um alto grau de simplificação, a uma caricatura do problema e dividia as expressões políticas em via pacífica ou via violenta, linha Pequim ou linha Moscovo».

O golpe de 15 de Outubro de 1979 encontrou uma oposição activa e animada pelo recente triunfo sandinista na Nicarágua, mas atomizada em quatro organizações político-militares clandestinas, três grandes partidos semilegais (democristas, social-democratas e comunistas) e dezenas de associações sindicais, de camponeses, de bairros e estudantis.

As divisões aprofundaram-se ainda mais. Os chamados partidos «democráticos» aderiram ao projecto reformista da jovem oficialidade encabeçada pelo coronel Majano, enquanto as organizações revolucionárias, que vinham de uma etapa de crescente luta armada contra o regime de Romero, não conseguiam esboçar uma resposta coerente, nem tinham o menor diálogo entre elas.

Em Novembro de 1979, *cadernos do terceiro mundo* e o SEPLA organizaram, no México, uma mesa-redonda na qual representantes das três «frentes de massas» (BPR, FAPU, LP-28) e o Partido Comunista expuseram as suas opiniões sobre a conjuntura política e as possibilidades de uma aliança. Embora os debates se desenvolvessem num clima de franqueza, os moderadores ficaram desconcertados perante aquilo que pareciam brechas insuperáveis entre cada uma das quatro posições.

No entanto, como reconheceria mais tarde Rafael Menjívar, ex-reitor da Universidade de El Salva-

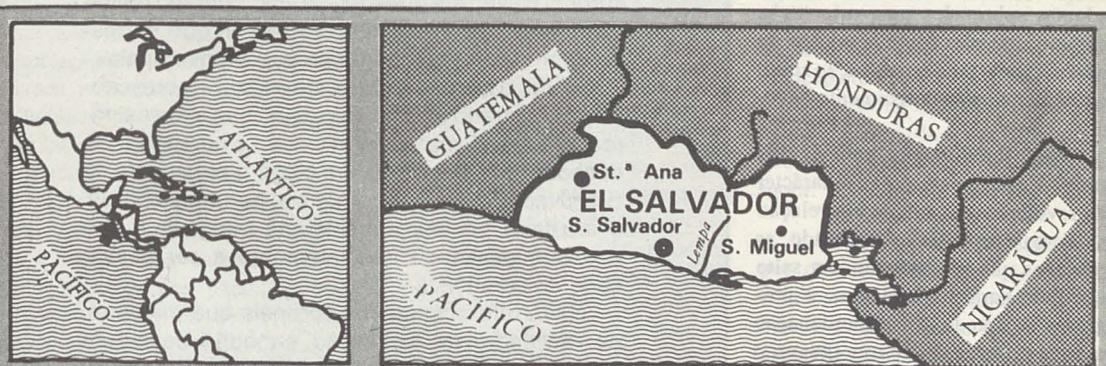
dor, o simples facto de sentarem-se numa mesa para discutir entre si, «ajudou o processo unitário, num momento difícil em que estavam suspensas as conversações» entre os diferentes partidos.

Poucas semanas mais tarde, a situação tinha mudado radicalmente. (Ver a cronologia da página...).

«Chegou um momento — explica Roberto González — em que o problema da unidade deixou de ser uma preocupação exclusiva das organizações e converteu-se em problema das massas. Qualquer pessoa no nosso país — camponês, operário, vendedor — entendeu que se o movimento popular não se unisse o inimigo derrotava-nos. As pessoas pressionavam-nos: «Agora não há outra saída. Ou nos unimos ou seremos destruídos!».

Amadurecimento de todos

E a unidade foi conseguida. Em Janeiro, nasce a Coordenação Revolucionária Político-Militar e, em Ju-



Superfície: 21 041 km² (é o menor país do continente americano)
População: 4 500 000 habitantes (estimativa 1981)
Densidade populacional: 210 habitantes por km² (a mais alta da América)
Rendimento per capita: 570 dólares anuais (1977)
Exportações: 629 milhões de dólares (1978); café 49%, algodão 10%, têxteis 3% (1970), dirigidas para os EUA (27%), Guatemala (16%), RFA (13%), Japão (12%), Costa Rica (6%)

no, a Direcção Revolucionária Unificada, (DRU), que já não é simplesmente uma coordenação mas um plano político-militar conjunto e um comando único sobre todas as organizações. Finalmente, em Agosto, a DRU anuncia a constituição da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional, sob cuja bandeira vermelha e branca foram-se progressivamente fundindo todas as organizações revolucionárias.

Paralelamente, foi-se forjando, na prática, a aliança operário-camponesa, representada pela Coordenação Revolucionária de Massas e constituída por todas as organizações e frentes sindicais, camponesas, estudantis e de bairros.

Isto teve um efeito político sobre os partidos democráticos que recompueram a sua aliança e criaram a Frente Democrática e, depois, a Frente Democrática Revolucionária, máxima instância unitária até ao momento.

A chave desse processo foi, na opinião de Roberto González, «tomar os pontos centrais de todos os problemas submetidos à discussão e adoptar sobre eles uma orientação comum que não fosse resultado da imposição de uma organização sobre outra mas do amadurecimento de todos».

Quais foram esses pontos centrais? Basicamente dois: o carácter da revolução e a atitude em relação às forças armadas. Recusando as posições que reclamavam um salto imediato para o socialismo, o programa levantado pela Coordenação propõe a formação de um «governo democrático revolucionário», definido como nacionalista, não-alinhado e pluralista. Os dirigentes afirmam, explicitamente, que o objectivo não é a «ditadura do proletariado», mas um amplo governo que possibilite um programa de reformas antioligárquicas. Da mesma forma,

abandonaram-se as palavras de ordem antimilitaristas, para oferecer aos oficiais progressistas um lugar nas fileiras do povo e, inclusive, a possibilidade de que, expurgado de criminosos, fascistas e corruptos, o actual exército forme, junto com o exército popular, a força armada da democracia revolucionária.

A greve de Agosto

Assim, chegou-se à greve geral de 13, 14 e 15 de Agosto, que marcou a

viragem definitiva. Pela primeira vez, a FDR e a FFMLN dirigem uma ofensiva que combina a greve geral com exigências políticas e acções militares com um comando unificado.

O governo chamou a si o triunfo e a imprensa internacional fez-se eco da paralisação não foi total; a capital continuou a sua actividade «normal».

O que muitos correspondentes recém-chegados, com a intenção de cobrir «outra Nicarágua», não per-

O exemplo de Navarrete

O coronel Ricardo Bruno Navarrete, que junto com outros oficiais e dezenas de soldados do quartel de Santa Ana abandonou o exército regular para passar com toda a sua equipa para as fileiras da FFMLN, fez apelo «a todos os militares» para que sigam o seu exemplo.

Através da «Rádio Libertação», emissora clandestina da Frente Democrática Revolucionária, o coronel Navarrete disse ter-se «incorporado definitivamente nas guerrilhas da FFMLN, que correspondem à linha de libertação que o povo apoia».

«Tudo o que o exército está a fazer – acrescentou – é contrário à Constituição, ao que nos ensinaram em teoria, mas na prática não é cumprido. Há décadas, é o exército quem elege o presidente de El Salvador. E quando um de nós pergunta porquê, é afastado por ser considerada perigosa a sua reflexão, passando imediatamente a ser qualificado de comunista.»

Navarrete acusou «os coronéis que mandam, na realidade, na instituição armada» de serem «corruptos e venais». «A maior parte dos nossos homens – e nós próprios – é de origem humilde. Quase todos viemos de camadas médias ou de famílias operárias ou camponesas. Como é possível, então, que a nossa profissão seja a de assassinar os nossos irmãos, que são tão explorados como o foram os nossos pais?»

el salvador

ceberam foi que, nesse dia, os oligarcas mandaram os seus motoristas percorrer em círculos as ruas do centro para criarem sensação de movimento; que, no comércio, muitas empregadas choravam de raiva e de tensão (e pouco ou nada venderam, apesar das lojas estarem «normalmente» abertas) e que os funcionários públicos, obrigados a recorrer à força, chegaram à conclusão de que tinham de se organizar e formaram um sindicato que aderiu à FDR.

A nível militar, os rebeldes usaram pela primeira vez uma artilharia semipesada contra os blindados do exército e começaram a instalar acampamentos estáveis no interior.

As maiores batalhas, no entanto, travam-se no plano político e sem tiros, organizando os dispersos, convencendo os indecisos, animando os temerosos.

Já não existem neutros

A direita compôs a sua própria frente, com base em três pilares: a Aliança Produtiva (que congrega a Associação Nacional da Empresa Privada, a Associação Salvadorenha de Indústrias e a Câmara de Comércio e Indústria) que agrupa as expressões sindicais da oligarquia latifundiária, industrial e financeira; o aparelho armado, composto pelo exército e suas diversas guardas, assim como pelos grupos paramilitares, verdadeiros exércitos privados financiados pelos oligarcas, todos coordenados pelo ministro da Defesa, coronel Guillermo García; e o Partido Democrata Cristão (ou o que sobra dele) que se tornou a expressão política dos dois pilares anteriores, procurando dar-lhes, além disso, uma imagem democrática e até mesmo progressista.

A estabilidade desse tripé não é, por certo, muito sólida. Mas os lati-



As batalhas políticas são travadas na cada vez mais estreita «terra de ninguém».

fundiários já se convenceram de que a reforma agrária e outras «mudanças» não são mais do que adornos cosméticos *for export*, que não os ameaçam em absoluto. E os falcões militares parecem tão entusiasmados com o seu novo uniforme de pombos que até os mais reaccionários falam agora de «democracia comunitária» e empregam, sem pudor, toda a fraseologia democristã. Por isso, os Estados Unidos estão tão interessados em conter os radicais de direita (como o major Roberto D'Aubisson ou o coronel Nicolás Carranza): o embaixador White garante que a sua maior preocupação é... evitar um golpe de direita.

Batalhas políticas decisivas são travadas na cada vez mais estreita «terra de ninguém» que separa a frente direita da Frente Democrática Revolucionária. A Federação Nacional de Pequenos Empresários Salvadorenhos (FENAPES) é corte-

jada pela Aliança Produtiva com a promessa de solucionar os seus problemas imediatos: créditos, ajuda económica para a solvência de uma iminente bancarrota colectiva. A revolução oferece-lhes, a médio prazo, a libertação da opressão financeira agiota e garante-lhes um papel político muito maior do que o que têm agora.

A Igreja institucional esforça-se por conservar uma posição neutra, condenando periodicamente os excessos de um e outro lados, com a esperança de poder abrir em determinado momento uma instância mediadora. Mas, ao mesmo tempo, são claras as simpatias da maioria dos sacerdotes e religiosos para com o projecto da FDR. «Nenhum cristão pode estar de acordo com esse sistema de mortes e trevas em que nos mantém a Junta», afirmou um sacerdote, em conferência de imprensa clandestina, ao anunciar o apoio à

insurreição da recentemente criada Coordenação Nacional da Igreja Popular.

Da mesma maneira, a União Comunal Salvadorenha, antiga base camponesa da Democracia Cristã, já perdeu há muito a sua capacidade de mobilização popular. Mas nele agrupam-se os «promotores» que iam impulsionar a reforma agrária e que nisso acreditavam sinceramente. A sua aproximação à FDR é outro duro golpe na já desgastada imagem de Napoleón Duarte.

As armas são, no entanto, o factor decisivo nestes dias cruciais. E é para aqueles que as possuem — os militares — que se voltam os maiores esforços políticos dos revolucionários. Apesar das suas constantes vacilações, o coronel Majano assumiu uma atitude digna ao negar-se a cumprir a ordem que o mandava para um «exílio dourado» como adido da embaixada salvadorenha em Madrid. Muitos oficiais apenas esperam um gesto seu para unirem-se à FDR. Outros já optaram por fazê-lo, como o coronel Ricardo Bruno Navarrete que, a 13 de Janeiro, passou-se com armas e tropas para as fileiras revolucionárias e exortou os seus colegas a imitá-lo.

A ofensiva de Janeiro

Este é o quadro político da ofensiva geral que começou a 10 de Janeiro. Pode-se falar em fracasso, porque essa ofensiva não chegou a San Salvador antes de Reagan entrar na Casa Branca? Não é essa a opinião da FFMLN. O comandante «Marcial», o já legendário Salvador Cayetano Carpio, coordenador-geral das ofensivas, declarou a 20 de Janeiro que «as nossas forças militares, acantonadas em lugares estratégicos, estão prontas a avançar para as cidades de El Salvador, libertá-las e construir o póder local».



Adolfo Majano



Napoléon Duarte

É óbvio que os rebeldes se esforçaram em tirar o maior partido de um momento de debilidade extrema da Junta presidida por Duarte, quando os Estados Unidos, horrorizados pelo covarde assassinato de quatro freiras norte-americanas decidiram suspender toda a ajuda militar. Mas as razões de Estado foram mais fortes do que os sentimentalismos e foi o próprio Carter e não Reagan quem ordenou que a ajuda continuasse e aumentasse, abastecendo o exército de equipamentos «não-letais», como

helicópteros para bombardear com napalm os camponeses, exactamente no momento em que o último helicóptero de transporte ao serviço da Junta fora derrubado pelos revolucionários.

O governo de Duarte não perdeu tempo em autodeclarar-se vencedor e festejou a tomada de posse de Reagan com anúncios de vitória. «Se o outro lado lança uma ofensiva e nós a esmagamos, então a guerra está ganha», explicou à Imprensa o ministro da Defesa, coronel Guillermo Garcia.

«Temos o controlo. Não há motivos para alarme», sublinhou o presidente Duarte. Os correspondentes estrangeiros encarregaram-se de desmenti-lo ao relatarem as suas visitas a acampamentos guerrilheiros em lugares estratégicos como a localidade de San Vicente, as encostas do vulcão de Chichontepeque ou o Monte de Guazapa, no norte do país.

A Junta controla, na verdade, o capital e todas as cidades importantes, nas quais houve combates entre 10 e 20 de Janeiro. Acontece, comentam os porta-vozes da FFMLN que nunca se pensou em tomá-las mas sim segurar militarmente o inimigo nos seus quartéis e limitar a sua mobilidade, no momento em que todo o país se transforma em campo de batalha.

Com o mesmo objectivo, foram bloqueadas importantes estradas e cortadas linhas telefónicas e telegráficas. Cumprida a primeira etapa da ofensiva, o grosso dos combatentes da FFMLN voltou a reunir-se nas bases com os seus militantes transformados em combatentes experientes que já receberam o «baptismo de fogo». Juntamente com este guerrilha em vias de constituir-se em exército preparado para uma guerra de posição, a ofensiva criou Comité de Defesa da Insurreição, núcleos de

el salvador

resistência e autodefesa local que são, também, o embrião do futuro poder popular.

Os quadros mais capazes dos CDI integram guerrilhas zonais, que provocam escaramuças e atacam quartéis, postos de polícia e instalações estatais, reduzindo ainda mais o campo e acção do governo.

Enquanto o exército ficava assim imobilizado nas cidades, a FFMLN estendera, no começo da segunda quinzena de Janeiro, o seu controlo em zonas rurais onde, segundo testemunhos de camponeses a correspondentes estrangeiros, as patrulhas do governo «não se atrevem a entrar».

Quando essas áreas se consolidarem como «território libertado» é muito provável que nelas seja instalado um governo provisório da FDR, que reivindicaria reconhecimento internacional.

E agora?

A partir daí, a evolução da guerra depende em grande medida da atitude norte-americana. Se não fosse o apoio externo, a Junta já teria caído há muito. Se a intervenção, já iniciada por ex-guardas somozistas procedentes da Guatemala, prosseguir e se amplia, toda a América Central pode transformar-se num Vietname.

Que outra coisa pode fazer uma administração Reagan que considera inaceitável um novo «triunfo comunista»? Os britânicos, mais hábeis na tarefa de administrar a decadência de um império, sugeriram aplicar o «modelo Zimbabwe»: reconhecer o clima de guerra, fazer um pacto de trégua, convocar eleições realmente livres e formar um novo exército, a partir dos contingentes guerrilheiros e das forças armadas regulares.

A Frente Democrática Revolucionária já declarou a sua disposição em negociar com Washington, embora não com a Junta. «Conversaremos com o dono do circo e não com os acrobatas», segundo a irónica expressão de Guillermo Ungo.

Mas o «modelo» aplicado no Zimbabwe para pôr fim à guerra de libertação e conseguir uma transição pacífica à independência consistiu, na essência, no reconhecimento da derrota por parte dos britânicos e na negociação de fórmulas que tornassem a retirada menos cruel e mais elegante. Quanto tempo demorarão os novos inquilinos da Casa Branca para convencerem-se de que o mundo não é o Far West e que os fortes sitiados pelos índios não vão continuar a encontrar sempre a salvação no herói que chega ao som de clarins à frente da cavalaria norte-americana? □

Governo em armas

A organização de uma Comissão Político-Diplomática encarregada de formar o novo governo salvadorenho foi anunciada no México a 12 de Janeiro. Os seus sete membros representam a Frente Democrática Revolucionária e as cinco organizações político-militares que compõem a Frente Farabundo Martí.

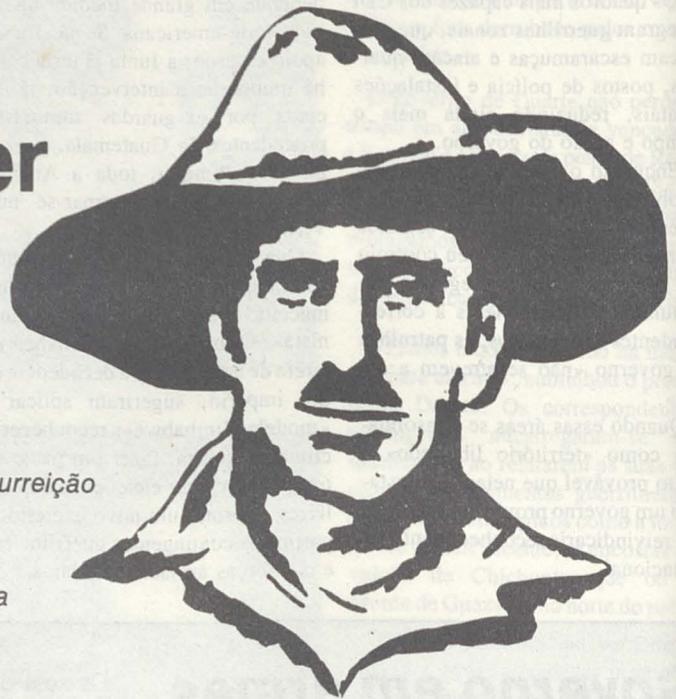
A Comissão só não representa, «com carácter plenipotenciário», a FFMLN e a FDR no exterior, mas é considerada o primeiro passo em direcção ao estabelecimento da futura estrutura governamental. Nas suas declarações à imprensa, os dirigentes salvadorenhos deixaram entender que não está excluída a possibilidade de que o coronel Adolfo Majano ocupe um lugar no governo em formação e sublinharam a sua atitude «digna e corajosa» de permanecer em El Salvador «junto do povo» e em aberto desafio à Junta.

Os sete objectivos do governo são: independência nacional, reformas radicais, não-alinhamento, pluralismo político, constituição de um novo exército nacional, apoio à iniciativa privada e liberdade religiosa. «Dada a sua composição heterogénea, não pode ser socialista – explicou Guillermo Ungo, presidente da FDR – mas também não será anti-socialista».

«Este governo – explicou Rafael Menjivar, representante da FDR no México – ficará instalado no país. Não será um governo no exílio, mas um governo em armas.»

A Comissão Político-Diplomática está constituída por Guillermo Manuel Ungo, presidente da FDR e do Movimento Nacional Revolucionário (social-democrata); José Rodríguez Ruiz, reitor da Universidade de El Salvador; Salvador Samayoa, ex-ministro da Educação; Favio Castillo, ex-reitor universitário; Ana Guadalupe Martínez, jovem guerrilheira conhecida internacionalmente pelo livro que escreveu relatando as torturas a que foi submetida nas «prisões clandestinas» do exército; Rubén Zamora e Mário Aguinada.

Farabundo Martí, a audácia de um líder



*Combatente anti-imperialista
ao lado de Sandino
e comandante de uma grande insurreição
operária e camponesa em 1932,
o seu nome unifica hoje
os revolucionários do seu país
sob a bandeira vermelha e branca
da Frente Farabundo Martí
de Libertação Nacional*

Claribel Alegria

DURANTE muitos anos depois do massacre de 1932, o povo só falava dos acontecimentos em sussurros, mas só sabiam o que acontecera com eles próprios, com os seus familiares e amigos próximos. O governo ordenou que todos os arquivos dos jornais do país que tinham feitos levantamentos da repressão sangrenta fossem destruídos, provocando assim uma espécie de amnésia nacional por decreto. A recuperação só agora se deu, para extrair de um passado não muito distante, ensinamentos aplicáveis à actual insurreição.

A depressão mundial que começou em fins de 1929 com a quebra da

bolsa de Wall Street, teve efeitos desastrosos na economia de El Salvador nos anos 30 e 31. Os preços mundiais do café, dos quais dependia a economia nacional, caíram e as cifras de desemprego elevaram-se. Os camponeses que tinham a sorte de encontrar trabalho estável ganhavam apenas 14 centavos de dólar.

Nesse tempo «O Capital» de Marx ainda não havia aparecido em versão espanhola. Só era acessível àqueles que podiam ler francês, inglês ou alemão. Na vizinha Nicarágua, Augusto César Sandino e o seu exército de homens livres já lutavam há três anos para libertar o seu país da invasão norte-americana. A sua mensa-

gem anti-imperialista encontrou terreno fértil em El Salvador.

Movimento Sindical

Agustín Farabundo Martí, um jovem revolucionário salvadorenho, serviu Sandino até 1929 como seu secretário pessoal e coronel de alto comando. Martí não havia conseguido convertê-lo ao marxismo e os dois separaram-se durante o exílio temporário de Sandino no sul do México.

No final dos anos 20, o movimento sindical salvadorenho havia feito grandes progressos. A Federação Regional dos Trabalhadores de

el salvador

El Salvador (FRTS) tinha 75 mil membros e a sua influência estendia-se aos meios camponeses.

O Partido Comunista Salvadorenho (PCS) foi fundado em Março de 1930 e Luís Díaz, um carpinteiro, foi o seu primeiro secretário-geral. Os comunistas já controlavam a FRTS, transformando-se, então, o PCS, sem disputas internas, no condutor dos trabalhadores salvadorenhos. Ao contrário de outros partidos comunistas da época, o salvadorenho não foi fundado por universitários ou intelectuais pequeno-burgueses inflamados pelas teorias de Marx e Lenine, mas sim pela classe operária. Os seus primeiros líderes foram experientes organizadores sindicais.

Farabundo Martí regressou a El Salvador como representante do «Socorro Vermelho Internacional» (organismo da Terceira Internacional) poucos meses depois do PCS ter sido fundado. A sua inteligência brilhante, a sua energia, o domínio da teoria e o seu carácter intransigente de líder natural converteram-no, depressa, no mais capaz entre os dirigentes do proletariado no país.

Miguel Mármol, autor do relato mais autorizado sobre a insurreição de 32, retrata-o assim: «Agustín Farabundo Martí e Ismael Hernández, outro dirigente do Socorro Vermelho, foram feitos prisioneiros numa tentativa de sustentar o movimento de solidariedade com as vítimas da repressão. Ambos se declararam imediatamente em greve de fome. Martí era um lutador nato a quem nada impressionava, de uma agressividade que afligia qualquer um, espírito que lhe vinha da sua absoluta identificação com a causa dos humilhados. Ele dizia que um dirigente dos pobres deve ser o mais arrogante possível ao enfrentar-se com um inimigo da classe... Martí e Hernández passaram quatro dias no mais

absoluto jejum, no fim dos quais o director da Polícia, general Leitzelar, levou-os até ao seu escritório. Em tom muito amável e conciliador, perguntou-lhes: 'Como se encontram, estimados senhores?'. E Martí respondeu-lhe com voz forte: «Como se encontram sempre os homens, seu filho da puta: firmes». A atitude de Martí deixou atónitos os oficiais que o mantinham sob custódia... Um deles disse-lhe que tinha que pedir perdão ao general Leitzelar, e o Negro (Farabundo Martí era mulato) respondeu dando-lhe um pontapé na espinha. Foram devolvidos à cela aos empurrões com a certeza de que com homens como aqueles não se iria chegar a nenhum acordo. Dois dias depois, expulsaram Martí do país, com destino aos Estados Unidos, colocando-o a

bordo de um navio mercante. Regressou, porém, no mesmo barco à América Central, conseguindo burlar a vigilância e fugir no porto nicaraguense de Corinto, entrando em contacto com o movimento revolucionária da Nicarágua e organizando imediatamente o seu regresso a El Salvador, ao seu posto de combate.»

As eleições

A primeira e última eleição presidencial realizada na história de El Salvador sem ocorrência de fraude, foi a de 1930: venceu Arturo Araújo. Durante a sua campanha, Araújo prometeu reformas estruturais, incluindo a agrária; menos desemprego e benefícios económicos para as massas. Promessas que não pôde



Sandino (de pé),
Gregório Gilbert
(dominicano, à
direita) e
Farabundo Martí
(sentado).



Farabundo Martí.

cumprir depois de assumir a presidência, em Março de 1931.

Quando a Guarda Nacional massacrou um grupo de camponeses no Departamento de Libertad, no início de 1931, Martí saiu da clandestinidade e foi entrevistar-se com o presidente Araújo. Não conseguindo concessão alguma, Martí explodiu uma vez mais e insultou-o. Imediatamente foi preso e voltou a ficar em greve de fome. O jejum durou 27 dias, durante os quais houve manifestações populares e artigos nos jornais exigiam a sua libertação. Araújo finalmente cedeu e deixou-o em liberdade.

O Partido Comunista havia seguido uma linha antieleitoral nas eleições presidenciais de 1930. Porém, depois daquelas assembleias livres, as massas populares salvadoreñas exigiram uma mudança de tática. As eleições para presidentes de município e deputados foram programadas para Dezembro de 31. Um presidente de Câmara naqueles tempos, tinha muita autonomia: controlava a polícia municipal, o processo jurídico e nomeava oficiais locais. Ao povo parecia óbvio que uma mudança no governo local aliviaria a sua situação desesperante. Porém, só no mês de Outubro o PCS cedeu a esta pressão e decidiu participar nas eleições.

No meio da campanha política, a

direcção de Partido recebeu a informação de que estava a ser preparado um golpe de Estado sob as ordens do general Maximiliano Hernández Martínez, ministro da Defesa. Uma facção do Comité Central queria adiantar-se ao golpe por meio de uma insurreição, temendo que Hernández intensificasse a repressão até arrasar as forças populares e o próprio partido.

Farabundo Martí rejeitou esta posição alegando que as possibilidades do partido para impedir o golpe eram quase nulas e que o banho de sangue que provocaria uma insurreição nacional seria um preço demasiado alto para impedir que uma ditadura tomasse o poder. Martí sabia muito bem que o golpe teria o apoio da oligarquia e de grandes sectores da burguesia. Na sua opinião a insurreição teria mais possibilidades de vitória depois de o exército salvadoreño se ter desacreditado por cumprir as ordens de um regime homicida.

O golpe aconteceu no dia 10 de Dezembro de 1931. Quando Araújo foi demetido da presidência o seu Partido Trabalhista desmoronou-se: muitos dos seus membros inclinaram-se então para a plataforma dos comunistas. Estudantes liceais e universitários tomaram parte no protesto contra a ditadura. Para fazer frente a essa agitação generalizada, o governo de Hernández Martínez anunciou que tanto as eleições municipais como a de deputados seriam realizadas em Janeiro: no dia 3 seriam a de presidentes de município em seguida a de deputados.

No primeiro dia das eleições, os que votavam pelo Partido Comunista foram hostilizados: eram inúmeros os obstáculos e os seus votos eram anulados sob qualquer pretexto. A votação não era secreta e muitos dos camponeses analfabetos desorientaram-se com as manobras burocráticas.

No segundo dia, o partido estava melhor preparado para enfrentar a sabotagem oficial, porém, o governo, consciente de que os candidatos comunistas ganhariam por uma grande maioria em vários distritos, suspenderam a votação na metade da jornada. Em Ahuachapán, cinco mil cidadãos formaram uma coluna compacta para votar pelos comunistas e foram imediatamente cercados por unidades da Guarda Nacional, armadas com metralhadoras e espingardas. Para evitar o massacre, os chefes locais do partido ordenaram aos seus simpatizantes que dispersassem, regressassem aos seus trabalhos e se preparassem para uma greve geral de protesto.

O levantamento

Os organizadores da greve reuniram-se no sítio *La Montañita*, e os donos da propriedade chamaram a Guarda Nacional. Os *guardias* fizeram fogo, mataram um dos líderes e feriram vários outros. Os camponeses responderam matando 14 membros da Guarda, que teve que buscar reforços em Santa Ana para esmagar esse levantamento espontâneo. Toda a parte ocidental do país foi submetida a brutais medidas repressivas e os camponeses começaram a ser assassinados indiscriminadamente.

Farabundo Martí já então actuava como secretário-geral interino do partido. Numa reunião que durou toda a noite do dia 7 de Janeiro de 1932, o Comité Central manteve um debate acalorado: que plano de acção seguiria, já que o governo recusava uma negociação?

Miguel Mármol propôs que o partido apelasse imediatamente à insurreição: «A discussão — relata — foi intensa. Farabundo Martí finalmente concordou com a minha proposta,

el salvador

para evitar o perigo iminente, maior, e desonroso para nós, de uma insurreiçao incontrolada, espontânea ou provocada pela acção governamental, na qual as massas fossem sózinhas e sem direcção para o combate.»

A direcção do partido contava com o apoio dos quartéis de Sonsonate e Ahuachapán, com parte das tropas estacionadas em Santa Tecla, com duas companhias do Sexto Regimento de Metralhadoras, duas companhias de cavalaria e com a guarnição inteira da Aviação de Ilopango. Também se acreditava que as duas companhias de soldados do quartel de São Miguel integrariam o movimento insurrecional, o que equivaleria a armar mais 700 cidadãos da cidade.

A data para o levantamento foi fixada para 16 de Janeiro, porém, dois dias antes, Farabundo Martí propôs adiá-la para o dia 19, afirmando que havia uma real possibilidade de que os oficiais do Regimento da Primeira Infantaria se passassem para o lado dos insurrectos. A decisão de Martí foi aceite e os comandantes militares viajaram para diferentes zonas do país a fim de difundir a mensagem. Quando voltaram a San Salvador souberam que de novo a data tinha sido adiada para 22 de Janeiro e teriam que regressar com a nova notícia.

Enquanto isso, a rede de informações do governo havia sido alertada e o general Martinez ordenava que se localizassem e prendessem os líderes políticos e militares da insurreiçao.

Um policia informou Mármol que as autoridades tinham descoberto o esconderijo do comando insurrecional.

«Eu fui vê-los de imediato para advertir-lhes do perigo que corriam — conta Mármol — Martí pôs-se a rir, negou-se a tomar a sério o perigo

de ser capturado e deu-me um pacote de bombas que havia confeccionado nos fundos da casa.»

A audácia de Martí conduziu-o à morte. As freiras do Colégio Maria Auxiliadora, que ficava ao lado da sua casa, informaram a policia e nessa mesma noite Martí e outros dirigentes foram detidos e fuzilados pouco depois.

«Os problemas militares passam a ser fundamentais quando se decide fazer uma insurreiçao.»

Sem direcção

O Comité Central fez uma reunião de emergência para considerar a deteriorada situação. Uma facção insistia em cancelar a insurreiçao assinalando, com lógica, que seria suicídio prosseguir com os planos quando o governo havia destruído a sua direcção e só esperava o primeiro movimento armado para justificar em todo o país um massacre de operários e camponeses.

A maioria alegava que o povo já não podia esperar mais e que outra vacilação do partido só serviria para incrementar o massacre das massas sem líderes e destruir o resto da organização.

O segundo ponto de vista ganhou e o Comité Central votou para prosseguir com a insurreiçao tal como fora planeada. Porém, o desaparecimento de Martí e de outros importantes contactos militares deixou o Comité sem muita informação vital. Nem sequer sabiam com quantas armas podiam contar para a insurreiçao nem qual era a força ou o número de tropas

camponesas que ainda estava em processo de formação. Estava-se em 20 de Janeiro; restavam apenas dois dias para finalizar os preparativos. Mármol relata-os assim: «No seio do Comité Central campeava um incrível desconhecimento sobre a importância da informação e seu uso revolucionário, uma tremenda subestimação a respeito do manejo da técnica militar insurrecional. Nunca se reparou que os problemas militares passam a ser fundamentais quando se decide fazer uma insurreiçao e que os problemas se solucionam com técnica e ciência específicas, que têm as suas próprias leis... Como se isso não fosse bastante, contávamos com escassíssimos meios materiais: não tínhamos meios de transporte, nem dinheiro, nem fomos capazes de obtê-los. No próprio dia 22, data marcada para o início da insurreiçao, eu andava coordenando células em San Salvador, a pé, e nem sequer tinha um canivete no bolso. Em vez de um partido que estava a ponto de iniciar uma insurreiçao, tínhamos o aspecto de um grupo de desesperados. E o que mais doia é que o espírito revolucionário das massas era extremamente elevado».

Falta de experiência

Qual era o plano militar do Partido para a insurreiçao?

Nenhum dos membros do Comité Central tinha experiência ou treinamento militar, salvo Farabundo Martí, que havia lutado com Sandino na Nicarágua. Este tipo de guerrilha, porém, tinha pouco a ver com o planejamento de uma insurreiçao nacional. A única experiência histórica disponível era o exemplo soviético de 1917, num país já debilitado política, económica e militarmente por três anos de guerra.

Os comunistas contavam demasiadamente com os levantamentos internos, em quartéis-chaves, de tropas já comprometidas com a causa. Esses quartéis iam ser os pontos nevrálgicos, de onde a insurreição começaria. Nos outros quartéis, onde os simpatizantes comunistas eram minoria, esperava-se um assalto combinado de militares desertores e das massas camponesas. As portas dos quartéis abrir-se-iam, as armas seriam distribuídas entre as massas e o Exército Vermelho começaria a marchar em direcção aos regimentos ainda leais ao general Martínez. Isto era uma linha táctica e não um plano militar detalhado.

No Sexto Regimento, um soldado chamado González delatou a conspiração ao seu sargento no dia 16 de Janeiro, data para a qual, originalmente, se tinha programado a insurreição.

O Comandante chamou imediatamente tropas de um quartel vizinho da Guarda Nacional para que desarmassem, isolassem e fuzilassem os membros das duas companhias que estivessem implicados no *complot*. Uma acção similar foi empreendida contra uma companhia dissidente do Regimento de Cavalaria e os seus membros foram todos metralhados dentro do quartel, em 19 de Janeiro. Outras execuções em massa foram feitas no quartel El Zapote (Primeiro Regimento de Infantaria) e na Aviação de Ilopango. Como precaução adicional, o Alto Comando do Exército iniciou transferências de tropas de um quartel para outro, para desfazer qualquer *complot* coordenado. Todos os suspeitos de serem simpatizantes comunistas foram fuzilados sem processo.

A 20 de Janeiro, um documento falso atribuído ao Partido Comunista começou a circular em todo o país. Correctamente anunciava a data da

insurreição para 22 de Janeiro à meia-noite e fazia um apelo às forças insurrectas para matar sem clemência todos os membros do exército, da polícia e da Guarda Nacional assim como os membros da burguesia, salvo as crianças. O documento foi preparado com muita habilidade e indubitavelmente fortaleceu a vontade das forças armadas de resistir ao anunciado levantamento.

Foi assim que a espinha dorsal do plano comunista foi destroçada no dia 19 de Janeiro. Quando a insurreição começou no dia 22, os líderes civis encontravam-se ou nos cárceres ou em fuga, e as massas não tinham outras armas além dos seus próprios machados.

«A única experiência histórica disponível era o exemplo soviético de 1917.»

Apesar disso, no dia do levantamento, grupos de camponeses tomaram os povoados de Izalco, Teotepeque, Tacuba, Ataco, Salcoatilan, Colón, Sonzacate, Turin, San Julian e Juayúa. Em Sonsonate, a terceira cidade de El Salvador, tomaram o porto e outros pontos estratégicos e sitiaram o Regimento Departamental.

Em Izalco, dois mil camponeses tomaram o povoado de assalto e controlaram-no durante três dias e três noites até que foram obrigados a fugir devido aos bombardeamentos e ataques aéreos. Em Tacuba, depois de tomarem o quartel da Guarda Nacional, os revoltosos estabeleceram um *soviet* de operários e camponeses também por três dias. O mesmo se passou em Juayúa.

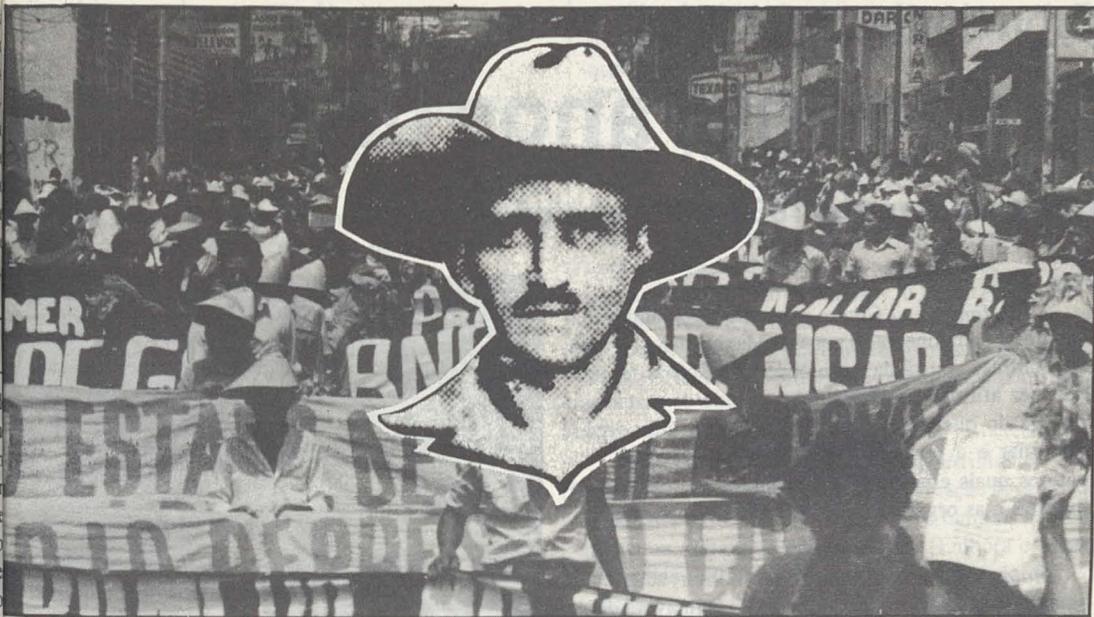
O Alto Comando do Exército rea-

giu metódica e calmamente. Um importante coluna comandada pelo general José Tomás Calderón recuperou Sonsonate e começou uma sistemática operação de «limpeza» no ocidente do país. Dias mais tarde Calderón enviou um telegrama ao general Martínez informando-o de que «até ao momento, tenho mais de quatro mil comunistas liquidados».

Uma horrorosa matança

No seu relato do massacre de 1932, Miguel Mármol afirma que houve menos de 30 mortes documentadas causadas ao exército ou à burguesia pelos «sanguinários vermelhos» e que apenas se deram poucos casos comprovados de atrocidades cometidas pelas massas contra os seus patrões. Porém, a começar pela publicação do documento falso atribuído ao Partido Comunista, a imprensa nacional iniciou uma campanha de horror na qual utilizava alguns incidentes esparsos para apresentar um quadro de assassinatos sistemáticos, violações e pilhagens através do país. E nos anos seguintes esta «legenda negra» foi aumentada e adornada para tentar lançar toda a culpa sobre os comunistas e sobre as massas camponesas pelo saldo de mortos que chegou a 30 mil, ou seja, 2,5% da população salvadorenha da época.

O coronel Gregorio Bustamante Maceo descreve o massacre: «... tendo sido apreendidas várias listas de adeptos, todos foram perseguidos e fuzilados à medida que iam sendo presos. Inclusive operários inocentes, que foram denunciados por imitizados pessoais, pois bastava a intriga de uma velha qualquer para levar à morte homens honrados com enormes famílias. Todas as noites saíam camiões carregados de vítimas da Direcção Geral de Polícia».



para as margens do Rio Acelhuate, onde eram fuzilados e enterrados em grandes covas abertas de antemão. Nem os nomes destes mártires os bárbaros executores tomavam. As metralhadoras começaram a semear pânico e a morte nas regiões de Juayúa, Izalco, Nahuizalco, Colón, Santa Tecla, no Vulcão de Santa Ana e em todos os povoados ribeirinhos, desde Jiquilisco até Acajutla. Houve cidades que ficaram arrasadas e os operários da capital foram dizimados barbaramente.

A matança era horrorosa: não espaparam crianças, velhos ou mulheres; em Juayúa foi ordenado que todos os homens honrados que não fossem comunistas se apresentassem à Prefeitura Municipal para lhes ser dado um salvo-conduto. Quando a praça pública estava repleta de homens, mulheres e crianças, obstruíram as saídas da praça e metralharam aquela multidão inocente, não deixando vivos nem os pobres cães que seguiam fielmente os seus amos indígenas.

Em Izalco, num outro caso típico, tropas sob o comando do coronel Tito Tomás Calvo tomaram o povoado e metralharam mais de 200 pessoas encerradas na Igreja da Conceição, na sua maioria mulheres e crianças. O coronel Calvo assassinou pessoalmente os camponeses capturados. Quando chegava o camponês preso e amarrado, ele dizia-lhe: «Abra a boca e feche os olhos, para vermos como estão os molarres». Simulavam que era um exame físico para o recrutamento forçado. Quando o homem abria a boca, Tito Calvo dava-lhe um tiro no céu da boca...

Das escolas, foram levadas crianças para assistirem ao enforcamento do respeitado líder indígena Feliciano Ama, «para que não se esquecessem do que acontece aos comunistas que ousam levantar-se contra os seus patrões e as autoridades estabelecidas».

É óbvio que o general Martínez depois do seu golpe de Dezembro,

lançou deliberadamente a sua campanha de repressão e cometeu a fraude eleitoral de 1932 para incitar as massas camponesas à rebelião armada.

«... a grande verdade, a verdade de fundo — comenta Mármol, que também estava num dos grupos fuzilados, escapando milagrosamente ao ser dado como morto — é que estas 30 mil mortes não foram dirigidas contra o Partido Comunista de El Salvador. Esse grande crime foi feito para traumatizar e mutilar o povo salvadoreño durante um longo tempo, para assegurar as condições do domínio oligárquico-imperialista no país, para instaurar uma «paz de cemitério» que fosse a base de uma férrea ditadura militar como a de Martínez, que duraria nada menos que 13 anos. Foi um assassinato colectivo perfeitamente planeado, maquinal e friamente executado e as suas consequências foram determinantes na história posterior do nosso povo.» □

Cronologia

Cinquenta anos de luta

Do massacre de 1932 à insurreição de 1981

1932

22 de Janeiro — Com o massacre de 30 mil trabalhadores e camponeses, o general Maximiliano Hernández Martínez consolida o seu poder. Teósofo e déspota, Martínez afirmava que maior é o pecado de matar uma formiga do que um homem, porque esse último pode reencarnar e a primeira não. Governou 13 anos, durante os quais eliminou fisicamente os ladrões, os comunistas e as organizações sindicais e camponesas.

1944

Maio — Um movimento cívico-militar, seguido de uma greve geral, derruba o tirano. A «Primavera democrática» dura pouco.

21 de Outubro — Com o golpe do general Osmín Aguirre, reinstala-se a ditadura militar.

1948

14 de Dezembro — Quando o general Salvador Castañeda Castro, sucessor de Osmín Aguirre, tenta reeleger-se, um golpe substituiu-o por uma junta de dois civis e três militares. A «revolução de 48» legalizou os sindicatos mas manteve proscritas as organizações camponesas.

1950

14 de Setembro — O coronel Óscar Osório assume a presidência, depois de eleições manipuladas pela junta. Assim como Martínez, aproveitou uma campanha contra o roubo (700 supostos ladrões foram assassinados em poucos dias) para reprimir ferozmente as organizações populares e democráticas. Osório mandou construir a barragem hidroeléctrica do rio Lempa. A sua energia barata provocou uma acelerada expansão industrial que dotou o país do maior parque manufactureiro e da classe operária mais desenvolvida da América Central.

1960

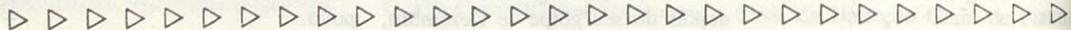
Com apoio europeu, é criado o Partido Democrata Cristão, que consegue consolidar uma base de apoio no campo, graças à influência da Igreja.



26 de Outubro — O coronel José García Lemus, homem de confiança e sucessor de Osório na presidência do país, é derrubado, depois de uma série de greves e manifestações populares, por uma junta cívico-militar. Os prisioneiros políticos são libertados e as suas celas passam a ser ocupadas por oficiais do regime deposto. Prometem-se eleições livres e, pela primeira vez em 20 anos, a esquerda começa a organizar-se publicamente. Frente Nacional de Orientação Cívica (FNOC), integrada por sindicatos, partidos e organizações estudantis.

1961

25 de Janeiro — Um golpe militar com participação clara da embaixada norte-americana substituiu a junta por um directório cívico-militar. O povo pede armas e jovens oficiais que dirigiram o golpe de Outubro, mas estas nunca chegaram; depois de uma violenta semana



el salvador

directório controla a situação. Num dos seus primeiros actos de Governo, rompe relações com Cuba.

1962

1 de Julho — O coronel Júlio Adalberto Rivera assume a presidência, depois de «eleições livres» nas quais só se autorizou a apresentação de candidatos do Partido de Conciliação Nacional (PCN), criado pelo exército. Através de um mecanismo semelhante, o coronel Rivera é substituído, em 1967, pelo general Fidel Sánchez Hernández.

1968

Funda-se o Movimento Nacional Revolucionário (MNR), de orientação ideológica alinhada à Internacional Socialista.

1969

É criada a União Democrática Nacionalista (UDN), com militantes do antigo Partido de Renovação e apoio do Partido Comunista, que continua proscrito.

1970

Dissidentes do Partido Comunista, liderados por Salvador Cayetano Carpio, formam a Frente Popular de Libertação Farabundo Martí (FPL), dedicada ao estabelecimento de forças guerrilheiras, segundo a estratégia de «guerra popular prolongada».

1972

25 de Março — Perante a descarada fraude eleitoral contra José Napoleón Duarte e Guillermo Ungo, candidatos presidenciais opositoristas, a ala «constitucionalista» de jovens oficiais tenta dar um golpe de Estado contra Fidel Sánchez. A rebelião é sufocada em 18 horas, com a participação de tropas guatemaltecas e nicaraguenses. Assume a presidência o candidato do PCN, coronel Arturo Armando Molina.

Junho — Nasce «o grupo» constituído por sociais-cristãos radicais e militantes comunistas de tendência maoísta. O grupo forma, depois, o Exército Revolucionário do Povo (ERP) e rompe, em 1979, as relações com Pequim.

1974

Uma onda de sequestros de oligarcas e empresários estrangeiros permite à guerrilha comprar armas sofisticadas nos mercados internacionais e intensificar as suas acções. Em resposta, o governo aumenta o orçamento militar e converte em forças de contra-insurreição a Guarda Nacional, a Polícia Nacional e a Polícia da Fazenda. Com evidente apoio oficial, começam a actuar grupos terroristas «paramilitares» (na realidade militares

vestidos de civis): Organização Democrática Nacionalista (Ordem), União Guerreira Branca (UGB), Falange e outros.

1975

O ERP divide-se entre os que seguíam uma linha «militar» e os partidários da «linha de massas». Estes últimos dividem-se e criam as Forças Armadas da Resistência Nacional (FARN), que orienta politicamente a Frente de Acção Popular (FAPU), criada em 1974 como ampla coligação de sindicatos e organizações estudantis. Outra grande «frente de massas», o Bloco Popular Revolucionário (BPR) é fundado em 1975, aliado das FPL. A sua maior força está entre os camponeses, mas também aderem estudantes, professores e população dos bairros pobres.

1976

Para cortar o apoio às forças guerrilheiras, o Governo anuncia um «plano de transformação agrária» que englobaria terras estatais e as de duas famílias não-integradas na oligarquia agrofinanceira. Embora o alcance da medida fosse limitado, a furiosa oposição dos latifundiários, que chegaram a qualificar de «comunista» o general Molina, impede a sua realização. O regime muda de tática e designa como sucessor o general Carlos Humberto Romero, ministro da Defesa e responsável directo pelos massacres dos anos anteriores.

1977

28 de Fevereiro — Duzentas pessoas, pelo menos, são assassinadas durante uma manifestação pacífica de protesto contra-nova fraude eleitoral, cometida desta vez contra o candidato da União Nacional Opositorista (UNO), coronel reformado Ernesto Claramont apoiado pelos comunistas, democristãos e sociais-democratas. No dia seguinte, a repressão provoca cerca de sete mil vítimas. A «frente de massas», do ERP, criada neste mesmo ano, toma o seu nome usando essa data: as Ligas Populares 28 de Fevereiro (LP-28).

1978

Isolado politicamente e acossado por um novo clímax da luta de massas e da actividade guerrilheira, o general Romero convoca um «Foro Nacional» para o diálogo. Não obtém nenhuma adesão significativa e, como resposta, forma-se o «Foro Popular» integrado pela UDN, o PDC, o MNR, a Fenastras (central sindical ligada à FAPU) e outras organizações.

1979

19 de Julho — Triunfo sandinista na Nicarágua. A queda de Somoza desarticula o CONDECA (pacto mili-



tar das ditaduras centro-americanas) e estimula os opositoristas salvadorenhos. A situação de Romero torna-se insustentável. A OEA programa uma reunião para 22 de Outubro na qual serão condenadas as terríveis violações do seu regime aos direitos humanos.

15 de Outubro — Um golpe de Estado substitui Romero por uma junta cívico-militar integrada por Román Mayorga (reitor da Universidade Católica), Guillermo Ungo (social-democrata), Marco Andino (representante da empresa privada), coronel Adolfo Majano (da chamada «juventude militar») e o coronel Jaime Abdul Gutiérrez (pró-norte-americano). O Foro Popular oferece a sua colaboração ao novo governo, o Partido Comunista dá um apoio condicionado à expulsão dos fascistas do aparelho estatal, o respeitado arcebispo de San Salvador chama os guerrilheiros para «deporem as armas e abrir um compasso de espera». O Departamento de Estado norte-americano, que vê no golpe uma fórmula para evitar «outra Nicarágua», acha que conseguiu o seu objectivo: as organizações guerrilheiras, divididas entre si e tibatubas diante da junta reformista, ficam isoladas e parecem um alvo fácil da repressão, que continua sob o comando do ministro da Defesa, coronel Guillermo García.

4 de Novembro — Monsenhor Romero denuncia que «os organismos de segurança estão reprimindo de forma mais brutal que no regime anterior, para evitar que o novo Governo ganhe credibilidade».

7 de Dezembro — Preocupados porque a repressão se dirige «exclusivamente contra as organizações populares» e não contra as paramilitares de direita, vários ministros lançam um ultimato à junta e às Forças Armadas, no qual exigem que a primeira tome o comando efectivo do exército.

1980

3 de Janeiro — Face à recusa transmitida pelo coronel García, todos os restantes ministros renunciam, assim como os três civis da Junta. Salvador Samayoa, ministro da Educação, anuncia a sua incorporação nas forças guerrilheiras da FPL.

9 de Janeiro — O Partido Democrata Cristão aceita participar no governo cívico-militar.

10 de Janeiro — As FPL, as FARN e o Partido Comunista anunciam a sua unificação na Coordenação Revolucionária Político-Militar.

11 de Janeiro — Quatro organizações de massas (BPR, LP-28, FAPU e UDN) anunciam a sua adesão conjunta à Coordenação Revolucionária de Massas.



No campo ou na cidade, a luta faz numerosos mortos todos os dias.

22 de Janeiro — Duzentas e cinquenta mil pessoas fazem uma manifestação para comemorar o aniversário do massacre de 1932 e celebrar a unificação da esquerda. A marcha pacífica é atacada, com um saldo de mais de 300 mortos e feridos. Declara-se greve geral de três dias.

9 de Fevereiro — A Junta anuncia a nacionalização dos bancos e do comércio exterior e promete uma reforma agrária. O Departamento de Estado norte-americano reafirma o seu apoio à Junta.

15 de Fevereiro — Apenas 600 pessoas participam numa manifestação de apoio ao governo convocada pelo PDC. Algumas delas declararam depois que tinham sido levadas para lá enganadas.

5 de Março — Héctor Dada Hirezi, membro civil da Junta, renuncia ao governo e ao PDC, denunciando, no México, o processo repressivo. Dois dias depois, é promulgado o decreto de reforma agrária que ele tinha elaborado.

8 de Março — O ERP integra-se na Coordenação Revolucionária Político-Militar que se transforma em Direcção Revolucionária Unificada.

9 de Março — José Napoleón Duarte, presidente do PDC, integra a Junta em substituição de Dada Hirezi.

12 de Março — Monsenhor Romero denuncia «intervenção aberta em El Salvador» dos Estados Unidos e afirma que a «reforma agrária não leva a quase nada porque está controlada pelos militares».

17 de Março — A greve convocada pela Coordenação Revolucionária de Massas deixa um saldo de 51 mortos.





Monsenhor Romero é assassinado no altar por um comando de extrema-direita.

24 de Março — Dois dias depois de ter ordenado aos soldados salvadorenos para não disparar contra o povo, Monsenhor Romero é assassinado em plena missa por um franco-atirador especial, ainda não-identificado. Nova greve geral e novo massacre nos seus funerais: 40 mortos e 150 feridos.

2 de Abril — Forma-se a Frente Democrática, com elementos dissidentes da Democracia Cristã, social-democratas, profissões liberais, organizações sindicais, camponesas e das universidades do país. A Frente Democrática adopta o programa da Coordenação Revolucionária de Massas e, junto com esta, forma a 18 de Abril a Frente Democrática Revolucionária, presidida por Enrique Alvares Córdoba, personalidade vinculada, pela sua origem social, às «14 famílias».

14 de Maio — Seiscentas pessoas, na maioria mulheres e crianças, são massacradas pelo exército salvadorenho em território «desmilitarizado» na fronteira, quando tentavam buscar asilo nas Honduras.

27 de Julho — *El Independiente*, único diário oposicionista, é dinamitado na capital salvadorenha.

13, 14 e 15 de Agosto — A greve geral «pre-

-insurreccional», convocada pela Frente Democrática Revolucionária, paralisa o país.

Setembro — A destituição de dezenas de oficiais leais ao coronel Majano fortalece o sector direito liderado pelo general Garcia. Majano ameaça renunciar.

A Direcção Revolucionária Unificada anuncia a criação da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FFMLN), direcção única, política e militar das organizações revolucionárias. As FARN separam-se por divergências sobre os passos a dar em direcção à fusão de todas as organizações num único partido.

Outubro — A FFMLN intensifica as operações militares em todo o país. Sob pressão norte-americana, os governos de Honduras e El Salvador anunciam a assinatura de um Tratado de Paz (Ver artigo neste número) como passo prévio para uma maior colaboração entre ambos os exércitos.

12 de Novembro — As FARN reincorporam-se na FFMLN.

26 de Novembro — Durante uma conferência de imprensa em San Salvador, são sequestrados e, posteriormente, assassinados, o presidente da FDR, Enrique



Alvarez Córdoba e seis altos dirigentes opositoristas. No México, o embaixador norte-americano Julián Nava, responsabiliza a Junta pelos crimes e é desautorizado pelo Departamento de Estado.



A descoberta dos cadáveres das freiras norte-americanas.

3 de Dezembro — Quatro freiras norte-americanas são assassinadas por comandos paramilitares. Washington suspende a ajuda militar, mas volta a reatá-la (aumentada) a 15 de Janeiro de 1981.

7 de Dezembro — O coronel Majano é destituído da Junta. Para dissimular o virtual golpe direitista, anuncia-se a «reorganização» do governo e José Napoleón Duarte é designado presidente (14 de Dezembro).

22 de Dezembro — «Tirem as mãos de El Salvador», reivindica o presidente equatoriano Jaime Roldós, num vibrante discurso diante do Congresso mexicano. Aumentam os rumores de uma iminente intervenção norte-americana, enquanto a FDR anuncia a próxima instalação de um «governo em armas» (Vêr caixa na pág. 15.) em território salvadorenho libertado.

26 de Dezembro — O Partido Revolucionário dos Trabalhadores Centro-Americanos anuncia a sua incorporação na FFMLN, que consegue assim a unidade total das forças de esquerda.

31 de Dezembro — A Comissão de Direitos Humanos de El Salvador revela o saldo de crimes de 1980: 12 mil mortos identificados. Calcula-se que seja um total pelo menos igual à quantidade de mortos não-identificados, sepultados em covas comuns e cemitérios clandestinos.

1981

7 de Janeiro — A FFMLN denuncia a vinda para El Salvador de mercenários somozistas procedentes da Guatemala.

10 de Janeiro — Inicia-se a ofensiva geral.

11 de Janeiro — 175 soldados da guarnição de Santa Ana aderem à rebelião hasteando a bandeira da FFMLN nos seus aquartelamentos.

12 de Janeiro — Napoleón Duarte apela publicamente a uma intervenção militar dos EUA no seu país.

16 de Janeiro — O embaixador salvadorenho em Manágua demite-se, aderindo à guerrilha.

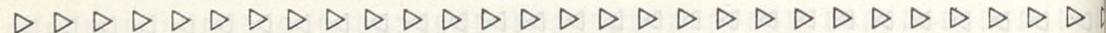
19 de Janeiro — Num dos últimos actos do seu mandato, James Carter aprova um reforço de dez milhões de dólares para a Junta salvadorenha.

31 de Janeiro — Apesar de sensível diminuição da «ofensiva geral», os combates prosseguem em três frentes.

2 de Fevereiro — O novo secretário de Estado norte-americano, Alexander Haig, demite o embaixador Robert White no que é considerado um endurecimento político da administração Reagan em relação a El Salvador.



Desenho de Wolinski publicado no «L'Humanité»



el salvador

Alcançar a paz, só com a vitória



Nilton Santos

JUAN Ramón Medrano é o responsável político pelo Exército Revolucionário do Povo (ERP), comandante da Revolução salvadorenha e membro da Direcção Revolucionária Unificada — organismo máximo e comando-geral da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FFMLN). Esta entrevista, feita nos primeiros dias de Janeiro, quando se iniciava a actual ofensiva contra a Junta que governa o país, mostra a posição da FFMLN e o seu significado.

*O autor é Editor Internacional do jornal «Companheiro».

Um dos líderes mais destacados da guerrilha salvadorenha, Juan Ramón Medrano, fala em exclusivo a cadernos do Terceiro Mundo

Qual o papel da actual ofensiva dentro do quadro geral do movimento revolucionário salvadorenho? Trata-se realmente de uma ofensiva final?

Em primeiro lugar, seria necessário esclarecer que a ampliação das actividades militares desde os últimos dias do ano passado, não é a ofensiva final. Actualmente existe uma «campanha de propaganda armada» que pode ser considerada uma primeira etapa de aniquilamento das forças do inimigo e de «recuperação» de armamento.

Não há dúvida de que a ofensiva final é algo iminente, já que a actual situação revolucionária chegou ao

seu momento de definição. Também podemos afirmar que já estamos em condições de iniciar a ofensiva e que actualmente estamos a dar solução aos problemas básicos necessários para poder impulsioná-la. O nosso plano de guerra está a ser preparado nos seus mínimos detalhes. Ele deve ser um plano ágil, que combine a audácia e a improvisação. As nossas forças são ainda irregulares e não compõem um exército tradicional. Em consequência, a garantia da vitória está no poder das massas. O nosso plano prevê que a ofensiva deve ser um processo ininterrupto, com as forças revolucionárias claramente ao ataque e com um único resultado: a vitória ou a derrota.

Assim, desautorizamos todas as declarações dos diferentes meios de comunicação que afirmam estarmos já na ofensiva final, isto é, no momento das acções culminantes do processo. Essas declarações têm o papel de criar um ambiente de confusão, tanto internacionalmente como dentro do país, e o seu objectivo é desmoralizar as forças revolucionárias, dificultando o apoio e a solidariedade internacionais no momento em que esta realmente se verifique. E esse momento pode estar muito perto. A nossa direcção nacional já colocou as suas forças em estado de alerta. Certamente, nos próximos dias, os combates generalizar-se-ão por todo o país e viveremos dias com as massas insurrectas e o país paralisado.

Quais são, então, os objectivos da ampliação das actividades militares pela FFMLN?

Num primeiro momento, libertar parte do terreno e insurreccionar as principais cidades do país. Em seguida, atrair, a nível internacional, a solidariedade e o apoio das forças democráticas e revolucionárias de todo o mundo. Terceiro, derrotar política e militarmente o actual governo. Acreditamos que temos neste momento a nosso favor todas as condições para lançarmos uma ofensiva progressiva com uma elevada hipótese de triunfo. Assim, o fundamental é o objectivo estratégico: alcançar a derrota do regime actual e a tomada do poder pelo povo, isto é, a instauração de um governo democrático revolucionário.

O processo de unidade

Que influência teve a formação da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional na Revolução do processo revolucionário salvadoreño?

As forças revolucionárias deram um salto histórico, tanto ao nível de qualidade quanto de quantidade, ao

convergiarem no sentido de uma só formação táctica e estratégica e ao definirem objectivos comuns. Para desenvolver esse processo, formou-se a Direcção Revolucionária Unificada, que é o Comando Geral da FFMLN e o seu Estado-Maior e conjunto como direcção militar do processo revolucionário e as comissões auxiliares do Comando Geral — uma linha única de trabalho internacional. Isso forjou e tem aprofundado um forte sentimento unitário. Não há dúvida de que o facto de cinco organizações se unirem num mesmo projecto político, deixando de ser um movimento revolucionário disperso e débil para ser um só, forte e poderoso, cria uma profunda confiança no povo quanto à maturidade e capacidade dessa vanguarda para conduzir o processo. Amplia também as possibilidades de atrair a confiança e a solidariedade internacionais.

Ressalte-se também que esse processo unitário é reforçado ainda pela constituição de uma ampla instância, a mais representativa de todo o povo salvadoreño, que é a Frente Democrática Revolucionária (FDR). Tem uma plataforma programática onde se evidencia o carácter amplo, pluralista, que terá o governo democrático revolucionário. Neste estarão representados todos os sectores em luta contra a Junta militar democrata-cristã que ficará apoiado num exército que seja o resultado da convergência de todos os sectores patriotas das forças armadas com o actual exército popular revolucionário.



el salvador

A formação de uma equipa de trabalho internacional FFMLN-FDR, por sua vez, permite iniciar toda uma batalha diplomática. Já temos representação nossa junto de vários governos do mundo.

Por último, e como consequência desses avanços, temos o nosso plano de guerra que está a ser implementado aceleradamente: conseguimos resolver em grande parte os nossos problemas logísticos e de armamento, o que nos dá uma capacidade muito superior à que tínhamos há alguns meses.

Quais são os objectivos da FFMLN e da FDR a nível internacional?

Primeiro, é necessário denunciar a tarefa que o imperialismo encomendou à imprensa internacional, que responde aos seus interesses, de deformação da realidade da luta no país, procurando dar uma imagem centrista ao actual governo. Na verdade, é um governo genocida que está a ser derrotado pela combatividade do nosso povo. É necessário esclarecer que Napoleón Duarte, García, Abdúl Gutiérrez e Carranza, fazem parte do mesmo plano repressivo, que pretende resolver pela via dos massacres o problema social em El Salvador.

Segundo, é necessário canalizar o apoio do mais amplo leque de forças democráticas em torno do direito à autodeterminação do povo salvadorenho; denunciar a intervenção norte-americana que já existe no nosso país;

e barrar uma possível intervenção maciça do exército dos EUA.

Terceiro, com a ofensiva diplomática de uma equipa formada por conceituados dirigentes da FDR-FFMLN, visamos ampliar o isolamento da Junta militar democrata-cristã e obter o reconhecimento do novo Governo Democrático Nacional como único representante dos direitos e interesses do povo salvadorenho.

Comandante Medrano, como vê as repercussões internacionais da Revolução salvadorenha?

A nossa luta é revolucionária e contra a oligarquia; contra as forças repressivas e contra a política imperialista. A nossa luta é pela paz e não temos o mínimo desejo de prolongar a guerra. Gostaríamos de afirmar que nós não representamos nenhum perigo para a estabilidade centro-americana. No entanto, a política belicista e agressiva do governo Reagan, se confirmada numa intervenção, será a única responsável pela desestabilização total da América Central. Isso provocaria uma reacção idêntica à do povo do Vietname, além do alastramento da luta anti-imperialista para toda a América Central e um apoio generalizado dos povos latino-americanos.

A única forma de se conseguir a paz em El Salvador, uma paz verdadeira com justiça e respeito pelos direitos do seu povo, a única forma de caminhar no sentido de uma estabilidade centro-americana, é a vitória da FFMLN-FDR. □



A luta em El Salvador reúne jovens, velhos, mulheres e crianças.

HONDURAS • EL SALVADOR

Um acordo para a repressão

O tratado de paz firmado entre as Honduras e El Salvador não resolve o velho diferendo fronteiriço entre os dois países destina-se antes a impedir o triunfo dos movimentos revolucionários centro-americanos

Valeria Yuzuk

A 10 de Dezembro de 1980, foi firmada em Tegucigalpa (Honduras) a ratificação do Tratado de Paz entre as Honduras e El Salvador, (subscrito dois meses antes em Lima, Peru), que proporcionou o reatamento das relações diplomáticas entre os dois países, suspensas há mais de 11 anos, quando, em Julho de 1969, os exércitos hondurenho e salvadorenho enfrentaram-se na aquela que foi designada por «guerra do futebol» ou «das cem horas».

O conflito armado durou quatro dias, causou mais de duas mil baixas a cada nação e terminou quando a Organização dos Estados Americanos (OEA) conseguiu o cessar-fogo, deixando em disputa várias zonas fronteiriças (denominadas «bolsas» na gíria militar) que totalizam 460 km². O acordo de paz foi alcançado depois de dois anos de negociações, com a mediação do jurista peruano José Luís Bustamante y Rivero, um destacado membro do Tri-



bunal Internacional de Justiça de Haia.

A delegação de El Salvador foi a primeira a chegar a Tegucigalpa e esteve representada pelo coronel Abdúl Gutierrez, pelo engenheiro José Napoleón Duarte e pelo doutor Ramón Avalos Navarrete, três dos cinco membros da então Junta salvadorenha, que, naquele momento, enfrentava o início da crise de gabinete que culminou, poucos dias depois, com o afastamento do coronel Adolfo Majano. Além disso, foi a primeira vez em 11 anos que governantes de El Salvador pisavam terra hondurenha. Assistiram, como convidados de honra, ao acto da ratificação do Tratado de Paz, os

Estiveram presentes, também entre outros, William Bowdler, subsecretário adjunto para assuntos interamericanos do Departamento de Estado norte-americano, e um representante da Junta de Governo de República da Nicarágua.

Nesse mesmo momento, nas ruas de Tegucigalpa, houve uma pacífica manifestação convocada pelo Comité Hondurenho de Solidariedade com o povo de El Salvador, frente à catedral metropolitana, em protesto pela presença no país de representantes da ditadura salvadorenha, era violentamente reprimida pelo grupo antimotins Cobra, com o saldo de numerosos estudantes feridos e várias pessoas intoxicadas pelos gases lacrimogéneos. A repressão começou quando

presidentes Luis Herrera Campesino, da Venezuela, Júlio César Turbay Ayala, da Colômbia, Rodrigo Carazo Odio, da Costa Rica, Aristides Royo, do Panamá, e o ditador guatemalteco Romeo Lucas Garcia.

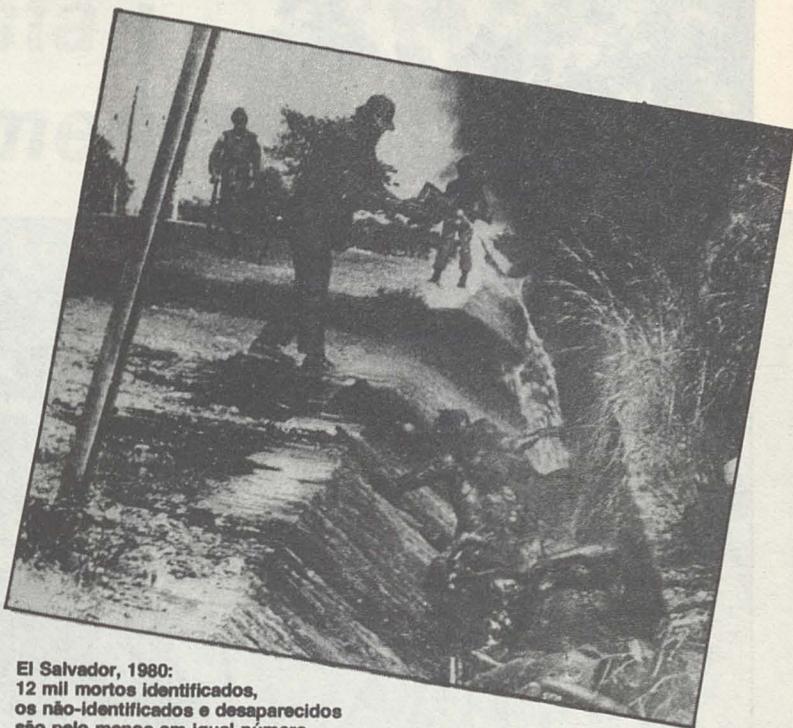
el salvador

manifestantes queimaram um boneco vestido de militar. Um pouco antes, diferentes oradores haviam denunciado os Estados Unidos como os verdadeiros autores do rascunho do Tratado de Paz, destinado a coordenar as Forças Armadas de ambos os países nos ataques contra as forças revolucionárias salvadorenhas que operam na fronteira das duas nações.

A questão principal foi esquecida

Foi, precisamente, William Bowdler quem declarou à imprensa dos Estados Unidos que Policarpo Paz García «conta com o apoio» norte-americano e que o seu governo aplaude os esforços feitos por ambos os países para conseguirem um entendimento definitivo». A declaração do representante norte-americano era compreensível: durante os últimos anos — e especialmente depois do triunfo sandinista na Nicarágua — foram intensos os esforços desenvolvidos pelos Estados Unidos através de embaixadores, secretários de Estado e enviados especiais, para conseguirem a assinatura desse Tratado. Mas, até agora, esses esforços tinham resultado infrutíferos devido aos pontos de vista discordantes dos governos hondurenho e salvadorenho sobre o tema fundamental da linha fronteiriça entre os dois países.

No entanto, o «Acordo de Paz» recentemente firmado, não resolve a questão dos limites, nos quais estão incluídas as ainda claramente delimitadas «bolsas», que, no total, abrangem 460 km de fronteira. O tratado ratifica simplesmente um acordo anterior que se propõe resolver — mediante uma comissão de ambas as partes e num prazo de cinco dias — o diferendo limítrofe e, em



El Salvador, 1980:
12 mil mortos identificados,
os não-identificados e desaparecidos
são pelo menos em igual número

caso de não se chegar a um acordo bipartido, levar a questão ao Tribunal Internacional. Cabe, então, perguntar qual foi o verdadeiro motivo da apressada assinatura do Tratado de Paz. Para encontrar resposta para essa pergunta é impossível minimizar a hipótese do *Triângulo do Norte*, em cujos vértices se encontram os regimes de El Salvador, Honduras e Guatemala. Segundo essa hipótese, a aliança entre esses governos tentaria impedir o triunfo dos povos da região e neutralizar a Revolução sandinista na Nicarágua.

O «Triângulo de Ferro»

Diferentes observadores e analistas centro-americanos expressaram nos últimos meses dúvidas a respeito

dos verdadeiros objectivos que levaram as cúpulas governantes das Honduras e de El Salvador a subcrever um tratado — quase imediatamente depois do triunfo revolucionário nicaraguense e no auge das lutas populares em El Salvador — que, no essencial, deixa intactos os pontos fundamentais que suscitaram a guerra de 1969. Ao mesmo tempo, organizações democráticas populares da região centro-americana denunciaram categoricamente que a assinatura do pacto hondurenho-salvadorenho foi promovida pelos Estados Unidos, que — com grandes interesses económicos na região e decididos a neutralizar a «influência comunista» — ditaram a conveniência de sustentar o desenvolvimento revolucionário na região. Para garantir essas afirmações, os denun-



Um tratado dirigido contra os movimentos revolucionários centro-americanos

cientes explicam que os problemas territoriais continuam sem solução, lembram que nos últimos meses os exércitos dos dois países realizaram operações conjuntas contra os guerrilheiros salvadorenhos e mencionam o massacre do rio Sumpul — localizado na fronteira — onde foram assassinados 600 camponeses que procuravam refúgio nas Honduras. Neste sentido, segundo o jornal cubano *Granma*, Washington «quer fazer experiências com as Forças Armadas de El Salvador, Honduras e Guatemala para tentar apagar o incêndio revolucionário que foi deflagrado no menor dos países centro-americanos». O jornal afirma que se trata de «implicar agora legalmente as Honduras, pois, clandestinamente, sem anúncios oficiais, o exército hondurenho, já há

tempos havia começado a sujar-se de sangue salvadorenho e guatemalteco».

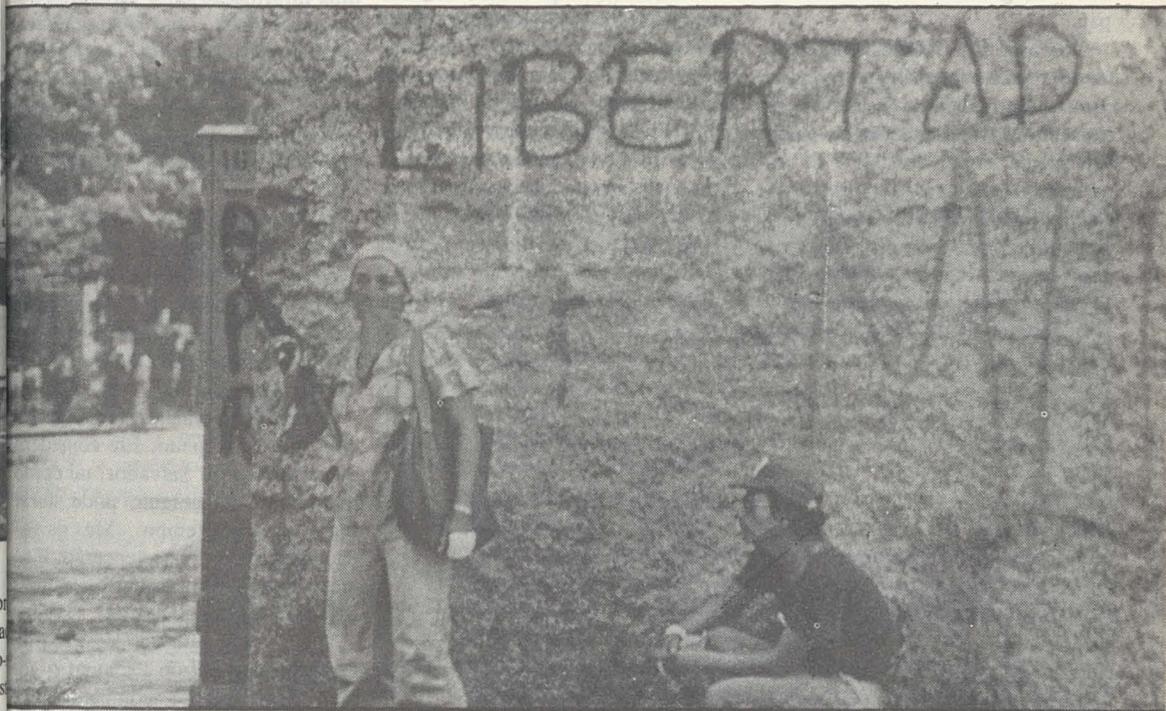
No dia seguinte ao da assinatura que ratificou o Tratado de Paz, Francisco Díaz, membro da Frente Democrática Revolucionária (FDR) de El Salvador, denunciou que o pacto tem um propósito claramente militarista e que se destina, em termos imediatos, contra a luta popular salvadorenha e, a médio prazo, contra a Nicarágua. Aquele dirigente afirmou que o acordo pretende «apagar» as zonas desmilitarizadas («Bolsas») para que ambos os exércitos «tenham acesso livre e coordenado para a acção repressiva». Diz ainda que, numa segunda fase, o Tratado «prepara uma agressão mais intensiva contra a Nicarágua, já que, ao ficar formalmente resolvido o

conflito limítrofe, qualquer problema que surja pode ser qualificada de 'internacional', propiciando assim a intervenção militar dos Estados Unidos».

A hipótese não é errada: o próprio Ronald Reagan mostrou-se partidário da aplicação dessa «solução» em El Salvador. Mesmo assim, o actor-presidente parece desconhecer os problemas decorrentes de um regresso aos tempos da política do *stick*. Isso equivaleria a reeditar velhos filmes de vaqueiros justiceiros numa época em que os *cowboys* não existem e a Justiça está seriamente posta em causa no próprio país. Neste sentido, os militares das Honduras e de El Salvador são os menos indicados para interpretar o papel de «bons rapazes» na América Central.

el salvador

A resposta latino-americana



A luta, hoje como ontem,
é contra a intervenção norte-americana

Neiva Moreira

GUILHERMO Manoel Ungo é um homem tranquilo, que fala pouco e se expressa sempre com moderação, mesmo nas horas críticas e sobre os problemas mais difíceis. Tem quase 50 anos, grande parte dos quais dedicou à luta pela democracia em El Salvador.

Ungo é dirigente do Movimento Nacional Revolucionário, frequentemente apontado como de tendência

social-democrata. «Os rótulos europeus nem sempre se ajustam às nossas realidades», disse ele a propósito dessa classificação. Como delegado do Foro Popular, uma coordenação de organizações revolucionárias, participou da Junta Cívico-Militar que assumiu o poder, a 15 de Outubro de 1979, após a deposição do general direitista Carlos Humberto Romero.

Quando a Junta traiu os compromissos assumidos, de estabelecer a democracia no país e passou a fazer o jogo da velha oligarquia cafeeira importadora, Ungo abandonou o governo e voltou ao seu posto de luta na frente revolucionária.

Nos últimos três anos, assistiu, como delegado ou observador, a várias reuniões latino-americanas, em que esse dirigente salvadoreno representava as forças revolucionárias do seu país. O nosso último encontro foi em 8 e 9 de Dezembro de 1980, no Panamá, numa reunião extraordinária da direcção de Conferência de

Partidos Políticos da América Latina
— COPPAL (ver caixa).

Pouco depois, Guilherme Manoel Ungo era designado presidente da Frente Democrática Revolucionária de El Salvador e seu virtual presidente do governo em armas desse país.

A reunião da COPPAL no Panamá foi dominada pela análise das repercussões da vitória de Reagan e da situação na América Central, particularmente em El Salvador. O importante nos debates foi o clima de autoconfiança que ali se notou, uma preocupação maior com o esforço de unidade da América Latina e das Caraíbas do que propriamente com a eventual estratégia neocolonialista da nova administração republicana.

A reunião concluiu pelo «repúdio a qualquer tipo de intervenção militar estrangeira nos assuntos de outro país». E foi ainda mais clara a sua nota final: «O princípio de não-intervenção e da autodeterminação



Os salvadorenhos não reclamam armas nem combatentes. Querem apoios para impedir uma invasão estrangeira.

regional são conquistas indeclináveis dos nossos países e em sua defesa os povos latino-americanos devem unir-se de forma decidida».

Gente forjada na luta

Na Conferência estavam dirigentes políticos e revolucionários que conhecem na própria carne o que tem sido, através dos anos, a política dos Estados Unidos na área. O México, representado por Gustavo Carbajal, perdeu mais da metade do seu território, nada menos que quatro Estados dos mais ricos do que é hoje a União Norte-Americana: Texas, Califórnia, Novo México e Arizona. Peña Gómez, cujo partido, o PDR, está hoje no poder na República Dominicana, participou, em 1965, na resistência liderada pelo coronel Caamaño Deño, à invasão norte-americana. Tomás Borge, um veterano da guerra sandinista de libertação da Nicarágua, não apenas enfrentou mas derrotou a ditadura somozista, engendrada e apoiada por Washington; Gerardo Gonzalez, secretário-geral do Partido Democrático Panamiano, actualmente no poder, desde a sua infância escalava os muros da Zona do Canal, enfrentando a ocupação norte-americana. Enfim, muitos outros, caldeados nas lutas patrióticas do continente.

Não-intervenção

Os salvadorenhos, presididos por Ungo, não reclamavam armas nem combatentes, mas, sim, a mobilização das forças democráticas americanas no apoio político e diplomático à causa de El Salvador. Mais do que isso: reivindicavam um esforço concentrado e decisivo para impedir uma intervenção estrangeira na guerra de libertação do seu país, cujo

problema deveria ser deixado aos próprios salvadorenhos.

Quem ler sem espírito crítico a informação das agências pode chegar à conclusão de que no exército revolucionário de El Salvador há de tudo, menos salvadorenhos. A última informação falsa difundida é a de que combatentes nicaraguenses haviam penetrado no país para se juntarem às guerrilhas. Pouco depois, a notícia era desmentida, mas os seus efeitos políticos e psicológicos já tinham atingido os patriotas salvadorenhos.

A verdade é outra. Quando colocámos esse problema a Ungo, ele disse-nos enfaticamente: «não precisamos de armas e muito menos de combatentes para empunhá-las. O que queremos é que cesse a intervenção estrangeira contra nós».

Também o comandante Borge fez claro a esse respeito. Ele considerava que a luta em El Salvador, tal como ocorreu na Nicarágua, pode durar mais ou menos tempo. «Mas os patriotas salvadorenhos vencerão. Eles devem fazer a guerra e conduzir os seus próprios assuntos».

No seu gabinete no Comando da Guarda Nacional do Panamá, o general Omar Torrijos acompanha dia e noite o que se passa na América Central. «O que ocorre nesta área tem repercussão favorável ou não no Panamá. E natural, assim, que estejamos atentos», disse-nos.

Perguntámos a Torrijos se, a exemplo da Nicarágua, há uma colaboração militar panamiana com os revolucionários de El Salvador.

«Não. Eles não o necessitam», respondeu.

Por ocasião da recente visita do ministro dos Negócios Estrangeiros de Cuba ao Panamá, foi divulgado um comunicado conjunto em que reiterava o respeito à não-intervenção nos assuntos salvadorenhos, m

el salvador

também se exigia que essa conduta fosse seguida pela outra parte, ou seja, Washington e os seus aliados.

«A eventual regionalização, centro-americanização ou internacionalização do conflito de El Salvador põe em perigo a paz da América e do mundo e é isso o que procuram os Estados Unidos», declarou em Quito, o presidente da Frente Democrática Revolucionária de El Salvador.

A mesma advertência tem sido reiterada pelo governo do México. Sabese que no encontro com o Presidente Reagan, a 5 de Janeiro, antes mesmo da posse do novo mandatário norte-americano, o presidente López Portillo deixou claro que o seu país, colocado numa posição geoestratégica chave, entre os Estados Unidos e a América Central, mantém sem vacilações a sua posição histórica contrária a qualquer tipo de intervenção em país estrangeiro.

No Equador, o governo do Presidente Jaime Roldós, que ocupa um espaço cada vez mais expressivo no contexto latino-americano, exigiu que se evitasse qualquer intervenção em El Salvador, proclamando que só o respeito da vontade do povo salvadorenho permitirá pôr fim à situação de violência que o país atravessa».

A presença norte-americana

Porquê tantas referências à intervenção? Está claro que ela existiu até agora e a sua tendência é para aumentar. Mesmo quando o presidente Carter, pressionado pela opinião internacional e influentes sectores do seu próprio partido, anunciava o corte da ajuda militar à Junta de El Salvador, o exército salvadorenho continuava a receber armamentos.

O que houve foi uma mudança de rotas. Em vez de uma entrega directa de equipamento militar, o Pentágono fazia-o através da Guatemala e Honduras. Uma manobra semelhante à que ocorreu nos últimos meses da guerra de libertação da Nicarágua: os Estados Unidos aparentemente cortaram a ajuda militar a Somoza, mas, na verdade, passaram a fazê-lo através de Israel.

Já nas últimas semanas do governo de Carter, a situação se modi-

ficou. A entrega de equipamentos «letais» passou a ser de novo legalizada. Entre esse material incluíam-se espingardas M-16 e munições, granadas, lança-granadas e quatro helicópteros Huey e — o que é mais grave — com tripulantes norte-americanos.

O Departamento de Estado, ao anunciar aquela aparente mudança de atitude, declarou: «Devemos apoiar o governo salvadorenho na

O que é a COPPAL

A falta de uma divulgação adequada e o bloqueio das grandes agências transnacionais de notícias têm reduzido a projecção continental da Conferência Permanente dos Partidos Políticos da América Latina — COPPAL. Embora esteja longe da sua meta de unidade latino-americana, sem dúvida, a Conferência é um marco importante nesse caminho e tem actuado com eficácia em muitos episódios decisivos da região. Foi fundada em 1979, em Oaxaca, no México, uma cidade que recorda o nascimento e as lutas do prócer da América, Benito Juarez.

Actualmente, a COPPAL é dirigida pelo presidente do Partido Revolucionário Institucional do México (PRI), Gustavo Carbajal com a assistência de seis vice-presidentes: comandante Tomás Borge, da Frente Sandinista de Libertação Nacional; o ex-presidente da Costa Rica, Daniel Odúber, do Partido de Libertação Nacional; o ex-primeiro-ministro e actual presidente do Partido Nacional do Povo da Jamaica, Michel Manley; do presidente do Partido Revolucionário Dominicano, Peña Gómez; de Leonel Brizola, presidente do Partido Democrático Trabalhista do Brasil; e do dr. Victor Paz Estenssoro, do Movimento Nacionalista Revolucionário da Bolívia, que divide com o presidente Hernán Siles Suazo (Partido Nacionalista Revolucionário de Esquerda (MNRI), a representação boliviana.

Mais de vinte partidos — que incluem a APRA peruana, o MAS (Movimento ao Socialismo) e a Acção Democrática da Venezuela dirigida pelo ex-presidente Carlos Andrés Perez, e outros integram esta Internacional latino-americana. A COPPAL mantém-se distante dos grandes blocos ideológicos e políticos, entre estes a Internacional Socialista, concentrando a sua luta em alguns objectivos centrais do processo revolucionário latino-americano e das Caraíbas, como a luta pela democracia e a autodeterminação.

Os salvadorenhos têm encontrado na COPPAL não apenas um foro importante à sua luta política e diplomática mas também um apoio objectivo à guerra patriótica que travam contra a oligarquia e o domínio imperialista.

N.M.

sua luta contra o terrorismo marxista». Assinale-se que a linguagem não era do general Haig, novo secretário de Estado, mas do próprio governo do presidente Carter.

Preparativos de desembarque

O Pentágono não se limitou a uma intervenção directa em El Salvador, mas tem reforçado em toda a área o seu dispositivo de pressão militar sobre a América Central e as Caraíbas. Uma base militar de pronta intervenção em Miami foi modernizada, o mesmo ocorrendo com as de Porto Rico. Embora com disfarces, tem sido evidente o aumento de efectivos militares nas áreas do canal do Panamá ainda sob o controlo norte-americano. Sob pretexto de substituição de efectivos, mais tropas têm sido enviadas à Base de Guantánamo em Cuba. E foi notório

nas últimas semanas o incremento da actividade naval nas Caraíbas por parte da esquadra dos Estados Unidos.

Documentos da resistência salvadorenha recentemente divulgados no México denunciam os preparativos do Pentágono para eventuais desembarques nas Honduras, principalmente nas zonas de Puerto Lampira e Puerto Cortez e em determinados pontos do Golfo Fonseca.

Estão a ser reforçadas duas bases na Guatemala, as de Zacapa e Jutiapa, adaptando as instalações às necessidades de uma rápida intervenção norte-americana.

A cumplicidade venezuelana

A diplomacia militarista dos Estados Unidos não conta apenas com os seus próprios recursos. Desde que um governo dominado pelos sectores

mais direitistas da democracia-cristã se instalou na Venezuela, tem sido notória, na América Central e nas Caraíbas, a influência de Caracas em favor dos governos conservadores e abertamente repressivos da região.

A pretexto de apoiar Napoleão Duarte, presidente sem poder da Junta Militar de El Salvador, e líder da corrente menos representativa da Democracia-Cristã salvadorenha, o governo da Venezuela tem-se convertido num dos suportes da tirania daquele país. O ex-presidente Carlos Andrés Pérez, líder da Acção Democrática Venezuelana, acusou a Democracia-Cristã do seu país de ser «cúmplice do genocídio que cometeu um sector militar de El Salvador contra o povo».

Pérez contestou a tese do governo social-democrata do presidente Hector Campins de que só um pequeno grupo de extremistas empunha armas

A "Doutrina Reagan"

Coincidindo com a mudança de governo em Washington, uma intensa polémica foi criada nos círculos de poder norte-americanos sobre a política a seguir em relação a El Salvador. O embaixador estadunidense neste país centro-americano, Robert White, declarou ao semanário conservador *US News* que, na sua opinião, o principal perigo seria um «golpe da extrema-direita»: a seu ver «um grupo de pessoas muito ricas, que vivem em Miami e na Guatemala e que financiam os assassinatos dos esquadrões da morte».

White espera que os Estados Unidos continuem a apoiar a Junta Militar democrata-cristã, mas sem intervenção directa de tropas norte-americanas, que «transformariam o país num campo de batalha internacional».

Uma posição diametralmente oposta é sustentada por Roger Fontaine, principal conselheiro de Reagan para os assuntos latino-americanos durante o período de transição. Em entrevista ao *Miami Herald*, Fontaine pronunciou-se contra a reforma agrária decretada pela Junta (medida que White defende), pois «se o governo e o sector privado estão em luta, abre-se o caminho para a extrema-esquerda».

Pedro San Juan, outro membro da equipa de Reagan, elaborou um estudo de circulação internacional que chegou às mãos da agência IPS e no qual critica exactamente White e outros embaixadores por actuarem como «reformadores sociais e pagadores de novas teorias de mudança social». Por intermédio de um enviado especial, Cleto Giovanni, o próprio Reagan teria dado aos militares salvadorenhos o «sinal verde» para um golpe de Estado.

Di Giovanni, San Juan e Fontaine assinaram em conjunto um artigo no número de Novembro do *Washington Quarterly*, sugestivamente intitulado «O espectro de Castro», no qual acusam a di-

el salvador

contra a Junta Militar de El Salvador. «Crer nisso seria uma ingenuidade porque uma pequena guerrilha não pode gerar uma situação como a que vive El Salvador», declarou.

Os partidos venezuelanos de esquerda que, somados à Acção Democrática, são a maioria do povo da Venezuela, estão nas ruas junto com estudantes e operários, defendendo o direito de El Salvador a escolher o seu próprio destino, livre da tutela dos Estados Unidos.

Os porta-vozes norte-americanos têm sido explícitos na intenção de que os Estados Unidos reivindiquem o poder de veto sobre o tipo de governos que os países centro-americanos devem escolher. O embaixador ianque em El Salvador, Robert White, nomeado ainda por Carter, foi muito claro a esse respeito: «Os Estados Unidos nunca permitirão que se implante um governo marxista na

América Central» (1). Ou seja, quem deve dizer que regime desejam para os seus países não são os povos centro-americanos, mas os Estados Unidos.

E evidente que a determinação dos povos, e a sua capacidade combativa é que definirão os seus próprios rumos. Se fosse por temer as ameaças de Washington, os cubanos ainda estariam sob o regime de um sucessor de Batista e os panamianos e nicaraguenses não teriam encontrado os seus próprios caminhos revolucionários.

Democracia e anti-imperialismo

Mas se bem que não será o presidente Reagan quem conseguirá deter a história, é importante conhecer plenamente o que ele pensa sobre os direitos dos povos, o que pensa o

poder instalado na Casa Branca. (Ver quadro)

Ninguém — nem mesmo os analistas de Washington — tem dúvidas de que o governo revolucionário salvadorenho não será marxista nem adoptará nas primeiras etapas fórmulas socialistas. A luta ali é pela democracia e o direito do povo em libertar-se de um domínio oligárquico-imperialista implantado no país. O presidente do governo revolucionário em formação, Guillermino Manoel Ungo, disse que o poder que se instalará em El Salvador após o triunfo da insurreição será «nacional, revolucionário, e pelas transformações nas estruturas sociais económicas e políticas e antioligárquico». Introduzirá transformações profundas, mas, na sua opinião, estas não serão de natureza socialista, por falta de condições objectivas.

cia de Carter de favorecer a subversão comunista na América Central.

Na mesma linha, a nova embaixadora norte-americana nas Nações Unidas, Jane Kirkpatrick, creveu um trabalho para um seminário organizado pelo conservador *American Enterprise Institute* no qual garante que «parece provável a vitória da Frente Democrática Revolucionária, como resultado da política de Carter em El Salvador».

Finalmente, o documento foi lido no seminário, provavelmente para não contradizer o apoio explícito que Richard Allen, o principal conselheiro de Reagan em política estrangeira, tinha dado à Junta «reformista» em meados de Dezembro.

Cascord Meyer, ex-funcionário da CIA, compareceu nesse mesmo seminário que a administração Reagan «fala por duas bocas», pois enquanto alguns membros da equipa do presidente eleito pensam publicamente a renúncia de White, outros apoiavam a sua política.

Qual será a «doutrina Reagan» para El Salvador? Na opinião dos observadores, o seu enun-

ciado mais completo até ao momento é aquele feito por Roger Fontaine nas mencionadas declarações ao *Miami Herald*:

«A Doutrina Truman foi esboçada na Grécia, em fins dos anos 40, para ajudar um regime com problemas, amigo dos Estados Unidos e atacado por minorias armadas, ajudadas por forças externas hostis: a União Soviética e a Jugoslávia.

«Uma situação semelhante está a acontecer na América Central. Uma doutrina Truman significa que se deve dar a esses países — El Salvador e Guatemala — mais ajuda económica, conselheiros militares e treino militar. A controvérsia entre ajuda bélica e não-bélica é absurda. Não se combate os terroristas e as guerrilhas com ajuda não-bélica.»

E se isso implicar um desembarque de marines? «Francamente, não gostaria de especular sobre isso. O uso da força militar é uma opção que qualquer nação, em termos dos seus interesses vitais, tem que deixar aberta como possibilidade. Não acredito que seja provável, mas dizer mais do que isso seria uma especulação arriscada.»

Nem sequer se colocam numa posição intransigente em relação aos Estados Unidos. Ungo acentuou que a FDR (Frente Democrática Revolucionária) e a FFMLN (Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional), os braços político e armado da oposição salvadorenha, «conhecem bem a necessidade de conviver, num quadro de mútuo respeito, com o governo dos Estados Unidos».

Os motivos reais da guerra à revolução de El Salvador são outros. Washington sabe que uma revolução vitoriosa, tal como ocorre na Nicarágua, não admitirá que algumas famílias de plutocratas continuem sugando o país, num «ghetto» de luxo e prepotência. Essas famílias são os aliados internos das transnacionais e o mínimo que se deve esperar do novo governo é que barre a essas empresas as vias da exploração das riquezas e do trabalho nacionais. Para os reaccionários da Casa Branca e do Congresso dos Estados Unidos isso chama-se marxismo, embora seja apenas uma etapa de um árduo e sacrificado processo de autodeterminação interna e de instalação de um poder verdadeiramente democrático em El Salvador.

Dias decisivos

Não há dúvida de que a revolução salvadorenha seguirá o seu caminho e, hoje ou amanhã, será vitoriosa. Os dias actuais são decisivos, mas seria apressado considerar que são os dias finais. São decisivos na medida em que o difícil processo de unidade entre as diferentes forças de oposição se consolidará; em que, as unidades combatentes ampliam o seu domínio à medida que se debilitam as estruturas políticas e militares da reacção.

No conjunto, as operações de hoje podem levar a uma vitória a curto



O movimento de massas fez eclodir as contradições nas sucessivas composições da Junta

prazo. Não é uma possibilidade de todo afastada. Mas, sem dúvida, se a vitória ainda não estiver à vista, as batalhas de hoje estarão a criar as condições para levar à derrota de maneira inapelável a oligarquia salvadorenha e os seus amos externos.

Para essa vitória, há muito que fazer fora de El Salvador. Em vez de armas e combatentes que não podemos mandar e que os salvadorenhos não necessitam, pelo menos na actual configuração do conflito, há todo um desafio a responder: mobilizar as forças democráticas e progressistas do continente, incluindo

os milhões de democratas que, em Estados Unidos, se opuseram à guerra no Vietname, para impedir que os «marines» de Reagan desembarquem em El Salvador ou que, através de governos manipulados, como os da Guatemala e Honduras, o Pentágono continue a armar e a mentar agentes repressivos internos e externos para massacrar aquele grande e corajoso povo,

Esse não é apenas um desafio, a resposta a ser dada aos agressores de Washington e aos seus sócios internos da oligarquia centro-americana.



PORTO RICO

Uma colônia norte-americana nas Caraíbas

*Dominado pelos Estados Unidos desde 1898,
o país encontra-se oprimido económica e culturalmente*

Filipe Gutierrez

PORTO RICO é a mais oriental das grandes ilhas das Antilhas, desempenhando, em consequência da sua posição estratégica, um papel decisivo na representação organizada pelos Estados Unidos contra os movimentos populares em toda a região das Caraíbas. Mais de três milhões de habitantes vivem no seu território e outros dois milhões são de origem norte-americana. A ilha tem

60 quilómetros de largura e 160 de extensão, compreendendo mais duas ilhas constituídas em municipalidades: as ilhas de Vieques e Culebra, hoje colónia directa do governo de Washington.

Os Estados Unidos detêm o poder político em Porto Rico desde 1898, quando as suas tropas tomaram a ilha aos espanhóis. Em 1947, o governo colonial designou um porto-rique-

nho para governar o país, criou uma Câmara e um Senado eleitos pelo voto directo e os partidos foram autorizados a constituir-se. Desde então, são três as tendências políticas: a primeira, mascara o colonialismo com uma espécie de autonomia; a segunda, defende a anexação do país pelos EUA para transformá-lo no seu 51.º Estado; e a terceira aspira conquistar a independência nacional.

Em 1952, foi criado o chamado «Estado Livre Associado», que é, na verdade, um disfarce do sistema colonial, ainda em vigor. Os porto-riquenhos podem eleger o governador e os presidentes da Câmara em 78 municípios, e deputados e um senador para o Congresso dos Estados Unidos, onde não têm direito a voto. Além disso, nenhum desses funcionários pode desobedecer à legislação nem às disposições do Congresso ou da Casa Branca. Em síntese, o governo colonial é eleito mas não tem poder.

No contexto da luta pela independência, o Partido Socialista porto-riquenho apoia-se nos princípios do socialismo. O partido tem-se proclamado a espinha dorsal da oposição à administração colonial, ao anexionismo e ao capitalismo, e considera-se como um partido operário nacional. Porém, neste particular, é refutado por sectores radicais da esquerda porto-riquenha.



Rafael Hernández Colón

Um país de assalariados

Em Porto Rico não existe burguesia nacional propriamente dita como nos demais países capitalistas. A burguesia e os pequenos proprietários crioulos, enquanto classe, foram dizimados à medida que as grandes empresas norte-americanas eram introduzidas na ilha, privilegiando a produção têxtil, supermercados e lojas. Nos anos 60, vários factores contribuíram para acabar com a indústria ligeira, gerando o aparecimento da indústria pesada e de base, quase sempre poluidoras: petroquímicas, refinarias de petróleo e laboratórios farmacêuticos.

Porto Rico tornou-se, assim, praticamente um país de assalariados, sem poder suficiente para dirigir um processo de independência. Por exemplo: a lei Taft-Hartley, aprovada em 1947 pelo Congresso dos Estados Unidos, foi automaticamente aplicada em Porto Rico. Essa lei tem por objectivo limitar o desenvolvimento dos centros de trabalho e tornar mais fortes os grandes e poderosos sindicatos que, nos Estados Unidos, são muito burocratizados e não constituem qualquer ameaça para a classe capitalista. A lei, inclusive, não inclui o direito de greve, contrariando a Constituição do Estado Livre Associado.

A sabotagem de

O Exército Popular Boricua, grupo que luta pela autonomia de Porto Rico e conhecido como *Los Macheteros*, comandado, no dia 12 de Janeiro passado, um acto de sabotagem na Base Aérea de Muniz, naquele território, destruindo oito aviões de guerra e danificando outros dois, o que ocasionou um prejuízo de 45 milhões de dólares aos Estados Unidos.

No dia seguinte, o grupo burlou a vigilância policial e o cerco dos meios de Comunicação – o FBI distribuiu os seus homens pelas proximidades das agências de notícias, com a intenção de capturar qualquer suspeito – e entregou aos jornais um comunicado que explica as razões do atentado.

O comunicado dos *Macheteros* afirma que o objectivo principal da operação está na «necessidade do nosso povo continuar a lutar contra o jugo colonial norte-americano». «Responde, além disso – continua a declaração – à nossa solidariedade revolucionária com o povo irmão de El Salvador e suas organizações revolucionárias, agrupadas na Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional, que luta até à morte contra o regime que os oprime e os assassina e contra aqueles que pretendem mobilizar forças armadas a partir do nosso país». Recentemente, fontes do movimento revolucionário de El Salvador denunciaram que os Estados Unidos estavam a considerar a possibilidade de enviar guardas nacionais porto-riquenhos para lutar a favor da Junta que governa o país, como parte de uma força militar conjunta.

O Comunicado dos *Macheteros* lançou ainda uma forte crítica ao governador da ilha, Carlos Romero Barceló, a quem acusam de ser cada vez mais «repressivo e ditatorial».

Segundo Wilma Reveron, directora executiva do Bureau

Apesar das múltiplas formas postas em prática pelo imperialismo norte-americano para esfacelar a cultura e o povo porto-riquenhos, é no domínio da música, das artes plásticas e da literatura que o carácter antilhano e caribenho ainda se identifica. Também as lutas dos estudantes em defesa do idioma, da preservação da cultura e da história nacionais são pontos altos da afirmação nacional.

A Guarda Nacional e o Exército dos Estados Unidos que se encontram em Porto Rico são compostos por porto-riquenhos. A FBI e a CIA operam livremente na ilha e asseguram a subordinação da polícia colo-

nial (Guarda Nacional). O Exército norte-americano possui uma base na cidade de Ceiba, no leste da ilha, onde é armazenado material explosivo nuclear. Também a Guarda Nacional tem bases em diferentes pontos da ilha. Desde 1941, a Marinha de Guerra norte-americana ocupa 27 milhas das 33 que compõem a ilha de Vieques, situada a sudoeste de Porto Rico. Até 1972, a Marinha mantinha bases que ocupavam a maior parte do território da ilha de Culebra, mas teve de retirar-se diante de um movimento nacionalista.

Ainda há pouco tempo, os porto-riquenhos eram obrigados a alistar-

-se e servir no Exército norte-americano. Tiveram que combater nas duas guerras mundiais, nos conflitos provocados pelos EUA na Coreia e no Vietname e servir nas inúmeras bases *ianques* instaladas no mundo inteiro. Aliás, a cidadania norte-americana foi dada aos porto-riquenhos exactamente em 1917, para que pudessem ser convocados para a Primeira Guerra Mundial. No entanto, em fins da década de 60, o povo, estimulado por um movimento patriótico, conseguiu a revogação da lei do serviço militar obrigatório em Porto Rico.

O governo norte-americano detém na ilha um grande número de organizações repressivas. Porto Rico foi utilizado como base de treinamento dos grupos contra-revolucionários da América Latina. Em 1971, por exemplo, um dos grupos reaccionários que participaram na frustrada tentativa da Praia Girón, contra a revolução cubana, partiu de Porto Rico.

Nas últimas eleições realizadas no país concorreram Carlos Romero Barceló, que já era o governador; Rafael Hernandez Colón, que já tinha sido governador; Ruben Berríos, presidente do Partido Independente cuja proposta é a independência do país, sem mudanças estruturais; e Luis Lausell Hernandez, do Partido Socialista. Ganhou Romero Barceló. □



Carlos Romero Barceló

“Los Macheteros”

de Informação Internacional para a Independência de Porto Rico, «este grupo tem actuado poucas vezes, mas um ataque como este provocará definitivamente uma maior discussão no país sobre o futuro do território». «Há dez anos – afirmou Wilma – um atentado semelhante seria integralmente repudiado, mas agora as coisas estão mudando e, provavelmente, as pessoas passam a pensar mais sobre o significado de uma acção deste tipo».

Na opinião de Wilma, o Movimento para a Independência de Porto Rico está a crescer, «apesar disso não se reflectir necessariamente nas eleições». O Bureau de Informação Internacional para a Independência de Porto Rico, que representa uma coligação de grupos, estima que aproximadamente 250 mil pessoas estão a favor da autonomia do país.

No ano passado, a Comissão Especial da ONU para a Descolonização aprovou por 12 a zero e 15 abstenções, uma resolução que reafirma o direito do povo de Porto Rico à autodeterminação e à independência. A Comissão exigiu ao Governo dos Estados Unidos medidas necessárias para transferir plenos poderes aos porto-riquenhos para que estes se autogovernassem.

Em consequência da sabotagem, uma equipa do Pentágono foi deslocada para a ilha, a fim de avaliar a situação. Entre os integrantes da equipa estão representantes da força aérea e da Guarda Nacional dos Estados Unidos. Segundo um porta-voz da Guarda Nacional, os funcionários do Pentágono não realizaram «investigações», preparando para os seus superiores em Washington somente um relatório sobre o facto.



O Semanário da
República Popular de Moçambique

NICARÁGUA



O embrião do novo homem

Herdeiras históricas do «coro de anjos» que acompanhou Sandino na sua epopeia de libertação e do menino-mártir Luís Afonso Velásquez, as crianças nicaraguenses organizam-se para a construção do homem do futuro na nova Nicarágua

Roberto Bardini

A 27 de Abril de 1979, em plena insurreição popular em Nicarágua, o menino Luís Alfonso Velásquez, o «Grilo», de nove anos de idade, recebeu um tiro na cabeça disparado pela Guarda Nacional. Depois, com uma já programada sanha assassina, o veículo em que viajavam os polícias passou por cima do cadáver. Não foi um crime mais, cometido ao acaso. Há algum tempo que os somozistas seguiam os passos de Grilo. É que o **cipote** — como são chamados os meninos na América Central — era um activo militante da Frente Sandinista de Libertação Nacional.

Faria em Julho, mês da vitória, dez anos de idade.

Um líder de nove anos

A breve e heróica actuação de Luís Alfonso Velásquez foi escrita posteriormente da seguinte maneira: «Foi um destacado dirigente estudantil. Durante muito tempo esteve vinculado ao Movimento Secundário e participou da fundação e organização do Movimento Estudantil do Primário, do qual foi importante líder. A sua figura pequena e franzina estava sempre presente nas principais jornadas de combate organiza-

das pelo povo para o derrube da cruel tirania somozista. Em 1977, com nove anos de idade, tomou parte na ocupação de igrejas e colégios, distribuindo panfletos, como correio e recolhendo dinheiro e comida para aqueles que permaneciam nas escolas. Nesse mesmo ano trabalhou na campanha 'Natal sem presos políticos', apelando à juventude para se unir à luta revolucionária. Fez 'pichagens', integrou-se nas mobilizações e dedicou-se à propaganda da insurreição. Nas ocupações de bairros participou fazendo cartazes, lenços rubro-negros e recolhendo dinheiro para o fabrico de bombas. Ao

lado dessas tarefas — que poderíamos qualificar de semi-legais — realizou trabalhos clandestinos de apoio, como os de vigilância e cobertura de retiradas, lançando bombas contra as forças repressivas».

Herdeiro do Sandino

A precoce militância de Luís Alfonso — que sintetiza a experiência de centenas de crianças nicaraguenses — faz lembrar um antecedente histórico: os quarenta e cinco *cipotes* que acompanharam Augusto Cesar Sandino durante toda a sua epopeia anti-imperialistas. No seu clássico livro «Sandino, general de homens livres», Gregório Selser cita o testemunho de um jornalista que descreve as tropas sandinistas da seguinte maneira: «Havia velhos de cabelos bastante embranquecidos, posturas já alquebradas pela idade e rapazinhos de ares verdadeiramente infantis, de doze a catorze anos, que levavam as suas espingardas e seguiam com passo aguerrido a marcha da coluna».

Por outro lado, Abelardo Cuadra — um dos primeiros oficiais graduados da Guarda Nacional — no seu livro «Homem do Caribe» fala do «coro de anjos», «uma coluna formada por meninos órfãos de guerra a quem Sandino havia ordenado que fossem recolhidos para que não passassem fome pelas montanhas». Segundo Cuadra, a missão desses meninos (também chamados de *palamaciones*) era «promover algazarra de gritos e barulho de latas e dar vivas a outros generais para dar a impressão de que chegavam reforços». E não eram só gritos: os rapazes utilizavam «terríveis bombas caseiras construídas com latas de conservas recheadas com pregos e pedras», que causavam enormes estragos entre os guardas nacionais.

Cinquenta anos mais tarde, Luis Alfonso Velásquez assumia — possivelmente sem o saber — esse le-

gado histórico. «Estamos como pequenos animais, em condições sub-humanas. Devemos erradicar esse sistema», escreveu uma vez «Grilo». E morreu por esse ideal. Hoje, a sua «figura pequena e franzina» é a bandeira da Associação de Crianças Sandinistas (ANS), que leva o seu nome.

O legado do «coro de anjos»

A Associação de Crianças Sandinistas é orientada por um Conselho Directivo Nacional integrado por militantes da Juventude Sandinista «19 de Julho». Este Conselho controla e planeia todas as actividades educativas e de organização do agrupamento infantil, em coordenação com vários organismos amigos.

«Durante muitos anos a infância nicaraguense foi submetida à exploração, à miséria e à ignorância», explica a *cadernos do terceiro mundo* Ana Maria Morales, membro da Juventude Sandinista e secretária-geral do Conselho Directivo da Associação de Crianças Sandinistas. «As nossas crianças cresceram num ambiente corrupto, numa sociedade onde prevalecia o individualismo e o egoísmo, onde não eram preparados nem física, nem mental, nem socialmente nos valores próprios que

um ser humano necessita para a sua educação integral».

Em Agosto de 1979, apenas a um mês da vitória, um grupo da Juventude Sandinista começou a se preocupar em dar às crianças nicaraguenses uma organização que respondesse às suas necessidades históricas. «Tratava-se de recolher o legado do 'coro de anjos' e do Movimento Estudantil do Primário», relata Marta Villareal, responsável pela Comissão de Organização da ANS. E acrescenta: «O desafio era dar uma resposta àquilo que as crianças tinham necessidade na etapa de reconstrução: organizarem-se para reivindicar essas carências próprias da infância, as suas questões culturais, desportivas, cívicas e recreativas».

Os «punhos» e as «brigadas»

A Associação de Crianças Sandinistas trabalha nos bairros e nas escolas, impulsionando a cultura e o desporto; formando quadros intermédios e de base. Tanto nos bairros como nas colónias de férias e nas escolas existem três estruturas de organização: o «punho», a «brigada» e o «colectivo». O «punho» é um grupo de cinco crianças; a «brigada» é o conjunto de três «punhos»; e



Hoje, na Nicarágua, as crianças têm as suas próprias organizações.

«colectivo» é a reunião de cinco «brigadas», ou seja, 75 crianças organizadas, mais cinco responsáveis de «brigadas» e um guia do «colectivo». Estas duas últimas estruturas recebem o nome de um herói ou mártir da revolução sandinista, ou ainda de lugares ou datas históricas.

Nos bairros e nas escolas existem diversos graus de responsabilidade: encarregados de «brigadas», chefes de estudos e trabalho, e chefes de ordem e limpeza. Dentro da escola,

por exemplo, o chefe de estudos e trabalho tem a missão de «estimular os seus pequenos companheiros para que se reúnam para o estudo das lições do dia ou da semana nos seus «punhos» e, além disso, de orientá-los no respeito aos heróis da revolução, às cores nacionais, aos dirigentes e aos professores».

Henry Petrie, chefe da Comissão de Organização da ANS, diz-nos: «A Associação acolhe todas as crianças nicaraguenses sem distinção de clas-

ses, religião ou ideologia. Trabalhamos para educar os jovens nos valores sandinistas e procuramos devolver à infância a alegria e o direito de se formar através da educação. Em síntese, desejamos tornar realidade a palavra de ordem de José Martí: 'As crianças nascem para serem felizes...', um direito que Luís Alfonso Velásquez, o Grilo, não conheceu, assassinado aos nove anos de idade por lutar pela libertação da sua pátria».

Os regulamentos das crianças sandinistas

Dentro da Associação de Crianças Sandinistas existem três categorias: os «mascotes», os «carlitos» e os «sementinhas». Integram a primeira categoria — em homenagem ao menino herói Manuel de Jesús Rivera, morto em Diriamba — as crianças de 7 a 10 anos de idade que usam um lenço azul e branco, as cores da bandeira nicaraguense. Os «carlitos» (em homenagem a Carlos Fonseca, fundador da FSLN) são crianças de 11 a 14 anos de idade que usam um lenço rubro-negro. E as «sementinhas», crianças com menos de sete anos, que não tendo uma actuação orgânica dentro da ANS, participam contudo nas suas diversas actividades. As duas primeiras categorias possuem os seus próprios regulamentos.

Os «mascotes»

1. Os «mascotes» são bons amigos que querem ser como o nosso companheirinho Manuel de Jesús Rivera.
2. São bons estudantes da Pátria, para serem no futuro os seus trabalhadores.
3. Cuidam da natureza e limpam as suas casas, as suas ruas e os seus bairros.
4. Amam e respeitam os seus pais, amigos e professores.
5. São bons amigos de todas as crianças do mundo e lutam activamente pela paz e pela amizade entre todas as crianças do mundo.
6. Leem e estudam a história da sua pátria e da luta do povo sandinista pela sua libertação.
7. São admiradores da música, da dança, do desenho e dos trabalhos artesanais.

Os «carlitos»

1. Os «carlitos» amam a sua pátria e a FSLN.
2. Estudam a história da FSLN, a vida de Augusto Cesar Sandino, Carlos Fonseca, Germán Pomares e outros heróis que lutaram pela libertação da Nicarágua.
3. São bons estudantes e amam e respeitam os seus professores.
4. Estudam as lutas das organizações infantis do mundo pela paz mundial e a solidariedade anti-imperialista.
5. São bons amigos e preocupam-se com os «mascotes», prestando-lhes o seu apoio e ajuda em todas as actividades da ANS.
6. Amam os trabalhadores, camponeses e operários e participam na reconstrução da Nova Nicarágua.
7. Cuidam da natureza e limpam as suas casas, as suas ruas e os seus bairros.
8. Amam a limpeza e a saúde e praticam desporto.
9. São muito bons amigos das Milícias Populares Sandinistas e do Exército Popular Sandinista.
10. Não devem abandonar o seu lugar de trabalho.

Os «carlitos».

GUATEMALA

À espera de Reagan



Às portas de uma nova recessão e a um ritmo de doze assassinatos diários em 1980, o general Romeo Lucas

Garcia, desacreditado politicamente dentro e fora do país, espera que o novo presidente norte-americano o ajude na repressão

Macario Di Luca

O café é a principal fonte de receita da Guatemala, seguido do algodão e do turismo. Os impostos cobrados pela sua exportação ascendem a cerca de 30 milhões de dólares dos 90 milhões do orçamento oficial anual. O Estado da Guatemala vive hoje a fase do café. E, por isso, ao «deus» Café ergueu-se um templo no *Cafetal*, o restaurante do Hotel Caminho Real: um pequeno moinho construído na Alemanha por Friedrich Krupp, que vem resistindo ao tempo desde 1889. Mas, este «modelo» em 1980, come-

çou a dar sinais de fissuras com as lutas operárias da costa sul e com a guerrilha fortalecida em Quiché, El Petén, na região centro-ocidental e na capital.

De nada serviu o terror que quiseram impor semanas antes — a quinta-feira negra da Embaixada da Espanha —, com o assassinato de 39 pessoas, na maioria indígenas. Em Fevereiro, houve uma greve histórica. Pela primeira vez desde 1972, conseguiu-se descongelar o salário mínimo, elevando-o para 3,20 dólares diários (186% de aumento). Ela

foi também histórica pelo seu caráter de massas e os seus métodos de luta: aproximadamente 70 mil operários das lavouras de café, algodão, cana-de-açúcar inauguraram uma autodefesa na sua mobilização.

A autodefesa, armada e não-armada, começou a generalizar-se em Setembro quando entram em greve dez mil apanhadores de café da costa ocidental. Pode-se dizer que esta greve, juntamente com as acções das forças clandestinas e semiclandestinas em reorganização, foram os dois principais acontecimentos que carac-

terizaram o movimento operário da Guatemala em 1980.

O avanço das forças populares (a repressão de maciça passou a ser selectiva, com o sequestro em dois meses de 44 dirigentes do Comité Nacional de Unidade Sindical e da Central Nacional de Trabalhadores), tem também outra causa: a independência política do movimento operário, alcançada em 1978, com o rompimento com a Confederação Latino-Americana de Trabalhadores (CLAT), ligada à democracia-cristã. É esta autonomia que permite a um dirigente do CNUS, organismo unitário criado em 1976, dizer: «a partir dos grupos de choque e autodefesa que estamos a desenvolver nas fábricas e fazendas, construiremos as futuras milícias insurreccionais, para instalar um governo democrático, popular e revolucionário».

Há ainda, sem dúvida, muito que fazer. O CNUS reconhece que na cidade, onde o sector operário é minoritário em relação ao campo (quase 400 mil pequenos produtores

proletarizam-se durante grande parte do ano), apenas 30% do proletariado está organizado.

Recessão à vista

«A economia do país entrou em crise», comentava em Novembro o jornal direitista *Prensa Libre*. Apesar das tentativas do general Lucas García em diversificar a agricultura e em desenvolver a indústria na chamada faixa transversal do norte, nessa região só têm beneficiado as transnacionais, como, por exemplo, a *Exmibal*, que explora o níquel sem pagar impostos desde 1978, por apresentar «perdas» constantes.

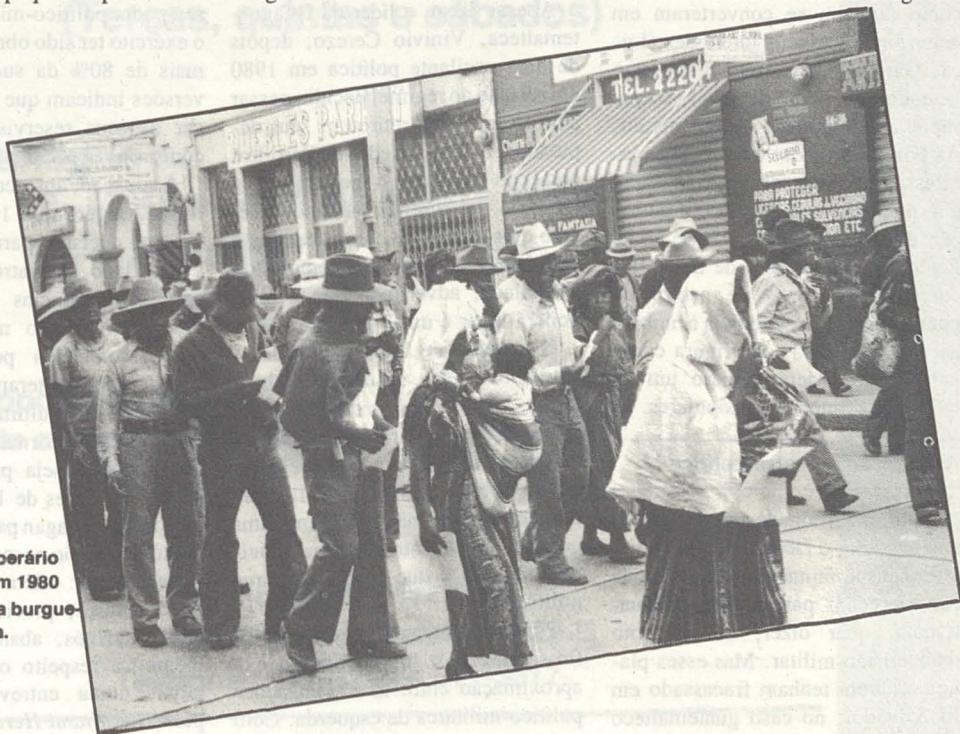
A greve de Fevereiro e a comercialização do café a baixos preços no mercado internacional fizeram com que a burguesia pressionasse o governo, obtendo, assim, a isenção de impostos de exportação do café em grão, o que deve ter constituído um duro golpe no orçamento oficial.

A solução de Lucas para tapar essa sangria de receitas foi a de aumentar

a carga de impostos para os sectores médios. Simples paliativos que de nada servirão, ainda mais quando outros sectores também experimentam uma recessão. A superfície semeada de algodão diminuiu; o turismo, em 1980, decresceu em 60% a fuga de divisas não pôde ser controlada e, nos primeiros meses de 1980, ela foi equivalente a quase 30% das reservas monetárias do Estado. Os Estados Unidos mantêm, desde Agosto, o mercado fechado à carne guatemalteca.

A estas cifras, bastaria acrescentar outras (o crescimento real da economia será reduzido a 3,5% e o *deficit* da Balança de Pagamentos será quase igual ao orçamento estatal de 1979, nada mais que 80 milhões de dólares), para concluir que a Guatemala cairá numa aguda recessão em 1981. Pior que a de 1976, dizem os especialistas, que pôde ser salva pela reactivação económica derivada do terremoto daquele ano.

Em contrapartida a esta situação, os diferentes sectores da burguesia



O movimento operário cresceu muito em 1980 para desgosto da burguesia guatemalteca.

unem-se no campo político. Esperam que a chegada de Reagan à Casa Branca possa ser o seu salva-vidas. Por causa disso, entraram com dinheiro para financiar a campanha do candidato republicano, por meio da «Associação Amigos do País», que mantém estreitos vínculos com a equipa assessora de Reagan encabeçada por Roger Fontaine. Um sintoma dessas expectativas foram as declarações nos dias anteriores às eleições nos Estados Unidos: nenhum meio de comunicação guatemalteco vacilou em identificar James Carter como «o outro perigo comunista» para a Guatemala.

Mas a burguesia vai mais além: prepara-se militarmente, cria o seu próprio exército. O líder do Movimento de Libertação Nacional, herdeiro político do golpe que, em 1954, derrubou o governo progressista do general Jacobo Arbenz, garante contar com cinco mil homens treinados e armados. Além disso, os altos comandos do exército não são apenas defensores da burguesia como também se converteram em defensores dos seus interesses (Lucas García, por exemplo, tem sete fazendas no norte do país), o que supõe maior cuidado na sua missão. As Forças Armadas começam a manifestar sintomas da «guerra suja» em que estão empenhadas: a deserção da tropa (60 numa base de El Petén, 15 numa outra de San Marcos, ambas, zonas de actividade guerrilheira) e a resistência à mobilização obrigatória, que figura como palavra de ordem número um de todas as organizações populares.

Aniquilado o centrão político

Num determinado momento do ano passado, o Departamento de Estado pensou numa «solução à moda salvadorenha» para a crise da Guatemala, quer dizer, um governo democristão-militar. Mas esses planos, embora tenham fracassado em El Salvador, no caso guatemalteco



Com sólidas raízes no movimento camponês e urbano, as organizações guerrilheiras mantêm abertas seis frentes militares.

não contam com a condição fundamental, pois a Democracia Cristã é politicamente insignificante. Ela desgastou-se nas três últimas eleições, apoiando candidatos militares. Além disso, foi muito enfraquecida pela repressão que, em 1980, assassinou cerca de 40 dirigentes seus.

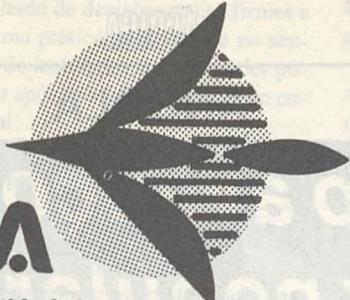
Apesar disso, o líder da DC guatemalteca, Vinivio Cerezo, depois de uma vacilante política em 1980 em relação ao regime, decidiu passar para a Oposição: retirou os seus deputados, fechou as sedes do Partido e começou a atacar o governo pela violação dos direitos humanos. Cerezo quis manter-se como «oposição centrista», embora esta tenha sido aniquilada, advertindo que a crise poderá levar a uma «guerra civil».

O governo de Lucas debilitou-se ainda mais pela renúncia, embora tardia, do seu vice-presidente Francisco Villagran Kramer, inconformado, também, com o desrespeito pelos direitos humanos. Villagran Kramer também não representa uma possível saída centrista; a sua principal fraqueza é que carece de força política.

Paralelamente a este processo, foi-se dando o fortalecimento e a aproximação entre as organizações político-militares de esquerda. Com

sólidas raízes no movimento camponês e urbano, o Exército Guerrilheiro dos Pobres, as Forças Armadas Rebeldes, a Organização do Povo em Armas e o Partido Guatemalteco do Trabalho (núcleo dirigente, de tendência comunista), sustentam abertas seis frentes militares. Ilustram seu poder político-militar, o facto de o exército ter sido obrigado a colocar mais de 80% da sua força (outras versões indicam que teve de convocar os seus reservistas) na guerra contra-insurreccional.

A situação, apresentando-se dessa forma, sugere que 1981 deverá ser um ano decisivo para a Guatemala. Por um lado, as quatro organizações com coincidências estratégicas e uma coordenação militar já existente, conhecida por «quadripartite», comprometeram-se com a unidade, em Maio último, e é provável que o anúncio formal de uma direcção conjunta seja proclamado nos primeiros meses de 1981. Mas, por outro lado, Reagan parece decidido a dar todo o apoio necessário a Lucas ao seu regime: «além da ajuda militar e económica, precisam sentir que não estão sós, abandonados», comentou a respeito o assessor Fontaine, numa entrevista publicada pelo *The Miami Herald*.



LANICA

LINEAS AEREAS DE NICARAGUA, S.A.

**A partir do México,
uma conexão direta com**

- **EL SALVADOR**
- **MANÁGUA**
(Terças, quintas e sábados)

De Manágua a:

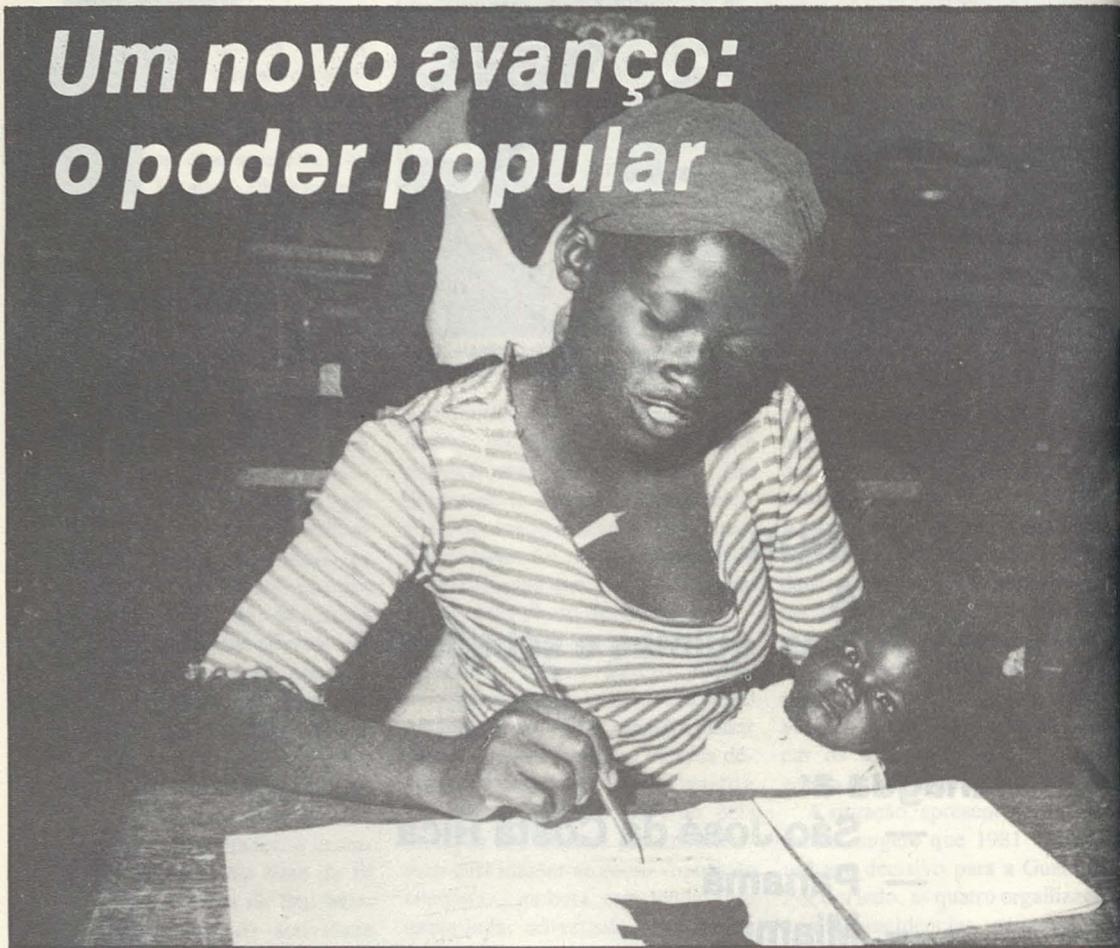
- **São José da Costa Rica**
- **Panamá**
- **Miami**

**No aeroporto do México,
consulte o telefone 762-4708**

**Na cidade do México,
escritório à Avenida Reforma, 322-B
Telefones 511-3290 e 511-3617**

ANGOLA

Um novo avanço: o poder popular



No meio de dificuldades herdadas do colonialismo e de uma permanente guerra de agressão, os angolanos conseguem um êxito histórico: institucionalizam o seu processo revolucionário

Luís Henrique

O problema da institucionalização do poder político nos novos Estados que emergem do colonialismo não é de fácil solução. A menos que se pretenda apenas estabelecer caricaturas de representação popular, à medida dos interes-

ses neocoloniais.

Em geral, a herança do colonialismo é a marginalização social e essa é incompatível com a representação política. Analfabetismo, caciquismos, alheamento dos problemas nacionais e mesmo regionais são

dados de uma realidade que não pode ser transformada de um dia para o outro.

Analisando o panorama político africano, verifica-se que as situações não são iguais. Implantando o seu

domínio sobre outros factores de poder, os ingleses deixaram nas suas ex-colónias um certo tipo de experiência eleitoral, embora limitada e pouco representativa. O mesmo não

gola, devem ser analisados como o resultado de decisões muito firmes e de uma prática consequente no sentido de institucionalizar o poder popular após séculos de dominação colonial.

A experiência de Angola

A mais recente conquista angolana nesse terreno foi a eleição, a nível nacional, realizada, o ano passado, das Assembleias Populares Provinciais e da Assembleia do Povo, num período marcado por grandes transformações institucionais, que culminaram com a realização, em Dezembro último, do Primeiro Congresso Extraordinário do Movimento Popular de Libertação de Angola - Partido do Trabalho (MPLA-PT).

Se é verdade que os fundadores do MPLA, sobretudo o seu grande líder, presidente Agostinho Neto, sempre deram uma prioridade à representação popular no Poder, a tarefa de concretizá-la não foi fácil, no contexto de uma complexa transição do colonialismo para a independência, com duas guerras de libertação, putches fraccionistas e, por último, a resistência à agressão armada sul-africana. As Comissões Populares de Bairro, as Assembleias de Moradores e outros modelos de agrupamento e representação locais já vinham a ser incentivadas, com maior ou menor êxito, desde 1976.

A própria guerra de libertação esteve sempre muito ligada à mobilização das massas e à sua organização. Nas áreas libertadas, uma das primeiras preocupações do MPLA era estabelecer determinadas estruturas de participação popular. No resto do país, mesmo onde a guerra se desenvolvia ou era maior o domínio militar colonialista, o MPLA conseguia chegar às menores comunidades, fôsse através de mobilizações por reivindicações concretas, ou simplesmente seguindo as palavras de ordem da «Angola Combatente», o

serviço de rádio do Movimento, instalado durante longo tempo em Brazzaville.

Assim, quando, em 1974, os primeiros contingentes retornam, sob o comando de Lúcio Lara e outros dirigentes do MPLA, o povo estava nas ruas para recebê-los, mobilizado através da actuação secreta das células revolucionárias. E que dizer do triunfal regresso do presidente Neto a uma Luanda ainda sacudida pela guerra? A organização que orientou essas manifestações colectivas já continha os embriões da estrutura popular.

A partir de 1976

«Logo depois da independência, tornava-se claro que não podíamos avançar para o socialismo sem que o país pudesse trabalhar de maneira consciente, sem que as massas tivessem, não apenas a oportunidade de discutir os seus próprios problemas e os problemas do país, mas que conquistassem as condições de influir na conduta do Movimento e do próprio governo», sublinha Bernardo de Sousa, coordenador-adjunto do Secretariado da Comissão Nacional Preparatória da instalação do Poder Popular. A importância atribuída a esse órgão e à sua tarefa pode ser medida pelo facto de que o Coordenador é o próprio presidente do MPLA-PT e da República, José Eduardo dos Santos.

Bernardo de Sousa recorda as experiências de organização popular realizadas em 1976, em Luanda, Benguela e Cabinda; além de outras províncias, estimuladas pelo empenho do presidente Neto em fazer do MPLA um real instrumento da vontade consciente do povo. Dificuldades pela guerra e também pelo «fraccionismo» que já actuava no Movimento, culminando com a tentativa de golpe de 1977, aquelas experiências não puderam então continuar, superadas por prioridades maiores, não só no campo da segu-



ocorreu com as nações dominadas pelos franceses, os belgas, os alemães e, particularmente, os portugueses.

A transformação de velhas sociedades coloniais não foi assim fácil aos regimes progressistas implantados com a independência e cuja meta política fundamental era a incorporação das grandes massas marginalizadas no poder nacional.

Os êxitos alcançados nesse campo em países como a Tanzânia e, mais recentemente, Moçambique e An-

rança e da defesa do país como das exigências da reconstrução.

O trabalho de institucionalização revolucionária avançou por etapas mas muito firmemente. Seja no Primeiro Congresso do MPLA, na constituição da Juventude do Movimento (J.M.P.L.A.), ou no Movimento de Rectificação, lançado a partir de 1978, em todas essas iniciativas estava presente a ideia central da institucionalização do Poder Popular. Havia o desafio de fazer compreender às massas a directiva ideológica e política do presidente Agostinho Neto. «Quando falamos na aliança operário-camponesa, falamos da democracia popular e do socialismo», dizia-nos Bernardo de Sousa. «E a democracia popular baseia-se precisamente na participação das massas, militantes e não-militantes do Partido, para que possam actuar na solução dos nossos problemas».

Duas instituições fundamentais

Como corolário de todo esse trabalho, Angola conta hoje com a Assembleia do Povo e as Assembleias Populares provinciais. Além das experiências nacionais e de estudos específicos, inclusive os da Escola do Partido, foram também realizadas observações em países amigos, como Moçambique, Argélia, Cuba, Benin, União Soviética, Guiné-Conácry, República Democrática Alemã, Bulgária.

Documentos de trabalho, analisados e aprovados pelo Bureau Político e pelo Secretariado do Comité Central, foram elaborados e distribuídos, cobrindo toda uma gama de iniciativas políticas e medidas administrativas necessárias aos actos de preparação da eleição.

No meio desse imenso esforço nacional para institucionalizar o poder popular, desaparece o presidente Neto, um facto que traumatizou profundamente a nação angola-

na. Mas, a partir daí, o desafio era ainda maior: realizar a palavra-de-ordem do dirigente máximo que sempre deu uma alta prioridade à organização e participação das massas populares no processo revolucionário e na condução do Estado.

«Foi realmente admirável — diz-nos Bernardo de Sousa — a cooperação de todos os membros do Partido e também de muitos compatriotas que ainda não estão filiados partidariamente. As organizações de massas e a nossa Juventude actuaram com entusiasmo, com uma nítida consciência revolucionária e uma perfeita compreensão dos objectivos traçados».

Além dos múltiplos seminários nas províncias, foram realizados outros de natureza inter-provincial, no Huambo, abrangendo as províncias do centro e do sul, e no Uíge, no que respeita às do norte.

Eis alguns temas dos seminários: a criação dos órgãos do Poder Popular, conteúdo e tarefas das novas instituições, o papel dirigente do Partido, as relações entre os órgãos dirigentes do Poder Popular e o aparelho do

Estado, deveres e direitos dos deputados, como preparar as assembleias de sensibilização e como mobilizar as massas para o apoio à criação e funcionamento do Poder Popular. A própria Lei Constitucional foi alterada para atender às novas instituições. Esse trabalho foi realizado pelo Departamento de Estudos Jurídicos do Partido, depois de analisado e discutido profundamente pelo Bureau Político e pelo Secretariado.

Angola era uma nação mobilizada para um objectivo fundamental e no meio de um esforço global para defender as fronteiras nacionais.

Um trabalho positivo

«Sabemos que foram cometidos erros e que houve falhas no nosso trabalho», acentuou Bernardo de Sousa. «Era, para nós, um processo novo, uma experiência complexa. Mas, no seu conjunto, consideramos que o trabalho foi positivo. Estamos satisfeitos.»

E como se processavam as eleições?



Além das experiências nacionais e de estudo específicos, também foram realizadas observações em países amigos.

«A eleição em geral foi caracterizada pelo seu espírito democrático. Assembleias populares — 300 ou 400 delegados, conforme a densidade demográfica e as condições socio-económicas — conferências provinciais que elegiam os deputados, cujo número oscilou entre 55 e 85 por província. Inúmeros delegados não eram membros do Partido. Os candidatos membros do Comité Central e do governo apresentavam-se às suas próprias bases, localidades, bairros, centros de trabalho e submetiam-se ao julgamento popular. As populações ouviam a biografia do candidato, interpelavam sobre o que não consideravam claro, exigiam novos elementos sobre o seu programa de trabalho e, depois, davam o seu voto positivo ou negativo», esclarece Bernardo de Sousa.

E nas zonas mais expostas às agressões sul-africanas do Cunene e do Kuando Kubango, na fronteira da Namíbia, como foi possível realizar eleições para deputados no meio da guerra?

«Realmente alguns jornalistas estrangeiros ou visitantes perguntavam-nos como iríamos fazer uma eleição debaixo de bombas. Ocorre que o nosso país se estende de Cabinda ao Cunene e não tinha cabimento excluir essas áreas do território angolano do processo eleitoral, porque havia maior ou menor pressão do inimigo. As eleições também se realizaram naquelas províncias. Com normalidade e entusiasmo popular e um alto grau de organização partidária.

A composição do Poder Popular

Ficou estabelecida a composição da Assembleia do Povo?

A distribuição política dos assentos foi objecto de estudos meticolosos. Do ponto de vista da composição social, há 40% de operários, 30% de camponeses, 10% de Defesa

e Segurança, 10% do aparelho do Estado e 10% de intelectuais.

Como se diferenciam os deputados à Assembleia do Povo de Angola dos representantes nos parlamentos de Estados capitalistas?

Bem, falemos dos nossos deputados. O período do mandato é de três anos. O compromisso popular e democrático do representante com o sector social que o elegeu é realmente exigente. Uma das prerrogativas do eleitorado é poder derrubar o mandato do representante, do mesmo modo como o elegeu. Isso se ele não corresponde ao seu mandato, se não atende ao compromisso popular, se volta as costas às suas responsabilidades com a comunidade que o elegeu e o próprio país. Nesse caso, não é preciso esperar que transcorram os três anos.

Você próprio é deputado e portanto sujeito à perda de mandato...

E então? Se o povo do bairro de Rangel, em Luanda, por onde o camarada Bernardo de Sousa foi eleito, concluir, após discussões apropriadas e procedimentos legais, que ele não correspondeu ao seu compromisso, levará o caso à Assembleia do Povo e este pode revogar o seu mandato...

Há alguma outra diferença com os deputados dos países capitalistas?

Creio que há coincidências mas também prerrogativas e deveres específicos. Aqui, todos nos empenhamos em que cada deputado, na Assembleia do Povo ou nas Assembleias Populares Provinciais, seja um efectivo representante do povo. Que conheça os nossos documentos fundamentais, as linhas ideológicas da nossa revolução, as suas posições internacionais, os problemas do país e de cada região, o funcionamento do Partido e do aparelho do Estado, enfim, que esteja integrado na reali-

dade angolana. Estão projectados seminários de estudos sobre diferentes temas. A própria discussão nas assembleias ampliará a sua identidade com essa realidade e a sua capacitação frente à nossa problemática. Não perdemos o contacto com as massas e com elas é que estamos a realizar a nossa Revolução. Assim, estaremos actuando como marxistas-leninistas, atentos ao ideário do nosso Partido.

Repercussão na África

Num continente onde os regimes políticos que se seguiram à independência encontraram, por diferentes razões, dificuldades na sua institucionalização, era natural que o processo angolano fosse acompanhado, não apenas com interesse, mas com simpatia.

No nosso caso, foram muito positivas as repercussões internacionais sobre o Poder Popular em Angola. Tanto o Camarada Presidente, José Eduardo dos Santos, como os órgãos de direcção do Partido e nós próprios, no Departamento de Instituição do Poder Popular, recebemos do nosso continente manifestações inequívocas de simpatia e também de interesse pelo que aqui se fez nesses tempos decisivos. E, insisto, tudo no meio de problemas económicos complexos deixados pelo colonialismo e das guerras de libertação, das tensões e dificuldades que as agressões racistas nos criam.

Os nossos militares, fiéis ao pensamento e à inspiração do guia imortal da revolução angolana, o presidente Agostinho Neto, estavam e estão conscientes de que, para avançar seriamente para o socialismo, é fundamental construir esta etapa em que estamos, conclui Fernando de Sousa, membro do Comité Central do MPLA-PT e Secretário para o Departamento da Instituição do Poder popular e Apoio às Organizações de Base do Partido. □

NAMÍBIA

Fracassada Genebra, ressurge a luta de libertação

Apesar dos esforços das Nações Unidas, a África do Sul bloqueia os acordos de paz na expectativa do eventual apoio que possa vir a receber do novo presidente norte-americano

Beatriz Bissio

TAL como o cepticismo da SWAPO o fazia prever, a Conferência de Genebra sobre a Namíbia terminou sem que nenhuma medida concreta tivesse sido tomada. (Ver n.º 30 dos **cadernos**).

A Conferência tinha sido organizada pelas Nações Unidas (1) com a intenção de superar os últimos obstáculos que se opunham à aplicação do Plano aprovado em 1978, com a resolução 435 do Conselho de Segurança. Se isso tivesse sido concretizado, depois de Genebra poderia ter sido criada uma comissão da ONU encarregada de supervisionar a transição para a independência daquela antiga colônia alemã e teria sido eleita uma Assembleia Constituinte na Namíbia encarregada de redigir a nova Constituição do país. Ainda segundo os planos da ONU, divulgados no decorrer da reunião de Genebra pelo subsecretário-geral da ONU para Assuntos Especiais — que presidiu aos debates —, Brian Urqhart, a partir de Março do corrente ano iniciar-se-ia o processo que levaria a

Namíbia à independência no final de 1981.

Os pontos em debate eram a criação de uma zona desmilitarizada entre aquele território e os países limítrofes (proposta apresentada pelo desaparecido presidente Agostinho Neto, mais tarde incorporada no plano das Nações Unidas), repatriamento dos refugiados namíbios, a fim de que esses milhares de patriotas pudessem participar nas eleições, a serem supervisionadas por aquele organismo mundial.

A questão da representação

O primeiro problema apresentado na reunião da Genebra — que teve por cenário o antigo Palácio da Liga das Nações (organismo que antecedeu as Nações Unidas) — foi o da representação do povo namíbio.

Danis Hough, administrador-geral da Namíbia designado pelos sul-africanos para chefiar a sua delegação, apresentou os quase 30 representantes dos chamados «partidos internos», que outra coisa não são

senão partidos criados pelo regime do *apartheid* com pessoal da sua confiança. Segundo Hough — reiterando a posição da África do Sul a este respeito em outras ocasiões — esses partidos estavam em Genebra «para participar em pé de igualdade com aqueles que fossem participantes nas eleições». Isto é, a África do Sul pretendia pôr em iguais condições perante as Nações Unidas a SWAPO e os chamados «partidos internos».

Kurt Waldheim pessoalmente deu a resposta: as Nações Unidas nunca aceitariam tal reivindicação sul-africana. O organismo internacional reconhece a SWAPO como «único e legítimo representante do povo da Namíbia» desde o ano de 1973.

A partir daí foi-se tornando claro que a África do Sul não estava interessada num verdadeiro diálogo a respeito da independência da Namíbia. Assim, chegou o dia 14 de Janeiro, termo da Conferência, sem que nenhuma resolução ou acordo concreto entre as partes tivesse sido adoptado. À proposta da ONU de fixar uma data para o cessar-fogo

respondeu a África do Sul que isso era «prematura», bloqueando desse modo qualquer entendimento.

No mesmo dia 14 de Janeiro, em conferência de Imprensa em Genebra, o presidente da SWAPO, Sam Nujoma, traçava a nova posição da frente de libertação, face à atitude sul-africana: «O povo oprimido da Namíbia não tem outra alternativa senão continuar a luta armada de libertação até à vitória final», afirmou. E acrescentou: «Hoje torna-se evidente que a África do Sul tem medo das eleições livres e justas na Namíbia, pois conhece de antemão os resultados negativos que teriam para si».

Consultado a respeito dos objectivos da SWAPO após a libertação do seu país pelas armas, Nujoma afirmaria: «combatemos com a finalidade de restaurar os direitos democráticos que hoje são negados ao povo namíbio e para que a nossa gente tenha plena liberdade de eleger o seu próprio destino».

Dias mais tarde, numa avaliação da reunião de Genebra, o presidente da SWAPO afirmaria que a Conferência não fora totalmente inócua, já que, «pela primeira vez, a África do Sul viu-se forçada a reconhecer a Namíbia como Nação». E isso, disse Nujoma, «não foi uma concessão, antes consequência da intensificação da luta armada no território».

O apoio africano

Coube ao respeitado presidente Julius Nyerere, da Tanzânia, ser porta-voz do ponto de vista da África a respeito dos resultados da Conferência de Genebra. Disse o presidente tanzaniano: «O fracasso de Genebra sobre o futuro da Namíbia terá como resultado a escalada da luta armada e a SWAPO gozará do total apoio africano.»

Muitas interpretações podem ser feitas a respeito da intransigência sul-africana. Mas parece óbvio que um dos principais objectivos de Pretória era ganhar tempo.

Para quê comprometer-se num plano de cessar-fogo, aceitação de uma zona desmilitarizada na estratégica fronteira com Angola, na tolerância do regresso dos refugiados, e, ainda por cima, no reconhecimento da SWAPO como único representante do povo namíbio, num momento de transição na Casa Branca, e quando tudo indica que o novo inquilino da sede do Governo de Washington estará bem mais comprometido com os interesses da África do Sul?

O regime sul-africano já teve contactos, mais ou menos velados, com assessores do presidente Reagan. E é óbvio que Pretória sabe que uma viagem na estratégia dos Estados

Unidos em relação à África Austral virá fortalecer o apoio à África do Sul.

O novo secretário de Estado, Alexander Haig, afirmou no Comité de Relações Exteriores do Senado norte-americano, que a emenda Clark — pela qual se restringem as actividades secretas dos Estados Unidos em Angola — «é uma restrição desnecessária e derrotista» para o país, e que a UNITA (grupo angolano apoiado e financiado pela África do Sul) «ainda está forte».

Se é essa a posição do novo chefe do Departamento de Estado, é óbvio que toda a estratégia das Nações Unidas para a transição da independência da Namíbia estará seriamente comprometida. O regime do *apartheid* passará a ser um parceiro privilegiado dos norte-americanos na crítica região da África Austral.

O custo para a administração Reagan poderá, contudo, ser bastante alto: a rápida deterioração das relações com os Estados africanos e o recrudescimento das operações militares na região. Porém, Pretória arisca e espera. Se a estratégia de Reagan é mesmo essa, obterá um apoio nada desprezível na política que pratica na Namíbia, estendendo-se também ao território de Angola.

Assim, a Conferência de Genebra nasceu morta: realizada nas vésperas da posse do novo presidente norte-americano, não seria a melhor oportunidade para levar a África do Sul ao compromisso de respeitar o cronograma da ONU para a Namíbia. Porém, ela teve a virtude de demonstrar perante o mundo, uma vez mais, que a África do Sul só entende uma razão: a das armas. □



(1) A realização da Conferência de Genebra foi já consequência da intensificação da luta armada no território namíbio. As potências ocidentais, as Nações Unidas e os países da Linha da Frente pressionaram os sul-africanos a admitirem o diálogo com a SWAPO, o que veio a acontecer formalmente na recente reunião.

LÍBIA



Em onze anos de revolução, a política de dignificação nacional fez com que a Líbia tenha já percorrido um longo caminho na luta contra o desenvolvimento

A revolução verde do El Fateh

Carlos Pinto Santos

EM 1951, ano da sua declaração de independência, a Líbia era considerada um dos países mais pobres e mais subdesenvolvidos do Mundo. A economia estava quase totalmente nas mãos dos estrangeiros e a soberania nacional era apenas uma ficção, agravada

nos anos seguintes por uma série de tratados de «amizade e cooperação» que colocavam o reino do velho Idris I numa dependência ainda mais estreita das potências imperialistas. Para estas, e nessa época, o interesse da Líbia residia sobretudo no valor estratégico do seu extenso território

(1 759 540 km²). Mediante reduções retribuições financeiras, a Grã-Bretanha amplia as facilidades de que já dispõe para as suas tropas, nomeadamente o fortalecimento da base de Tobruk, e os Estados Unidos instalam às portas de Trípoli o campo de Wheelus Field que se tornará o

centro aeronaval mais importante do Mediterrâneo.

A presença de tropas estrangeiras em território líbio força a assinatura de protocolos que hipotecam às multinacionais a nova riqueza já prospectada: o petróleo.

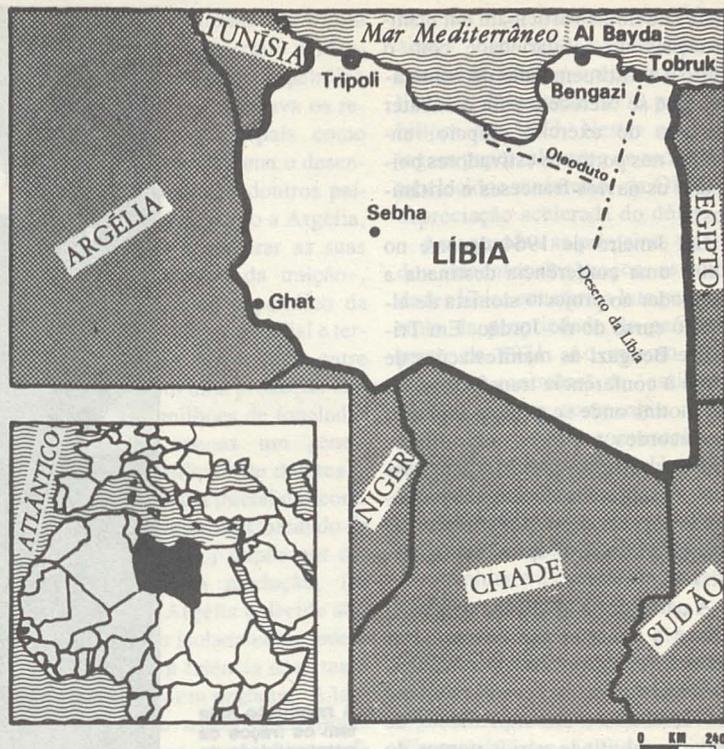
Uma imagem do período pré-petrolífero é dada pelos relatórios estatísticos que indicam para a década 1951/1962 (o primeiro navio petrolífero carregou no terminal de Marsa Brega em Setembro de 1961) um rendimento nacional bruto inferior a 15 milhões de dinares (o equivalente a 50 milhões de dólares) e um rendimento *per capita* anual de 14 dinares (47 dólares). No espaço de dez anos, entre o tratado anglo-líbio (Junho de 1953) e o controlo multinacional petrolífero da Líbia, a economia tradicional está arruinada e a maioria da população, estimada em pouco mais de dois milhões de habitantes, subsistia nas mesmas miseráveis condições da época do colonialismo italiano.

Numa altura em que o mundo árabe e africano se revoltava nas suas fronteiras contra o jugo francês e britânico (Argélia, Tunísia, Egipto), na Líbia, os laços de tutela estrangeira apertavam-se cada vez mais.

No período 1962/1969 a exportação de petróleo não parou de subir: 500 000 barris por dia em 1963; 1,5 milhão em 1966; 3,1 milhões em 1969. No entanto, estas grandes quantidades de hidrocarbonetos que brotavam da terra líbia trouxeram magros benefícios efectivos ao país. Os rendimentos que restavam da pilhagem das companhias que operavam na Líbia eram sorvidos pela clientela da dinastia senussi alimentando uma sociedade corrupta e feudal.

Clima de revolta em crescendo

A opulência dessa elite autocrática parasitária, juntavam-se os privilégios da numerosa colónia de euro-



peus e dos estados-maiores das companhias petrolíferas que dispunham de direitos extraterritoriais, constituindo verdadeiros Estados com bandeiras hasteadas nas concessões. Os ingleses dominavam os postos-chaves da administração, controlando os ministérios, os serviços técnicos e influíam decisivamente na governação quotidiana do país. A colonização cultural alastrava ao ponto de ser o inglês no ensino superior a língua utilizada, fazendo do árabe pouco mais do que um vestígio.

Nos anos 60, perante a situação caótica e degradante que vive a Líbia (que se sabe agora albergar em si enormes potencialidades económicas), os sinais de descontentamento há muito existentes começam a multiplicar-se evoluindo rapidamente para um clima de revolta popular. Nas escolas, no meio trabalhador, no próprio exército proliferam os núcleos clandestinos que debatem as

ideias e doutrinas que agitam o Mundo Árabe. Surgem as corresponsáveis líbias de grupos e associações ligados ao baasismo de inspiração sírio-iraquiana, aos irmãos mulçumanos, ao nasserismo — as três doutrinas principais que percorrem os países islâmicos na época.

O prestígio da Revolução egípcia de 1952 e de Gamel Abdel Nasser é, porém, preponderante, devido não só à proximidade geográfica e acção desenvolvida pelo próprio Nasser mas também à influência exercida por dezenas de milhares de egípcios que trabalham na Líbia nos mais diversos sectores de actividade. O Egipto anti-imperialista e o nasserismo tornam-se para os patriotas líbios (que lêem e discutem apaixonadamente a «Filosofia da Revolução» de Nasser) os modelos por que aspiram reger o futuro do seu país. Em 1956, quando o povo do Nilo repele a invasão anglo-franco-israelita na sequência da nacionalização do canal do Suez, mi-

lhares de líbios participam em manifestações de solidariedade com o Cairo e constituem listas de voluntários que se oferecem para combater ao lado do exército egípcio, enquanto nos portos os estivadores boicotam os navios franceses e britânicos.

Em Janeiro de 1964 decorre no Cairo uma conferência destinada a responder ao projecto sionista de alterar o curso do rio Jordão. Em Trípoli e Bengazi as manifestações de apoio à conferência transformam-se em motins onde se exige a anulação dos acordos militares anglo-líbios, cuja revisão está prevista para esse ano. A repressão é violenta provocando dezenas de mortos e feridos. O primeiro-ministro apresenta a demissão.

A partir desta altura as manifestações e a agitação não cessam. Em Maio de 1965, por ocasião das eleições legislativas, os centros de voto são assaltados, um movimento de greve geral atinge vários pontos do país e dão-se atentados contra os poços de petróleo de Sarir, a 700 km ao sul de Tobruk. No estrangeiro os estudantes líbios ocupam as embaixadas do seu país iniciando greves de fome.

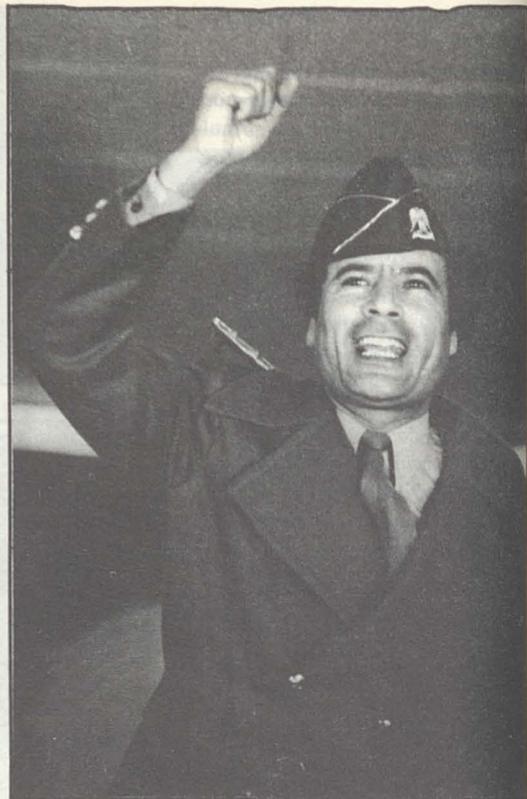
Com o reberar da guerra árabe-sionista de Junho de 1967 eclodem as insurreições populares de Trípoli e Bengazi, seguidas de uma greve que paralisa o país. Aqui e ali a polícia e o exército hesitam na repressão, sintoma de que o poder de Idris I começa a estar minado.

O movimento conspirativo cresce perante a incapacidade governamental de o combater. Nas capitais das potências tutelares o derrube da monarquia começa a ser encarado como inevitável. Para os interesses multinacionais as questões essenciais consistem em saber quem tomará o poder e como conviver com ele.

Liberdade, socialismo, unidade

Sem derramamento de sangue e

A revolução líbia tem os traços da personalidade do seu líder carismático



em poucas horas, um golpe de Estado iniciado no sul do país, na guarnição de Sheba, derruba a monarquia e instaura a República Árabe da Líbia no dia 1 de Setembro de 1969.

Pela rádio, os Oficiais Livres Unionistas (denominação que assinala o carácter nasserista do movimento) difundem o seu primeiro comunicado de vitória onde três palavras resumem o programa da insurreição: liberdade, socialismo, unidade. Elas estarão presentes em toda a revolução líbia.

Do Conselho do Comando da Revolução, que se proclama órgão único de soberania, um nome salta para as primeiras páginas da imprensa mundial onde, onze anos decorridos, permanece: Moammar El Kadhafi. Na altura da tomada do poder tem 28 anos e a patente de tenente do exército líbio.

Durante os onze anos que vão do

golpe militar de 1 de Setembro de 1969 à actualidade, a Revolução de El Fateh (vocabulo árabe que significando *começo* associa duas ideias: início do mês e início de uma nova era para o povo líbio) teve três etapas distintas correspondentes cada uma à concretização de determinadas realizações políticas, económicas e sociais. São os períodos de 1969/1973, 1973/1977 e 1977/1980.

Abolida a monarquia e dissolvidas todas as instituições do regime sennusi, a instância máxima e única do poder (após a curta existência de um governo civil) é concentrada no Conselho do Comando da Revolução que reúne doze oficiais subalternos sob a presidência do agora coronel Kadhafi que é, simultaneamente, nomeado primeiro-ministro e chefe das forças armadas. Após o reconhecimento do Islão como religião oficial do Estado (que acompanha a imposição gradual do uso da líbia

gua árabe em todas as actividades do país é uma medida de dignificação nacional) o poder revolucionário lança a grande operação de recuperação da pátria.

Nesse sentido abrem de imediato as negociações para a evacuação das bases estrangeiras semeadas pelo território líbio. Assim, concluídas as difíceis e morosas conversações, os britânicos retiram a 28 de Março de 1970 as tropas estacionadas em Bengazi, Al Adem e Tobruk. A 11 de Junho do mesmo ano, o major Abdelsalam Djalloud assiste à partida do avião que evacua os últimos soldados norte-americanos da base de Wheelus Field, no meio de manifestações de regozijo popular. Esta data entra no calendário líbio para assinalar a retirada total de forças militares estrangeiras. A 21 de Julho de 1970, um decreto confiscou sem indemnização todos os bens italianos, entre os quais mais de 100.000 hectares de terra. Como resultado, 12.000 residentes italianos abandonam a Líbia.

O sistema financeiro (nas mãos do Barclay's Bank e do Banco di Roma) é recuperado por um decreto promulgado a 23 de Dezembro de 1969 que proíbe qualquer sociedade estrangeira de proceder a operações bancárias e impõe uma participação do Estado de pelo menos 60% no capital das companhias de seguros. Por outro lado, nenhum estrangeiro é autorizado a dedicar-se a actividades comerciais, artesanais ou industriais sem estar associado a um cidadão líbio que disponha pelo menos de 50% do negócio.

A recuperação do petróleo

Pela sua importância estratégica e enorme valor que representa para o país, o petróleo foi objecto de negociações difíceis conduzidas com prudência e muita firmeza pelo novo poder revolucionário. Este imediatamente exige às 22 companhias instaladas na Líbia uma revisão urgente das tabelas em vigor, antes de alterar o estatuto de concessão.

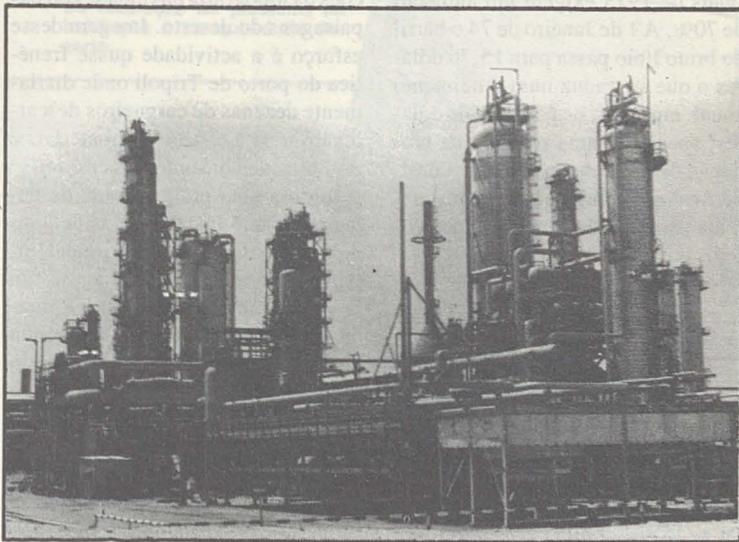
O preço extremamente baixo com que era lançado no mercado ocidental (sobretudo europeu) o petróleo bruto líbio não só delapidava os recursos financeiros do país como contribuía para condicionar o desenvolvimento económico doutros países produtores que, como a Argélia, eram obrigados a moderar as suas exigências. «Petróleo da traição», assim era conhecido o petróleo da Líbia, quinto produtor mundial e terceiro exportador no período entre 1968 e 1969 com uma produção calculada de 150 milhões de toneladas representando apenas um rendimento de 770 milhões de dólares.

Face à resistência inicial das companhias, o Conselho do Comando da Revolução (C.C.R.) impõe por decreto reduções da produção, faz acordos com a Argélia e decide atacar as empresas isoladamente ameaçando levá-las à falência caso mantenham a recusa em negociar. A tática da divisão usada pelos líbios surte efeito e as companhias mais fracas começam a ceder às condições da Lybian National Oil Corporation, organismo petrolífero criado após a revolução. O preço do barril começa a subir gradualmente passando de 2,23 dólares em 1969 para 4,60 dóla-

res em 1 de Outubro de 1973, fazendo com que os rendimentos anuais da Líbia passem de 1,35 bilhões de dólares em 1970 para 2,22 bilhões em 1973. Nestes aumentos jogam papel relevante os acordos estabelecidos no interior da OPEP e a depreciação acelerada do dólar.

Asseguradas as primeiras vitórias dos aumentos dos preços, as autoridades líbias encetam a luta pelo controlo da propriedade do petróleo a partir de 1971. Ao mesmo tempo assinam contratos de assistência técnica com a companhia italiana E.N.I. e acordos de cooperação económica e técnica com a União Soviética (4 de Março de 1972) e outros países socialistas, o que permite escapar ao bloqueio das vendas pelas companhias e à chantagem de assessoria tecnológica.

Curiosamente, datam desta altura as primeiras grandes campanhas de alguma imprensa ocidental (*Times*, *Financial Times*, *Le Figaro*) sobre o «radicalismo» e «perigosas loucuras» de Moammar El Kadhafi e dos dirigentes líbios em geral. As suas exigências são classificadas de «extravagantes» e procura-se ridicularizar medidas como as da proibição do



Petróleo: principal factor económico dos líbios contra o subdesenvolvimento

álcool e o uso da língua árabe nos assuntos oficiais.

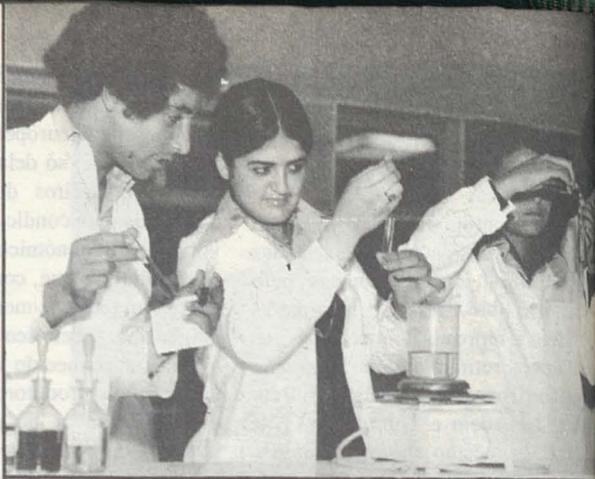
Empregando o mesmo método de tratar isoladamente e num momento político preciso cada multinacional, o C.C.R. nacionaliza a British Petroleum e a sua associada Bunker Hunt em Dezembro de 1971 como represália pela ocupação iraniana, com a cumplicidade da Grã-Bretanha, das ilhas de Tumb e Abou Moussa. Passa assim para o controlo do Estado líbio o jazigo de Sarir, o mais rico de toda a Africa. Mais tarde, após a guerra do Ramadão em Outubro de 1973, são sucessivamente nacionalizadas a 100% a Mobil, Esso Standard e a C.F.P.. Em Maio de 1974, 62% da produção petrolífera é propriedade do povo líbio.

A guerra árabe-sionista de Outubro introduziu um marco determinante nas relações entre países produtores e países consumidores, com consequências importantíssimas na história da economia moderna. Além de constituir um golpe mortal ao regime contratual das multinacionais, dá aos governos dos países produtores o direito de fixarem eles próprios o preço do seu petróleo. E o início da utilização do petróleo como arma política pelos países árabes, que nos finais de 1973 exigem um aumento de 70%. A 1 de Janeiro de 74 o barril do bruto líbio passa para 15,76 dólares o que se traduz num rendimento anual, em 1974, de 6 biliões de dólares, apesar de uma redução na produção de 33%. A um aumento considerável nos rendimentos correspondia a preservação do capital petrolífero.

A fuga ao subdesenvolvimento

A política petrolífera líbia proporciona resultados espectaculares. Entre 1970 e 1978 o rendimento nacional passa de 1283,3 milhões de dinares (4340 milhões de dólares) para 5356,5 milhões (19 363 milhões de dólares) — uma média

O ensino abrange um terço da população na Líbia



anual de crescimento de 20,5% aos preços correntes.

Os elevados recursos financeiros obtidos permitem uma política de desenvolvimento que contempla todos os sectores ultrapassando etapas obrigatórias noutras condições. Partindo praticamente do zero e não esquecendo que as reservas de petróleo se esgotarão, inexoravelmente, num dia não muito longínquo os dirigentes líbios impõem um ritmo de crescimento económico que se assemelha a uma corrida contra-relógio. Para quem tem a oportunidade de percorrer o vastíssimo território líbio torna-se impossível não deixar de se impressionar pelas transformações da topografia das cidades ou das paisagens do deserto. Imagem desse esforço é a actividade quase frenética do porto de Trípoli onde diariamente dezenas de cargueiros descarregam toda a espécie de materiais e produtos de consumo. E certo ter-se perdido a bela praia ladeada de balastrada que fazia antes as delícias do passeio da burguesia colonial italiana e no seu lugar está agora um largo cais apinhado de guas e mercadorias. Sacrificando o panorama ganharam porém os líbios um meio indispensável para recuperar o seu atraso.

O desenvolvimento industrial vai em todas as direcções, desde a indústria pesada a partir do ferro (mineral abundante na Líbia) que permitirá obter em breve uma produ-

ção anual de 7 milhões de toneladas de aço até ao sector têxtil e ao da alimentação equipados com maquinaria ultramoderna.

Tratado no país o petróleo é refinado em Zauia, Tobruk e Marsa Brega produzindo nafta, querosene, petróleo industrial, adubos azotados, amoníaco. Importantes investimentos foram consagrados aos plásticos e à indústria de fibras sintéticas.

Embora as autoridades líbias sejam muito discretas no assunto, parece já não haver dúvidas estar em curso a instalação de centrais nucleares e de uma fábrica de enriquecimento de urânio, mineral precioso existente — segundo consta — no sul do país e no norte do Chade. Aliás, a questão da Líbia possuir ou não a arma nuclear é posta regularmente nas mais recentes entrevistas a Kadhafi que retorque com propostas evasivas.

Na Líbia de hoje o problema da habitação está solucionado tendo desaparecido do horizonte as tendas e os bairros da lata presentes ainda há dez anos (só em Trípoli contavam-se 40 000 barracas) em todos os cantos do país. Entre 1973 e 1975 foram construídos 80 000 habitações representando um investimento do Estado de 722 milhões de dinares (2600 milhões de dólares). Para o período de 1976 a 1980 o crédito será de 800 milhões de dinares (2892 milhões de dólares). No fim deste ano — em que

cada família será proprietária do seu próprio alojamento — o número de edifícios construídos pela revolução do El Fateh ultrapassará o total existente no antigo regime.

Da mesma forma relevantes são os balanços de onze anos de poder revolucionário em dois outros sectores fundamentais: saúde e educação.

No concernente à saúde, entre 1969 e 1978 foram construídos 18 hospitais o que representou um aumento de 138,5% de camas hospitalares; o número de médicos quase quintuplicou — a taxa actual é de um médico por mil habitantes — e o pessoal de enfermagem registou um crescimento de 280%. Cabe referir a assistência médica e medicamentosa totalmente gratuitas e a erradicação das doenças epidémicas.

O ensino, gratuito em todos os escalões, abrange cerca de 900 000 jovens ou seja um terço da população total líbia. De 1968 a 1979 a evolução dos efectivos foi a seguinte: ensino primário, de 270 000. a 600 000; complementar, 30000 a 200 000; secundário, de 7000 a 600 000; técnico, de 1200 a 7500; universitário, de 3400 a 25 400.

Tem sido desenvolvido um grande esforço nos sectores das comunicações com a construção de estradas, portos e aeroportos. O belíssimo e ultramoderno aeroporto de Trípoli constitui um magnífico monumento ao êxito imobiliário da Líbia.

A «Verde Líbia»

Antes da revolução apenas 0,4% do território líbio era cultivável, hoje essa percentagem subiu para 1%. Mas a conquista ao deserto de cerca de um milhão de hectares são ainda escassos para alcançar a auto-suficiência alimentar que é a meta desejada pelos dirigentes líbios.

E porque «a independência não existe para um povo que se alimenta do exterior» (Kadhafi) foi destinada a soma de 1,3 biliões de dinares (4,2

bilhões de dólares) para os dois planos de desenvolvimento agrícola, um trienal (1973/1975) e um quinquenal, ainda em curso (1976/1980). Estes projectos visam a criação de cinco grandes regiões agrícolas: a planície de Jeffara próxima de Trípoli, Djebel Akhdar «A Montanha Verde» a este de Benghazi, Fezzan em torno de Sehba, Kafra-Serir a sudeste e Suloul-Khodr. Em zonas onde há poucos anos apenas existia o deserto absoluto, estepe rasa e cactos raquíticos, vêem-se agora pomares verdejantes, bosques e rebanhos de carneiros e bovinos. Para que essa alteração do ambiente se tornasse realidade foram montadas estruturas de bombagem que fazem subir a água de reservas existentes a grandes profundidades. Aliás, uma característica da agricultura líbia é o alto grau de mecanização a que obriga a natureza do terreno, o clima, a dimensão dos projectos e a grande escassez de mão-de-obra.

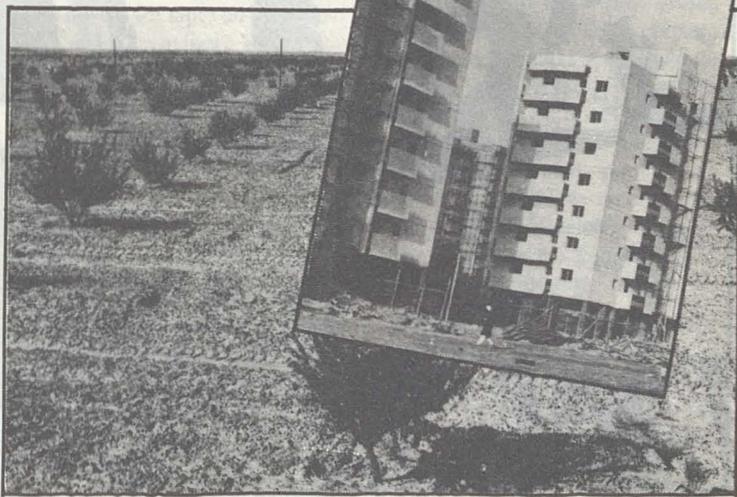
A partir da lei da reforma agrária de Outubro de 1972, começaram a formar-se, nas cinco regiões, complexos agrícolas onde cada família camponesa recebe terrenos de

aptidão agrícola e infra-estruturas já preparadas. Estas quintas privadas que variam de 5 a 25 hectares dispõem de uma habitação funcional, alfaias, estábulos e gado. Por outro lado — prosseguindo uma política de fixação da população rural tendencialmente motivada ao êxodo para o litoral — são fornecidos subsídios mensais rondando os 90 dinares e empréstimos bancários que podem variar de 1500 a 3000 dinares sem juros e de pagamento a longo prazo.

Paralelamente a estas herdades de cultivo individual, surgem grandes explorações estatais de cereais, frutas, gado, galináceos, etc. O plano quinquenal prevê para os fins de 1980 a entrada em produção de um milhão de hectares assim repartidos: 303 000 hectares de legumes e frutas; 654 000 hectares de florestas e pastagens; 45 000 hectares de cereais (na planície de Jeffara).

A revolução líbia tem um sonho provavelmente inacessível: transformar o país na imagem da sua bandeira nacional. Em 1980, os campos cultivados são já borrões do estandarte de uma pátria nova; «Verde Líbia». □

Da resolução do problema da habitação à conquista do deserto



SINGAPURA

Uma ditadura com votos

*O regime autoritário de Lee propõe ao povo
aguentar em silêncio,
enquanto entrega o país às transnacionais*

Pablo Piacentini



Lee Kuan Yew.

TAL como sucedeu nas três eleições gerais precedentes, nas eleições do dia 23 de Dezembro último, o Partido de Acção Popular (PAP), do primeiro-ministro Lee Kuan Yew, ganhou todos os 75 lugares da Assembleia Popular de Singapura.

Este resultado implica um novo período de estabilidade política para a minúscula e superpovoada ilha do sudeste asiático (2 milhões e 300 mil habitantes para uma superfície de 718 km², com uma densidade média de uns 3800 habitantes por km²), o que permitirá a Lee e à sua equipa de tecnocratas aprofundarem o modelo de exploração transnacional que vêm aplicando durante vinte anos, numa competição com Hong Kong, Coreia do Sul e Taiwan.

A política económica de Lee tem consistido numa abertura irrestrita — e em privilégios excepcionais — aos investimentos estrangeiros, que têm afluído de modo permanente e maciço, e na manutenção de uma política de trabalho que oferece uma mão-de-obra muito barata.

Foram conseguidos, assim, índices excepcionais para um país da Ásia: um rendimento per capita próximo de 2800 dólares anuais, que coloca Singapura em segundo lugar no continente, depois do Japão. Conseguiram uma das mais altas taxas de crescimento económico da região: entre 1968 e 1978, o Produto Nacional Bruto cresceu a uma média de 12,8%; entre 1974 e 1978 — a ilha parece de hidrocarbonetos — oscilou entre 6 e 8% e, no último ano, registou 9%.

Lucros para as transnacionais

Porém, tanto os êxitos económicos quanto os eleitorais exibem reversões: não obstante a existência de um sistema parlamentar formal, Singapura encontra-se sob uma ditadura. E apesar dos indicadores de prosperidade,

a dependência da economia em relação às transnacionais é excessiva e faz com que estas absorvam a maior parte dos lucros. E quanto à massa trabalhadora, ela está oprimida por salários escassos e quase imóveis (nos últimos anos, registaram-se os mais baixos crescimentos salariais da região).

Não há contradição e sim coerência entre estes fenómenos. O respeito às regras democráticas, significaria a possibilidade de sindicatos organizados e com capacidade de reivindicar a magra remuneração da mão-de-obra. Pelo contrário, reprimindo e encarcerando todo o trabalhador ou empregado que pedia melhores condições para o seu sector, Lee impediu que nos últimos anos se pudesse realizar uma só greve. O regime autoritário trata com igual mão-de-ferro todo o crítico da sua política e da sua gestão administrativa. Tanto as reivindicações económicas como as opiniões oposicionistas não têm assumido um carácter subversivo ou revolucionário, mas pelo contrário, tem-se tratado de propostas moderadas e só tendentes a obter uma democratização. A resposta de Lee foi sempre a mesma: se *cedermos*, Singapura perderá a competitividade e diminuirá o fluxo de capitais que preferirão a Coreia do Sul, Taiwan ou Hong Kong. Logo, os salários devem ser tanto ou mais baixos que naqueles países e a estabilidade política deve ser igual ou maior.

Autoritarismo e arbitrariedade

Dentro desta lógica de ferro, o ministro da Indústria e Comércio, Goh Chok Tong, chegou ao extremo de afirmar, durante a recente campanha, que «apenas a eleição de um só candidato de oposição poderia alterar a confiança que os investidores estrangeiros têm oferecido a Singapura».

De facto, um regime semelhante não pode tolerar a presença de um único deputado descontente, que certamente não poderia opor o menor obstáculo à acção legislativa oficial. Porém utilizaria o parlamento desta cidade-estado, onde o regime só tem deixado em pé a imprensa simpatizante, para denunciar a entrega da economia, a exploração dos assalariados e a violação dos direitos políticos e sociais. A estabilidade que Lee propicia, consiste, pois, em competir em autoritarismo com uma colónia britânica — Hong Kong — e com duas férreas ditaduras, a Coreia do Sul e Taiwan. Revela, com tal conduta, que os modelos de enclaves transnacionais do Terceiro Mundo, não importa o grau de evolução que alcancem (Singapura tem um rendimento per capita similar ao dos países da Euroá ocidental de médio desenvolvimento), está associado a um sistema político carente de liberdades. Tal é o modelo que a partir do «Ocidente democrático» exportam as transnacionais.

Os métodos empregues na recente campanha por este advogado de 57 anos de idade, licenciado em Cambridge, ilustram bem sobre o manejo despótico do poder que ele exerce sem interrupção desde 1959.

Só se permitiu fazer campanha eleitoral durante nove dias. Ainda que esse período incluísse a efémera tolerância de algumas actividades de oposição, estas foram fixadas nas jornadas prévias às festas de Natal, quando a população de Singapura (apesar de ser formada por 75% de chineses e, o resto, de diversas minorias, a principal delas a da Malásia) se concentra nas compras e nas celebrações familiares.

Só aos partidos que conseguiram apresentar seis ou mais candidatos, o parlamento permitiu o acesso à rádio. Este meio de comunicação foi vetado a quatro das sete formações não-governamentais, de tal forma que estas receberam dois minutos

cada uma, contra os 122 minutos para o PAP oficial. A esse povo, que por causa da incessante propaganda oficial e censura à Imprensa não conhece os dirigentes da oposição, não foi dada portanto a oportunidade de conhecer o pensamento e a crítica daqueles, a não ser por meio de comícios na rua. Mas estes não são fáceis de ser organizados num país submetido a um clima de intimidação pelo governo. Este mesmo clima fez temer represálias, pois impôs-se um sistema de numeração aos boletins eleitorais, o que fez supor que existiria a possibilidade de controlar quem votava.

Apatia política

Em tais condições é que deve ser avaliada a importância da oposição ao regime. Nos escrutínios de 1976, os votos da oposição alcançaram 25% do total. Nessa ocasião, o Partido Operário (social-democrata) recebeu 12% da votação. O seu secretário-geral, J. B. Jeyaretnam, um rico jurista de origem cingalesa, obteve na sua circunscrição cerca de 30%. Nas últimas eleições, a oposição recebeu 22% e na sua circunscrição Jeyaretnam perdeu apenas por mil votos.

Se a oposição não ganhou um só lugar apesar da sua importância numérica, foi em grande medida devido ao mecanismo eleitoral de Singapura, herdado da Grã-Bretanha, mas adaptado a um sistema de uma só Câmara.

Este sistema dispõe que o candidato que obtenha a maioria simples receba o mandato em cada circunscrição, isto é, quando um partido prevalece em todo o país — e neste caso trata-se de uma pequena ilha — pode ficar com todos os lugares.

Uma grande apatia política surgiu então em numerosos sectores opositores ao regime, cientes da impossibilidade de mudar o actual estado de coisas mediante uma participação



Um permanente clima de intimidação

eleitoral que só faz o jogo das aparências democráticas promovido por Lee. Por tudo isso, a oposição está dividida e tem um baixo nível de organização. Um exemplo disso é que apenas conseguiu apresentar candidatos em 38 das 75 circunscrições, o que já constitui o prognóstico de que os sectores potencial-

mente contrários ao PAP alcançariam baixa representatividade.

Porém, acusada insistentemente de comunista — opção sobre a qual em nenhuma das suas variantes foi-lhe permitido pronunciar-se perante o povo de Singapura — a oposição tem dado provas de moderação, pa-

A exploração transnacional

Nos primeiros anos depois da independência, mais da terça parte do Produto Nacional Bruto (PNB) desta cidade-estado de grande tradição comercial provinha do comércio e dos gastos militares britânicos. Entre 1961 e 1965, Singapura, Estado membro da *Commonwealth*, aderiu à Federação Malásia, na esperança de se tornar o seu centro comercial. Mas tanto o governo de Jacarta como o de Kuala-Lumpuer preferiram fazer os seus negócios de modo directo, sem a participação da ilha. A alternativa apresentada por Lee consistiu na abertura total aos capitais e às empresas estrangeiras. A rapidez da condução desse processo originou um acelerado crescimento da economia, cujos pólos mais dinâmicos são hoje a indústria de manufactura e as finanças.

Segundo dados do primeiro semestre de 1977, a participação do sector comercial (o porto de Singapura, pelo seu movimento, é um dos primeiros do mundo) havia baixado para 28%. Por outro lado, o sector manufactureiro representava 21%, o de transporte, armazenagem e comunicações 16% e as finanças 11%.

Desta forma, foi-se modelando uma completa dependência em relação ao exterior. Um cessamento dos fluxos estrangeiros colocaria em crise o modelo de exploração transnacional que repousa exclusivamente sobre as concessões de facilidades ao capital e sobre a mão-de-obra a baixo custo. E basicamente nestas condições que as grandes empresas estabelecem filiais em alguns países do Terceiro Mundo, para invadir a região com

ciência e coragem, ainda que não consiga quebrar o rígido e eficiente sistema que oprime a ilha.

Continua, assim, a parábola regressiva que tem assinalado a trajetória de Lee, filho de uma família rica de ascendência chinesa. Depois de se ter dedicado com êxito à sua profissão de advogado, ingressou na política nos começos dos anos cinquenta. Em 1955 fundou o PAP, com um programa claramente social-democrata e, nesse mesmo ano, foi designado membro do Parlamento. Em nome do socialismo, o seu partido triunfou nas primeiras eleições após a independência e colocou-o no governo.

Dentro do PAP, Lee derrotou a tendência progressista, que se identificava com reformas de verdadeiro

cunho social-democrata. Este dinâmico personagem conseguiu ser aceite como membro do Bureau da Internacional Socialista.

Porém, em 1976, os socialistas holandeses denunciaram-no pelas violações dos direitos humanos e Lee, para não ter que enfrentar o julgamento da Internacional, abandonou o organismo.

Desde que ele chegou ao governo, foi levando o seu partido e o próprio país para uma política pró-ocidental e a um anticomunismo tão extremado que agride àqueles que, como J. B. Jeyaretnam, são social-democratas autênticos. Na ilha-Estado, só há liberdades para os dirigentes do PAP e do governo e para as empresas transnacionais. E Lee continua a falar de social-democracia. □

bens industriais baratos, produzidos geralmente por indústrias de tecnologia ultrapassada.

A dependência externa e a conseqüente fragilidade da economia podem ser constatadas pelos seguintes dados:

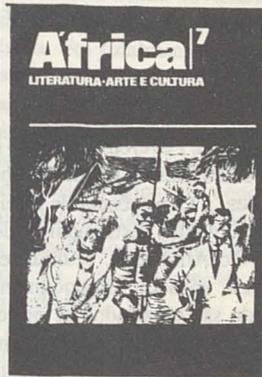
– Em 1976 o governo de Singapura destinou 375 milhões de dólares locais para investimentos. No mesmo período os investimentos estrangeiros chegaram a 1.230 milhões de dólares, vindos da Europa (509), Estados Unidos (284), Hong Kong e Taiwan (245) e Japão (192). (Um dólar de Singapura equivale a aproximadamente quarenta centavos de dólar norte-americano).

– As empresas transnacionais controlam três quartas partes do sector secundário.

Este modelo é sumamente vulnerável, tanto no plano interno como no externo. Em momentos de expansão das economias capitalistas centrais, o PNB cresceu a ritmos superiores a 12% anualmente. Mas em conjunturas de recessão, e de aumentos do preço da energia, o crescimento reduziu-se a metade. No plano interno, a insistência em se manter salários baixos e reprimir qualquer iniciativa grevista, deve-se a uma lógica implacável que está sujeita a ilha. A organização de sindicatos representativos, o aumento dos salários, o desenvolvimento de uma oposição que ponha em questão o regime – em suma, uma democratização real – significariam uma diminuição dos privilégios reservados aos investidores. A mesma legislação liberal que acolhe a penetração do capital estrangeiro, garante-lhe também a sua saída do país a qualquer instante. E a proposição de Lee ao povo é trabalho duro, salários baixos e aguentar tudo em silêncio.

P.P.

Ainda está a tempo de adquirir os números anteriores do I VOLUME de "Africa"...



Se os não encontrar na sua livraria peça-os directamente a
ÁFRICA EDITORA
Av. Principal, Miraflores,
Lote 117, Loja 6 – ALGÉS
1495 Lisboa

Movimento dos Não-Alinhados



Indira Gandhi
na sessão inaugural
da Conferência

Conferência de Nova Deli

*Os ministros dos Negócios Estrangeiros de 93 países
reafirmam a unidade do movimento
e pronunciam-se sobre temas candentes*

Agustin Castaño

A 13 de Fevereiro, ao cabo de cinco dias de intensos debates, a Conferência de ministros de Negócios Estrangeiros dos Países Não-Alinhados, reunida em Nova Deli, aprovou um documento final onde são abordados os principais assuntos mundiais e se reafirma as teses centrais do Movimento. Trata-se, sem dúvida, de um novo êxito dos não-alinhados. Tal não transparece, porém, no relato dos factos dado pela grande maioria da imprensa ocidental, mais especializada (como sempre o faz) em dar maior relevo às divergências políti-

cas entre os participantes. Com tal metodologia, a informação sobre os temas em que se chegou a um fácil consenso foram relegados para segundo plano, passando quase que despercebidos para os leitores, embora constituíssem a maioria dos assuntos tratados e o de maior significado.

O método oposto — a identificação dos temas mais importantes e a adequada avaliação das divergências — parece-nos antes ser o mais correcto. Ao analisar as divergências, há a considerar que na reunião de

Nova Deli tomaram parte 93 países, mais a OLP e a SWAPO, e que os regimes nela representados iam desde os socialistas até às monarquias, ou seja, o mais amplo leque político.

Se apesar de tanta diversidade, o Movimento se mantém unido então é porque os interesses comuns são muito mais profundos que os factores de divisão. A luta contra a dependência e o subdesenvolvimento e a necessidade de os superar, procurando um equilíbrio nas relações Norte-Sul e através de uma nova ordem internacional constituem um

sólido «cimento» deste Movimento que representa mais de dois terços da Humanidade.

O conjunto de governos representados na reunião de Nova Deli foram unânimes em defender a distensão e a paz mundial — particularmente ameaçadas na conjuntura actual —, cuja preservação não é possível sem que seja atacada a sua causa principal: a miséria de que sofrem os povos subdesenvolvidos.

Na sua opinião, os focos de tensão derivam da actual relação de dominação do Norte sobre o Sul, o que leva a que a proposta de Nova Deli aponte para uma alteração das regras do jogo nos campos económicos e políticos, defendendo as reivindicações dos países do sul, no sentido de serem corrigidas as relações desiguais de que são vítimas como fornecedores de matérias-primas aos países industrializados.

A partir desta posição chave, constata-se uma «situação internacional degradada a ponto de ameaçar a sobrevivência da Humanidade» como consequência da «rivalidade entre as duas superpotências». Como consequência desta análise da realidade mundial foram aprovadas uma série de exigências tendentes a eliminar os focos de tensão na cena internacional:

Oceano Índico — Expressa-se a «grave preocupação pelo aumento de instalações militares, pela deslocação de armas nucleares e pela procura de instalação de novas bases». Ainda que sem mencionar os Estados Unidos, afirma-se que o mundo deveria ter consciência do perigo que representaria a «escalada» do poderio militar de uma superpotência na região.

África Austral — Apoio total à luta armada da SWAPO e do povo da Namíbia contra o domínio racista. Denuncia-se que o Ocidente não tem coragem nem vontade de isolar o regime de minoria branca e tão-pouco se mostra interessado em travar a sua política de guerra.



Aspecto geral da Conferência

América Latina — Denunciaram-se os intentos de ingerência externa em El Salvador e as pressões sobre a Nicarágua. Reclama-se que os Estados Unidos se retirem da base de Guantanamo e anulem o bloqueio económico e político contra Cuba.

Conflito israelo-árabe — Condena-se energicamente Israel e pede-se às Nações Unidas que não aceitem as credenciais dos representantes de Telavive na ONU por aquele país haver violado, com a anexação de Jerusalém, a legalidade internacional, assim como se rejeitam o acordo de Camp-David e o acordo Egipto-Israel como fórmulas para tratar o problema palestino.

Sara Ocidental — Convidam-se as partes interessadas (referência à Frente POLISÁRIO e a Marrocos) a «empenharem-se em negociações imediatas a fim de fazer respeitar os desejos e as aspirações do povo do Sara Ocidental e a assegurar o seu direito inalienável à autodeterminação». De sublinhar que Marrocos aceitou o texto desta resolução sem reservas.

Os pontos em que durante as discussões se manifestaram posições opostas e acerca dos quais se encontrou um consenso que consistiu

numa síntese ou num compromisso sobre as propostas iniciais foram:

Guerra Iraque-Irão — Foi confiada uma tentativa de mediação a uma comissão integrada por representantes da Índia, Zâmbia, Cuba e OLP.

Afeganistão — Apresentou-se como o tema mais controverso. Para se chegar a um consenso sobre uma fórmula que solicita a retirada de tropas estrangeiras, sem todavia se mencionar a União Soviética, houve discussões ao longo de toda a Conferência. Foi finalmente aprovado um pedido de «uma solução política na base da retirada das tropas estrangeiras e do pleno respeito da independência, soberania e integridade territorial, assim como da condição de país não-alinhado do Afeganistão, na estreita observância dos princípios da não-intervenção e não-ingerência».

Sudeste Asiático — Para se resolver os problemas do Camboja e de toda a região, defende-se uma solução política que preveja «a retirada de todas as tropas estrangeiras, assegurando o pleno respeito da soberania, da independência e a integridade territorial de todos os Estados da Região, incluindo a do Camboja». □

Por uma nova ordem democrática

Reunidos na ilha de Malta, mais de quinhentos especialistas analisaram a situação dos direitos humanos e pronunciaram-se sobre temas como o «apartheid» e a tortura

J. Monserrat Filho

OS mais graves problemas que afectam hoje o destino dos povos foram examinados no XI Congresso da Associação Internacional de Juristas Democratas (AIJD), reunido em Malta, no Mediterrâneo, de 13 a 17 de Novembro, sob o tema geral de luta por uma nova ordem democrática internacional.

Não foi por acaso que o evento contou com a activa participação de mais de 500 juristas — advogados, juízes, procuradores, promotores, professores de direito — de 47 países de todos os continentes. (Ver caixa)

A participação do Terceiro Mundo

É curioso observar que o Terceiro Mundo, embora tenha participado com o maior número de países con-correntes ao conclave, enviou apenas cerca de 200 representantes, ficando, portanto, aquém dos países socialistas e capitalistas desenvolvidos quanto ao número de delegados. Isso em nada influenciou no andamento dos trabalhos, pois o Congresso, como é da sua praxe, não se propunha votar resoluções ou teses, mas ser um grande fórum de opiniões e exposição de problemas. De qual-

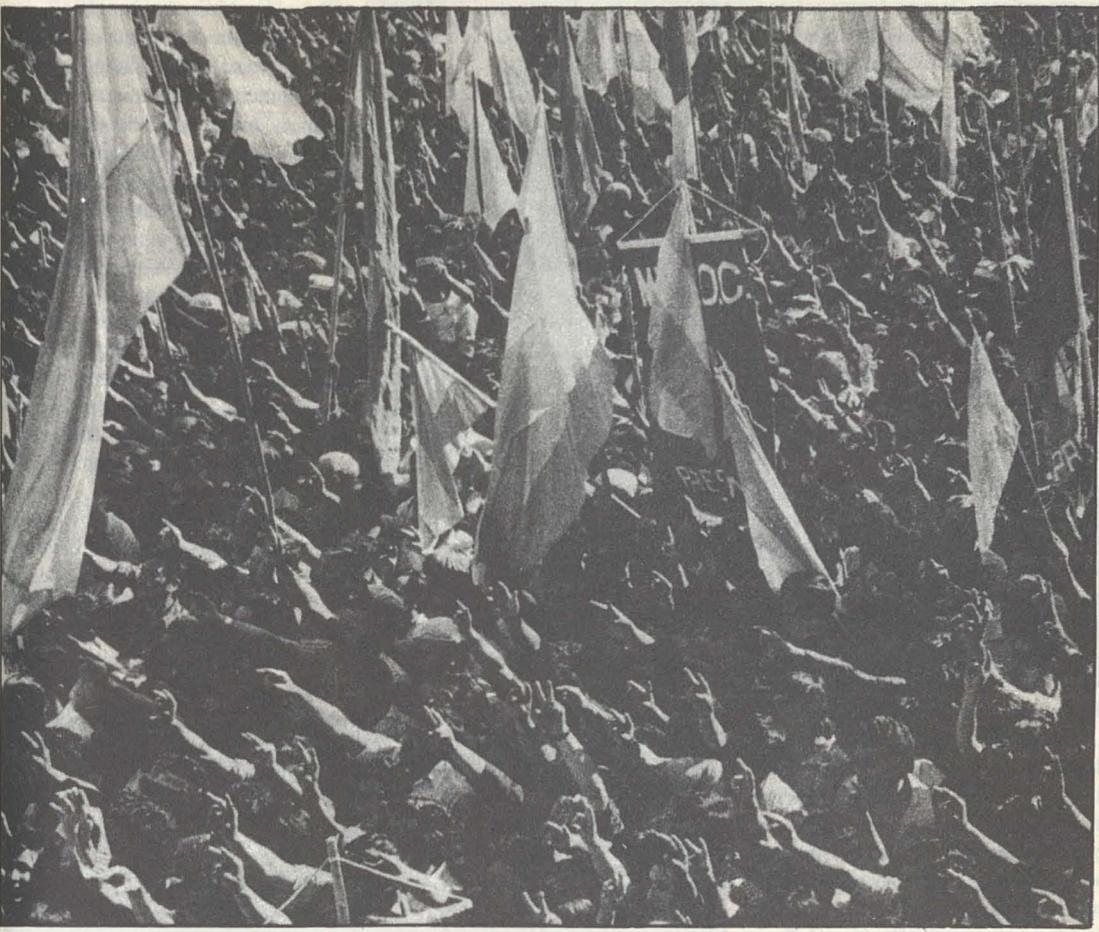
quer forma, a inferioridade numérica da representação dos países do Terceiro Mundo, embora não tão grande como em congressos anteriores, pode ser vista como mais um sintoma das suas dificuldades em quadros e também de recursos, pois o custo de uma delegação numerosa é, sem dúvida, bastante alto. Alinhe-se a isto, a política conservadora e o baixo nível de politização dos meios jurídicos de muitos países, cujos governos desencorajam a participação dos seus cidadãos em congressos democráticos como este.

A maior delegação latino-americana foi a da Argentina, com oito membros, a maioria exilados. Seguiu-se a do Chile, com quatro exilados, entre os quais Armando Uribe, ex-embaixador em Pequim, e a da Nicarágua, também com quatro membros, entre os quais dois dos sete magistrados do seu Supremo Tribunal. Brasil, Colômbia, Cuba e Porto Rico compareceram cada um deles com dois delegados, enquanto a Jamaica, El Salvador, México e Uruguai, com apenas um.

Ao todo, eram 28 participantes, um número claramente desproporcional à enorme importância política

da América Latina e à brutalidade dos seus conflitos sociais. Do próprio Brasil, considerando as lutas que actualmente nele se travam pela democracia e pela justiça social, deveria esperar-se uma participação mais ampla, em harmonia, aliás, com o relevante papel desempenhado nessas lutas pela Ordem dos Advogados. Os dois únicos brasileiros que participaram no Congresso foram o deputado paulista Almir Pazzianotto Pinto, advogado do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, e o autor deste relato, José Monserrat Filho, dedicado a questões de Direito Internacional Público.

Mas vale destacar a participação dos outros países de língua portuguesa. Além de Moçambique, que enviou o Ministro da Justiça e o Procurador Geral, e da Guiné Bissau, que enviou o seu Procurador Geral, Cabo Verde compareceu através do conhecido advogado Eduardo Gomes Rodrigues. Portugal marcou a sua presença por intermédio do famoso causídico Joaquim Pires de Lima. Coube a Angola, porém, a representação mais numerosa nesse grupo de países, com quatro membros, sendo duas mulheres, Maria Teresinha da Silva Lopes e Paulette



Os movimentos pelos direitos humanos e pela democracia crescem em todo o mundo.

Maria Moraes Lopes; os outros dois eram o juiz Eugénio Benito Ferreira e Fernando Manuel Oliveira, alto funcionário do Ministério da Justiça.

Estiveram também presentes, com delegações oficiais, a Amnistia Internacional, a Comissão Internacional de Juristas, o Conselho Mundial da Paz, a Associação Americana de Juristas, a Federação Sindical Mundial, a Liga Internacional pelos Direitos e Liberdade dos Povos e a Federação Mundial da Juventude Democrática.

A ONU fez-se representar pela consultora jurídica do Alto Comissariado para os Refugiados, Yilma Makonnen, e a UNESCO, pelo es-

pecialista em programas de desenvolvimento, Wolfgang Schwendler.

As origens

A Associação Internacional de Juristas Democratas foi fundada em 1946, durante o julgamento dos criminosos de guerra em Nuremberga, e tem a sua sede em Bruxelas, desde que foi obrigada a deixar Paris, no início dos anos 50, no auge da guerra fria. Gozando de estatuto consultivo junto da UNESCO e do Conselho Económico e Social da ONU, a AIJD congrega entidades nacionais filiadas de cerca de 70 países. Entre as suas actividades de relevante repercussão internacional,

estão as missões de juristas em visita a países que preocupam a opinião pública mundial, como por exemplo o Irão, El Salvador, Afeganistão, Chile, Argentina, Bolívia, Haiti e outros. Os relatórios e informações da AIJD, graças à sua amplitude e objectividade, servem de referência segura para se verificar o nível de respeito pela soberania nacional, pela autodeterminação dos povos e pelos direitos humanos nos países visitados, bem como caracterizar correctamente as forças em conflito.

São provas recentes disso, as missões da AIJD à Bolívia e a El Salvador, que denunciaram ao mundo os novos aspectos dos bárbaros crimes cometidos pelos governos militares

desses países. Poucas fontes relataram melhor as chacinas dos mineiros e camponeses bolivianos promovidas pelas forças militares e paramilitares do general Meza.

O consenso

Reservando o Congresso para o debate de teses e o intercâmbio de informações, a AIJD deixa para a Assembleia Geral, que se reúne quase ao final do encontro, a tarefa de discutir e apreciar resoluções de carácter político, além dos problemas internos da própria entidade.

A julgar pelo que se viu neste Congresso, tanto a comissão que acolhe os projectos de resolução como o plenário da Assembleia que deve votá-las respeitam rigorosamente a regra do consenso, evitando confrontações pelo voto capazes de conduzir a cisões desnecessárias e prejudiciais à unidade dos juristas democratas em todo o mundo.

Tal prática, de elevado sentido diplomático e democrático, demonstrou a sua eficácia em mais de uma oportunidade. Na questão da guerra Irão-Iraque, a Assembleia optou por não entrar no carácter do conflito, preferindo alertar as duas partes para os irreparáveis prejuízos e perdas acarretados pela guerra e também para o gravíssimo perigo de intervenção imperialista na região, conforme já foi tentado no próprio Irão. Nos debates do Congresso, apesar disso, as delegações do Iraque, com doze membros, e do Irão com apenas um, assim como as outras delegações que apoiavam cada um dos lados, não conseguiram entender-se, não obstante manterem as divergências num clima de serenidade. Resolver a controvérsia pelo voto maioritário da Assembleia Geral não traria nenhuma resolução positiva e, o que seria ainda pior, dividiria inapelavelmente a Associação, enfraquecendo as forças democráticas e progressistas diante do inimigo comum, bem maior e muito

mais poderoso do que qualquer uma das partes em litígio: o imperialismo e seus aliados na região.

O mesmo procedimento cauteloso e preocupado com a unidade observou-se em relação ao problema do Afeganistão, sobre o qual não se encaminhou nenhuma resolução, embora tenha sido largamente discutido. Muitas delegações defenderam a legalidade da presença militar soviética, com base no princípio da legítima defesa colectiva e no tratado de ajuda mútua vigente entre os dois países. Outras consideraram que se trata de uma intervenção e que as tropas soviéticas devem deixar o território afegão imediatamente. No voto, pelo que se estimou, a primeira posição venceria. Mas quem ganharia com a ruptura que esta «vitória» acarretaria? As partes divergentes, sem levar em conta a quantidade de votos que poderiam conseguir, acha-

ram melhor não aumentar ainda mais a divergência e, em nome da união e do bom senso, concordaram em não se pronunciar publicamente sobre o assunto, como que deixando que a História acabe por apontar quem tinha razão. Esta talvez tenha sido uma das mais valiosas lições políticas do Congresso.

Importantes resoluções

Nada disso, no entanto, nos deve fazer esquecer ou minimizar as dezenas de resoluções aprovadas por unanimidade, condenando ditaduras sangrentas, desaparecimentos de líderes políticos e sindicais, prisões arbitrárias, falsos plebiscitos, pseudoconstituições, massacres e violações dos mais elementares direitos humanos em inúmeros países, entre os quais, obviamente, figuram o Chile, Argentina, Uruguai, Para-

Os principais nomes do Congresso

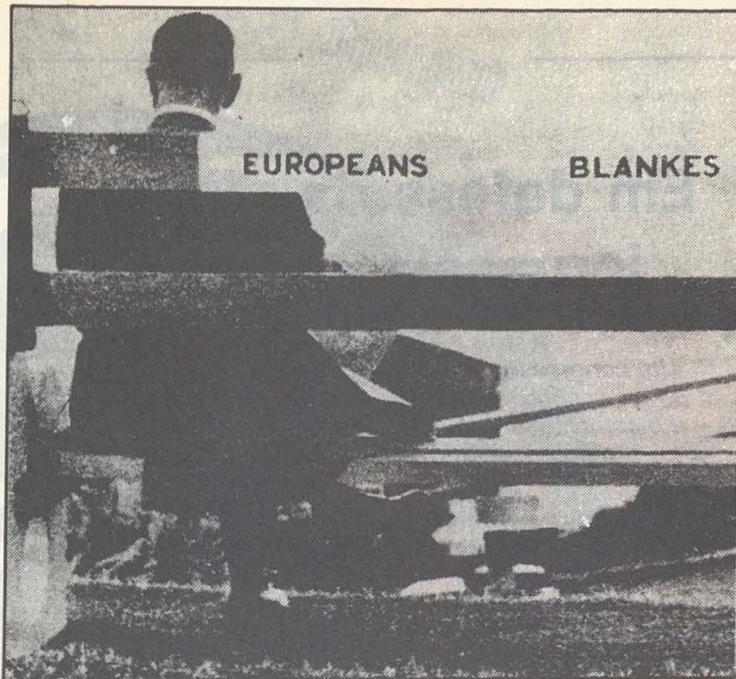
A importância do XI Congresso da AIJD pode ser avaliada pelas seguintes presenças em Malta: Sean MacBride, Prémio Nobel e Lénine da Paz, Djiladi Beghdadi, presidente do Supremo Tribunal da Argélia; L. Smirnov, presidente do Supremo Tribunal da URSS; Sérgio Insunza, ministro da Justiça do Governo de Allende; John Platts-Mills, conselheiro da rainha de Inglaterra; Alioune Beye, ministro dos Negócios Estrangeiros do Mali; Edilbert Razafindralambo, presidente do Supremo Tribunal de Madagascar; Mohamed Ould Salek, ministro da Informação da República Árabe Sarauí Democrática; Joseph Ondrej, presidente do Supremo Tribunal da Checoslováquia; Jamal Sourani, do Conselho Nacional da Palestina; Ramsey Clark, ex-Procurador-Geral dos Estados Unidos da América; Teodato Hanguana e António Negrão, respectivamente ministro da Justiça e Procurador-Geral de Moçambique; João Cruz Pinto, Procurador-Geral da Guiné-Bissau; K. P. Singh, ministro da Justiça do Estado de Madhya Pradesh (Índia); Mariano Barahona Portocarrero e Rodolfo Robelo, magistrados do Supremo Tribunal de Nicarágua; Maria Regent-Lechwocz, vice-ministro da Justiça da Polónia; Heinrich Toeplitz, presidente do Supremo Tribunal da Alemanha Democrática; Fernando Mendez Espinoza, vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos de El Salvador.

guai, Bolívia, Haiti, Porto Rico, El Salvador — para só ficarmos na América Latina e nos casos mais brutais.

Merecem destaque duas resoluções de solidariedade: com o povo de El Salvador, vítima de um autêntico genocídio, e com a Nicarágua, alvo de uma campanha internacional de desinformação e infâmias sobre a revolução sandinista, para desestabilizar o país e eventualmente legitimar uma agressão estrangeira, como aconteceu na Guatemala, em 1954, e em Cuba, em 1961.

Sobre o Brasil foi aprovada uma resolução, cujo texto é o seguinte:

«A AIJD constata inicialmente, com satisfação, os avanços obtidos no processo de democratização em curso no Brasil, tais como o retorno ao país dos políticos da oposição e a suspensão da censura à imprensa; declara o seu total apoio aos advogados, juizes e professores de direito, bem como às suas associações profissionais e especialmente à Ordem dos Advogados do Brasil, que têm lutado corajosamente contra as leis autoritárias e o sistema político antidemocrático; constata que a luta travada pela Ordem dos Advogados do Brasil, em pleno acordo com o povo brasileiro, já permitiu a conquista de importantes êxitos, entre os quais a exclusão da respectiva entidade profissional do médico culpado de haver encoberto o brutal crime de tratamento desumano aplicado a presos políticos, em São Paulo, levando-os muitas vezes até à morte, assim como a condenação de polícias responsáveis de cumplicidade no sequestro ilegal de refugiados políticos estrangeiros; condena os atentados terroristas que já causaram vítimas e danos irreparáveis, pedindo que as autoridades persigam os culpados com todo o rigor da lei e da justiça; e declara o seu total apoio aos esforços da Ordem dos Advogados do Brasil em favor da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte,



O apartheid foi energicamente condenado no Congresso de Creta

único instrumento capaz de exprimir a vontade democrática de todas as camadas sociais do país e encorajar o Brasil a procurar o seu próprio caminho no rumo de uma verdadeira democracia.»

Trabalhos em três comissões

O incansável Joe Nordmann foi reeleito Presidente da AIJD, escolhendo-se o argentino Amar Bentoumi para Secretário Geral.

Os trabalhos do Congresso propriamente desenvolveram-se em 3 comissões, cada uma com o seu tema: 1.^a O Direito da Humanidade, das Nações e dos Indivíduos à Paz e o Direito dos Povos a Autodeterminação e à Segurança; 2.^a Uma Ordem Económica que crie condições de Igualdade e Cooperação Internacionais; e 3.^a Os Direitos do Homem à Segurança e ao máximo Desenvolvimento das suas Potencialidades. Em cada comissão, uma enorme

quantidade de teses e monografias foi apresentada e discutida.

A nosso ver dois destaques se impõem: o projecto de convenção anti-tortura e desaparecimento («Convenção Internacional sobre Garantias do Direito à Vida, à Liberdade e à Integridade Física e Psíquica do Indivíduo») proposta pelo argentino Eduardo S. Barcesat, e a volumosa pesquisa sobre as empresas transnacionais realizada por um grupo da Associação dos Juristas Democratas da Bélgica, com 128 páginas e farta documentação sobre a forma como aquelas empresas violam as leis nacionais e os direitos humanos, inclusive mencionando factos já denunciados no Brasil.

Um apelo final foi feito pensando nos povos da África do Sul e Namíbia: prestigiar de todas as formas o embargo de petróleo decretado pela Assembleia Geral da ONU contra o império do apartheid, para apressar o derrube do regime racista da África do Sul. □

Em defesa da mulher jornalista africana

Um congresso reuniu em Accra, capital do Gana, 50 profissionais que discutiram a discriminação e o papel da mulher nos meios de comunicação de massas do continente

A criação de uma Associação Continental Africana para Mulheres Jornalistas e o exame dos principais problemas do trabalho da mulher nos meios de comunicação, foram os principais pontos abordados num Congresso realizado em Accra, Gana. O encontro, organizado pela Revista de Mulheres Africanas e pela Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional, teve a participação de 50 jornalistas, locutores e comentaristas que trabalham em meios de comunicação de massa de diversas regiões africanas.

A Associação, cuja criação foi aprovada na reunião, tem como principal objectivo a defesa dos interesses da mulher jornalista nos meios de comunicação de massa e a procura de fórmulas que permitam incentivar as jovens a seguir essa profissão.

Discriminação

Uma das questões mais discutidas no encontro foi a de que lugar ocupam as mulheres africanas no campo das comunicações. Dentre muitas respostas, uma delas foi unânime: muito poucas participam em postos de direcção. Analisou-se também as razões da discriminação contra a mulher bem como a maneira de as superar.

A Conferência concluiu que a mu-

lher profissional casada é a mais discriminada, pois considera-se que a sua primeira e mais importante obrigação é com a família — «aspecto que os empresários levam muito em conta na hora de designar trabalhos para as jornalistas».

Por exemplo: muito poucas vezes são distribuídos trabalhos à tarde, por suporem que elas, nesse horário, devem estar em suas casas a cuidar das suas famílias. Além disso, raramente são designadas para viagens, pela mesma razão.

Barreiras

O ministro da Informação e Assuntos Presidenciais do Gana, John Nabila, afirmou, no seu discurso, que ainda há um grande caminho a percorrer para que sejam vencidos velhos preconceitos, apesar «de já se ter conseguido um progresso considerável para a emancipação da mulher». No entanto, admitiu a existência de enormes barreiras que deverão ser destruídas, a fim de assegurar à mulher uma completa liberdade social e económica.

Nabila disse ainda que «o que é necessário agora não é desperdiçar energias com o chauvinismo masculino, mas sim mobilizar os enormes recursos que têm as mulheres instruídas, com a finalidade de ajudar os

seus países e, principalmente, as outras mulheres que não foram tão privilegiadas».

Para Yam Twamasi, director da Escola do Jornalismo e Comunicação da Universidade do Gana e editor do *Legon Observer*, «os empresários têm a impressão de que as mulheres abandonam o seu trabalho quando se casam». Na sua opinião, «se as mulheres jornalistas querem ser eficientes na sua profissão, é importante que aumentem os seus conhecimentos políticos: a falta de educação política é um dos motivos da designação de tarefas menores às mulheres nos jornais». O editor fez um apelo para a formação de mais dirigentes políticos que possam exercer influência no mercado de trabalho para as mulheres.

Um outro apelo foi feito por Esther Ogunmodede, directora e proprietária da agência de notícias **Champion Features**: que as mulheres se capacitem intensamente nas diferentes especialidades da profissão. Afirmou ainda que as mulheres tinham chegado a um ponto no qual já não podiam deixar o destino dos seus países apenas nas mãos dos homens e ficarem tranquilas enquanto se multiplicam as injustiças nas suas sociedades.

A Associação Continental para as Mulheres Africanas será aberta às profissionais da região, enquanto as jornalistas ligadas aos movimentos de libertação serão membros honorários. As profissionais não-africanas também poderão participar na Associação após estudo prévio por parte do Comité Executivo, integrado por uma jornalista do Gana (para os países da África Ocidental), uma da Etiópia (para os países norte-africanos) e uma do Zimbabwe (para os países do Oeste, Centro e Sul da África). Também fazem parte do Comité, representantes do *African Women Magazine* e do *Sida*.

Rosemary Katamba

Honduras expulsa correspondente de cadernos

Nos primeiros dias de Dezembro último, enquanto começava com grande estardalhaço o Festival Internacional de Honduras – organizado pelo governo para promover a sua imagem no exterior e sensibilizar os investimentos estrangeiros – o nosso correspondente Roberto Bardini era obrigado, depois de três anos de residência em Tegucigalpa, a abandonar apressadamente o país. Ainda que oficialmente não houvesse acusação contra ele – excepto as manobras do Colégio de Jornalistas, de orientação direita, para impedi-lo de trabalhar nos meios de comunicação locais – o nosso colaborador chegou a receber ameaças anónimas e, ultimamente, intimidações no seu próprio lugar de trabalho, a Escola de Jornalismo da Universidade de Honduras.

O caso do companheiro Bardini não é, sem dúvida, um facto isolado. Numa campanha iniciada em Julho de 1980, vários professores universitários argentinos foram convidados a sair de Honduras por um «esquadrão da morte» que começou a actuar no país em Junho de 1979, quando foi assassinado o advogado Gerardo Salinas, que de-

fendia naquela época um grupo de presos políticos.

As intimidações não se limitaram aos estrangeiros: jornalistas, intelectuais e dirigentes universitários hondurenhos também foram ameaçados. A União dos Jornalistas de Honduras (UPH), filiada na Federação Latino-Americana de Jornalistas (FELAP), denunciou a diversas instituições internacionais vinculadas à defesa dos direitos humanos (entre elas, a OEA e a ONU) a existência de uma lista de «futuras» vítimas, elaborada pelo «esquadrão da morte».

Além do correspondente de *cadernos do terceiro mundo*, faziam parte da lista o poeta Roberto Sosa (na época, director da Editora Universitária), Manuel Gamero, director do jornal *Tiempo*, e Ramón Custódio, o seu mais corajoso colunista; os editores da revista *Alcaraván* e os principais dirigentes da Federação de Estudantes Universitários Hondurenhos (FEUH). Segundo a União dos Jornalistas de Honduras, «o único delito cometido por essas pessoas é o de exercer o jornalismo democrático, progressista e de defesa dos interesses do nosso povo e dos demais povos do mundo».

PRISMA latino-americano em versão portuguesa

No início de Fevereiro foi lançada em Lisboa, a edição de língua portuguesa da revista cubana *PRISMA latino-americano*, editada no original pela agência informativa *Prensa Latina*. A nova publicação mensal dedica o espaço das suas 64 páginas particularmente a temas da América Latina, podendo-se ler neste primeiro número, textos sobre Porto Rico, Honduras, El Salvador, o Segundo Congresso do Partido Comunista Cubano, etc. De referir, do mesmo modo, matérias versando assuntos sobre Angola, Sueste Asiático, economia, cultura e desporto.

cadernos do terceiro mundo, que tem mantido excelente colaboração com a versão original de *PRISMA*, expressa a todos os colaboradores da edição portuguesa e ao seu director, Ribeiro Cardoso, os melhores votos de sucesso para o trabalho que agora iniciam.



Saiu o novo guia do



com novos países

novos mapas

novas biografias

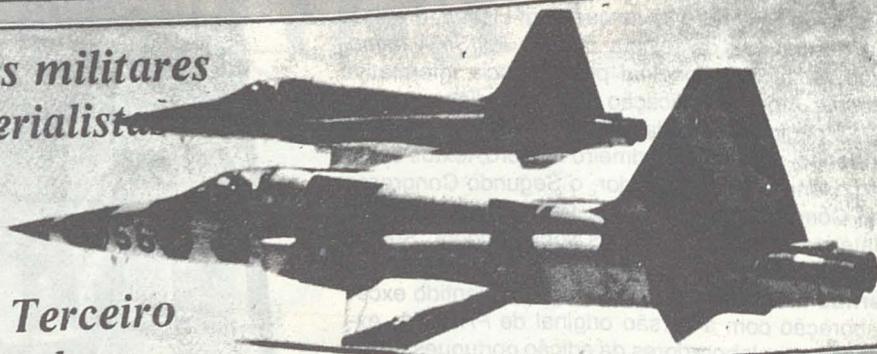
novas rubricas

novos dados

novas fotos

bases militares imperialistas no terceiro mundo

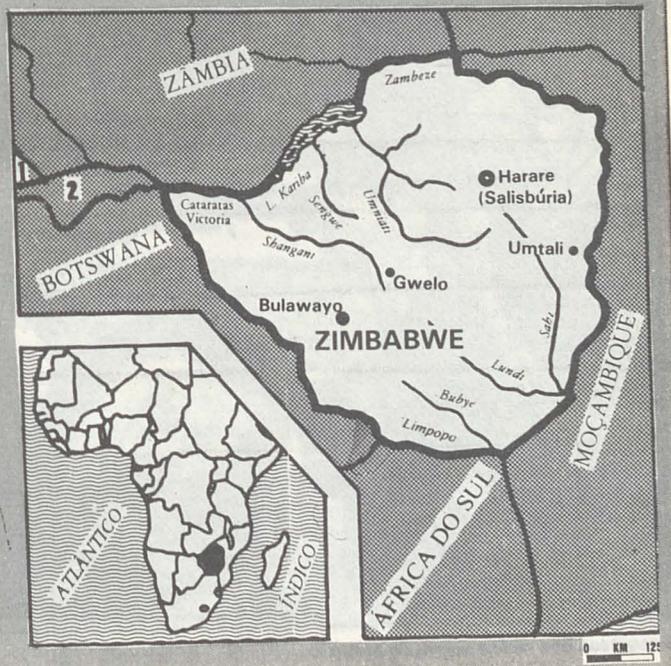
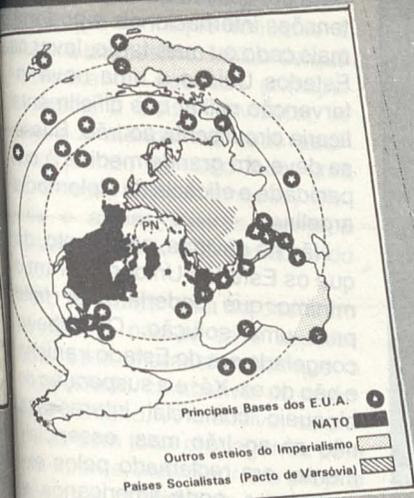
**Bases militares
imperialistas**



**no Terceiro
Mundo**

terceiro mundo 1981

intervenções estrangeiras em África



Irão

Depois da libertação dos reféns

□ Tanto nos Estados Unidos como no Irão há interpretações discordantes sobre os méritos e os alcances do acordo que permitiu a libertação dos 52 reféns, após 444 dias de prisão.

O centro do debate nos Estados Unidos é a obrigatoriedade ou não desse país cumprir acordos originados por um sequestro de diplomatas, o que viola as leis internacionais. O ex-presidente Carter saiu em defesa do acordo e disse que este foi muito favorá-

vel aos norte-americanos. Como o que falta cumprir diz mais respeito a vagos compromissos diplomáticos ou políticos, desses que figuram em quase todos os tratados mais como uma praxe do que como uma obrigação (respeito pela soberania, não-intervenção em assuntos internos, ajudar a encontrar o dinheiro do ex-Xá, etc.), na verdade, o fundamental do acordo já foi executado: descongelamento dos depósitos bancários e libertação

dos reféns.

No Irão, o presidente Bani Sadr, que parece ter sido marginalizado pelo sector religioso do governo no processo das negociações, considerou o acordo uma derrota do Irão e acusou os *mullahs* de não terem sido hábeis nem eficazes nos entendimentos com os Estados Unidos. Os negociadores iranianos do acordo consideram que só o facto de term obrigado a superpotência a aceitar as suas condições, constituiu já um êxito diplomático.

Para Carter, embora o atraso da entrega dos presos não lhe tenha permitido abafar totalmente o *show* «hollywoodesco» da posse de Reagan, o facto é que tornou menos melancólica a sua saída da Casa Branca, aparecendo obrigatoriamente no noticiário, quando tudo tinha sido preparado para que o novo Presidente dominasse em exclusividade a ribalta.

Na verdade, há ganhos e perdas para ambos os lados e o único saldo positivo para todos é que se encontrou uma solução para um conflito que agravava as tensões internacionais e poderia, mais cedo ou mais tarde, levar os Estados Unidos a uma nova intervenção militar que dificilmente ficaria circunscrita ao Irão. E isso se deve em grande medida à capacidade e eficácia da diplomacia argelina.

Não há dúvidas, no entanto, de que os Estados Unidos fizeram o mínimo que poderiam ter feito para uma solução. O dinheiro congelado era do Estado iraniano e não do ex-Xá; e a suspensão do bloqueio comercial interessava não só ao Irão mas, essencialmente, era reclamado pelos exportadores norte-americanos e

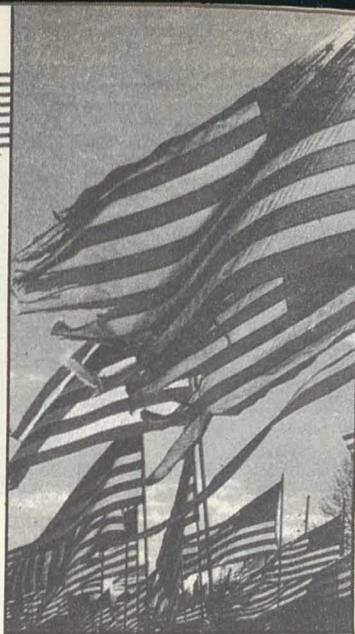


O regresso dos reféns serviu de pretexto...

européus. Mais ainda: a maior parte do dinheiro voltou a entrar nos Estados Unidos, seja para pagar dívidas anteriores ou na compra de armamentos já encomendados, os quais as forças armadas iranianas necessitam urgentemente.

Em relação ao conjunto da situação do Médio Oriente, o acordo tem um aspecto preocupante, que é o reaparecimento dos Estados Unidos como fornecedores de armas ao Irão. Até agora, tanto o Iraque como o Irão usaram os seus próprios stocks ou, no máximo, conseguiram pequenas encomendas de sobressalentes que não alteravam a correlação de forças em termos de material bélico. Reaberto o mercado de armas e munições dos Estados Unidos, o Irão receberá — já deve ter recebido — cerca de 500 milhões de dólares em material comprado anteriormente e, com toda a certeza, continuará a fazer novas encomendas. Dos Estados Unidos e também da Europa Ocidental. Isso significa que a guerra será realimentada e seria ingénuo esperar que o Iraque renuncie à compra do material bélico de que necessita ou que seu principal fornecedor, a União Soviética, se negue a atender os seus pedidos, quando do outro lado, uma torrente de aviões, tanques, mísseis e armas ligeiras esteja a abastecer as forças armadas do Irão.

Do ponto de vista do desfecho da guerra, não se deve esperar que esse material modifique a capacidade combativa do exército iraniano. A ofensiva, anunciada com toda propaganda pelo presidente Bani Sadr e o próprio *ayatollah* Khomeiny, não avan-



...à exaltação do «orgulho» norte-americano

çou e a situação no campo de batalha continuou estável, com os exércitos iraquianos a ocupar amplas áreas do território iraniano e tendo ao alcance da sua artilharia não apenas o conjunto do porto de Abadan, onde está a principal refinaria do Irão, como também grande parte dos campos petrolíferos do Cuzistão.

Politicamente, aumentaram os conflitos entre religiosos e laicos e acentuou-se a revolta das minorias curdas e árabes que se opõem a Teerão.

Também não há indícios de que haja, na actual composição do Poder no Irão, uma força hegemónica desejosa ou capaz de assumir as responsabilidades de uma negociação com o Iraque.

O governo iraquiano tem manifestado disposição de negociar insistindo porém que não entrou em guerra por um simples propósito belicista mas para criar as condições justas de uma paz duradoura com o Irão. O vice-primeiro-ministro Tarek Aziz, membro do Conselho do Co-

mando da Revolução e um dos principais dirigentes do Iraque, disse que o seu país só aceita uma paz que lhe garanta «todos os direitos históricos» que lhe foram usurpados.

Tarek Aziz enumerou esses direitos da seguinte forma: soberania sobre o seu território e as suas águas, «não-intromissão, por parte do Irão, nos assuntos internos do Iraque e renúncia ao expansionismo nas suas relações com este país e a Nação árabe» e, por último, restituição dos direitos nacionais árabes.

Sobre as mediações internacionais, o dirigente iraquiano declarou: «Temos tratado com dignidade, honra e justiça todos os enviados de vários organismos internacionais e demonstramos a nossa boa vontade em relação ao estabelecimento de relações de boa vizinhança com o Irão.»

É cedo, no entanto, para precisar o verdadeiro alcance do fim da crise dos reféns. O relato sobre denúncias de maus tratos, algumas delas desmentidas pelos próprios reféns, emocionou a opinião norte-americana. Mas isso é passageiro e nem sempre as linhas estratégicas ditadas pelo Pentágono e o complexo industrial-militar coincidem com o pensamento do povo. Se os Estados Unidos voltarem a ser o arsenal de Teerão, é evidente que isso criaria outros vínculos e que novas pontes serão lançadas entre os militaristas de Washington e as forças armadas iranianas, cada vez mais presentes no quadro do poder nacional do Irão. E será isso que poderá ditar para o futuro o relacionamento entre os dois países e a posição dos Estados Unidos face ao conflito com o Iraque.

Coreia do Sul

A democracia paga-se com a prisão perpétua

□ A condenação à morte, emitida no dia 23 de Janeiro pelo Supremo Tribunal de Seul, contra o principal líder da oposição à ditadura sul-coreana, Kim Dae Jung, foi comutada de imediato por pena de prisão perpétua. Ao proclamar a ordem que salvou a vida ao seu maior adversário, o general-presidente Chun Doo Hwan limitou-se a comprovar que não se encontrava em condições de mandar para a forca o seu adversário sem provocar uma onda de protestos internacionais que teria provocado severos danos ao seu regime.

Esta preocupação pelas repercussões internacionais do general Chun Doo deu lugar a uma manipulação ostensiva do Supremo Tribunal, dócil instrumento do Governo; o processo arrastou-se de modo arbitrário, a

fim de que a sentença fosse pronunciada depois do termo do mandato do presidente norte-americano James Carter, o qual havia pressionado no sentido de ser poupada a vida de Kim Dae Jung.

Por sua vez, e já na qualidade de presidente eleito, Ronald Reagan havia-se expressado, em Dezembro do ano findo, a sua oposição à execução de Kim. Tornava-se evidente que a ditadura sul-coreana não poderia resistir a uma exigência dos Estados Unidos, que, entre outras «coisas», conta com mais de 300 mil soldados estacionados na península. Por outro lado, o clamor mundial que se produziria em favor de Kim Dae Jung virar-se-ia também contra Reagan, no caso daquele ser eliminado.

Como estava prevista uma vi-

sita sua a Washington nos princípios de Fevereiro, o general Chun Doo preparou o terreno para si e para o próprio presidente dos Estados Unidos ao comutar a pena de morte.

O sentido deste acto foi de pronto sublinhado pela satisfeita reacção do Departamento de Estado norte-americano nos seguintes termos: «pensamos que esta decisão contribuirá para reforçar as relações entre a República da Coreia do Sul e os Estados Unidos».

A 2 de Fevereiro, Chun converteu-se no primeiro chefe de governo recebido por Reagan. O encontro foi definido como «muito cordial» e a administração norte-americana manifestou vontade de «defender a segurança da Coreia do Sul», um país «amigo e aliado». Nenhuma referência foi feita aos Direitos Humanos.

O implícito reconhecimento de «clemente» e a explícita apresentação de interlocutor válido pela superpotência com que Reagan distinguiu o ditador de Seul, não passam de uma hipocrisia.

Apesar de menos grave que a pena de morte, a prisão perpétua de Kim Dae Jung não é mais que

Bolívia sai do Pacto Andino

□ O governo da Bolívia anunciou no dia 19 de Dezembro passado a sua saída do Pacto Andino, organismo de integração regional da qual fazia parte com o Peru, Equador, Colômbia e Venezuela. Trata-se de uma decisão que tem certa ligação com a mesma atitude tomada anteriormente pelo Chile. Ambos os paí-

ses são dirigidos por ditaduras militares repressivas, mas a renúncia do Chile ao Pacto Andino deveu-se à incompatibilidade do seu modelo económico, aberto sem restrições ao capital estrangeiro, e à política de protecção industrial do Pacto.

A decisão da Bolívia, no entanto, foi de ordem política. Esse

organismo, integrado por países com governos constitucionais, tem vindo a empenhar-se progressivamente numa política de democratização continental, de que são exemplos as atitudes tomadas em favor do processo desenhado actualmente na Nicarágua. Em relação a La Paz, o Pacto apoiava o processo eleitoral que o general Luís García Meza interrompeu com o cruel golpe de Estado de 17 de Julho de 1980.

O regresso da Bolívia a uma nova ditadura, que prolonga a inestabilidade



O presidente Chun Doo

um delito cometido pelos governantes de Seul.

A ditadura no sul da península da Coreia foi instalada, há vinte anos, pelo general Park Chung Hee, que suprimiu as liberdades, reprimiu cruelmente toda a forma de oposição e acomodou o país à condição de fornecedor de mão-de-obra barata e disciplinada requerida pelas transnacionais, que, desde então, nunca mais deixaram de prosperar no território. Tratou-se de uma aliança entre as empresas estrangeiras, a cúpula militar dirigida por Park Chung Hee e os homens de negócios locais a fim de aplicar até às últimas conse-

quências o modelo de «feitoria transnacional».

Mas o povo repudia o regime. Isso ficou demonstrado em 1971, quando Park pensou que graças ao poder onipotente que dispunha poderia confirmar pelos votos o que havia usurpado com as armas. Convocou eleições e Kim Dae Jung apresentou-se como candidato da oposição. E apesar da esmagadora desigualdade de meios Kim ganhou as eleições.

Park Chung Hee negou de imediato a validade dos resultados, declarou-se triunfador e continuou a governar como se nada se tivesse passado.

Kim, de 55 anos, católico e po-

isto é, absteve-se de participar nas reuniões da Junta do Acordo de Cartagena, que é o órgão político-legislativo do Pacto. Mas enquanto em La Paz os militares faziam violentas declarações, em Lima, representantes diplomáticos bolivianos afirmavam aos funcionários da Junta que a ausência só duraria «por algum tempo».

Além da ambígua situação em que se colocou, o governo boliviano está a causar grandes problemas económicos para o seu povo. Priva-o dos benefícios e das perspectivas de integração

regional. Sem ter alternativa, García Meza, furioso com as condenações políticas lançadas por dirigentes andinos, ameaçou organizar um «Pacto do Cone Sul». De acordo com tal raciocínio, as ditaduras da América do Sul — Chile, Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia — deveriam encaminhar-se para uma integração paralela e politicamente antagónica à ala andina. Mas, apesar da óbvia solidariedade política entre esses regimes autoritários, existem entre eles contradições que os impedem de dar passos concretos nesse sentido.

liticamente moderado, foi exilado em 1973. Quando se encontrava no Japão foi sequestrado por agentes da LK-CIA (a CIA sul-coreana) e levado para o seu país.

A operação tinha sido concebida para o assassinar, mas uma indignada reacção internacional salvou-lhe a vida.

Em Outubro de 1979, num capítulo do regime ainda não esclarecido, um general assassinou Park. Na corrida para a sucessão depressa se destacou Chun Doo, uma cópia do extinto ditador que acabou por assumir o controlo do poder.

Em Maio de 1980, o país foi sacudido por múltiplas e combativas manifestações encabeçadas pelos estudantes, protestando contra a ditadura e em defesa da democracia. Chun Doo reprimiu-as violentamente e submeteu a tribunal Kim e muitos outros defensores da democracia.

A acusação principal que sobre ele pendeu foi a de «aten-tar contra a Segurança do Estado». E foi com esse absurdo libelo que foi condenado à morte num processo sem quaisquer garantias jurídicas.

Siada em 1971, constituía uma contradição fundamental. A situação tornou-se insustentável quando foi convocada uma reunião, em meados de Dezembro passado, entre os chefes de Estado dos países andinos para comemorar o 150.º aniversário da morte de Simon Bolívar, em Maritima, Colômbia. García Meza foi explicitamente excluído da reunião, evidenciando-se o isolamento da Bolívia dentro do organismo.

A reacção da ditadura consistiu numa saída transitória do Pacto,

O conflito Peru-Ecuador



Soldados e tanques peruanos na Cordilheira do Condor

□ Após cinco dias de combates pelo controlo de postos militares na cordilheira do Condor, uma zona selvagem fronteiriça, os governos do Peru e do Equador ordenaram o cessar das hostilidades no dia 1 de Fevereiro. Este episódio veio consagrar o triunfo do Exército peruano – cuja superioridade militar em relação ao congénere equatoriano é notória – em torno dos objectivos que os levaram a combater. Para as forças militares peruanas tratava-se de fazer retirar o exército equatoriano de três postos que este havia construído em território reivindicado por ambos os países.

O lamentável conflito fratricida entre estes dois países com governos de origem democrática tem trágicas raízes históricas. Nos princípios do século passado, muitos países latino-americanos, ao tornarem-se independentes de Espanha, herdaram limites fronteiriços incertos: tal foi o caso da região amazónica na qual os dois países se atribuíam posições contraditórias. Em 1941 estalou uma guerra, vitoriosa para o Peru, e na qual este país

conquistou mais de 200 mil quilómetros quadrados amazónicos que os equatorianos consideravam – e continuam a considerar – solo pátrio.

No ano seguinte foi assinado no Rio de Janeiro um tratado que regulamentou juridicamente aquela situação de facto. Nessa ocasião, foram designados garantes do mesmo, os governos dos Estados Unidos, Brasil, Argentina e Chile.

Porém, o Equador continua a defender que foi obrigado a firmar o acordo pela força das armas, acochado pela ocupação peruana e que por isso o considera nulo. Por seu lado, o Peru tratou de efectivar a ocupação territorial na região em disputa.

Daí as dificuldades em assentar a delimitação da fronteira ao longo de um processo em que as posições de ambos os governos se apresentaram naturalmente em oposição. Em 1960, após haver fracassada a comissão nomeada para estabelecer os limites fronteiriços em comum acordo, o presidente equatoriano José María Velasco Ibarra denunciou o tratado. Tinham ficado por demarcar os limites fronteiriços sobre cerca de 80 quilómetros; foi precisamente aí que se sucederam os combates de Janeiro último.

Outro factor a ter em conta é a característica de esses territórios serem ricos em petróleo e fornecerem ao Peru a maior parte dos seus hidrocarbonetos.

Paralelamente à luta militar, desenvolveu-se uma intensa batalha diplomática. O Governo de Quito pediu a convocação do Comité de Consulta de ministros de Negócios Estrangeiros da Organização de Estados Americanos (OEA). O Peru, por seu lado, opôs-se determinantemente à convocação, defendendo (essa é a sua posição de sempre na matéria) que o único instrumento idóneo de discussão acerca do conflito bilateral continua a ser o Tratado do Rio de Janeiro. Não obstante isso, a reunião acabou por se realizar, o que veio a constituir um precedente favorável para o Governo de Quito, se bem que a OEA não se tivesse pronunciado sobre o protocolo do Rio de Janeiro, tendo-se limitado a propiciar uma solução pacífica. Simultaneamente a esta actividade diplomática da OEA, realizava-se em Brasília a reunião dos garantes do Tratado a solicitação do Peru, mas também aí se emitiu apenas uma exortação ao cessar-fogo.

No entanto, apesar do armistício, os dois países continuam a sustentar posições antagónicas, defendendo o Equador que, uma vez mais, as armas peruanas o impediram de recuperar uma parte do seu território.

A militarização do Oceano Índico

□ O Oceano Índico será em 1981 um cenário estratégico ainda mais tenso do que em 1980 em consequência da sua crescente militarização. Os motivos são claros: por ali passa 60% do petróleo que a Europa e os Estados Unidos compram aos produtores do Médio Oriente.

A potência mundial que deslocou mais efectivos até agora para essa zona foi os Estados Unidos: são 13 mil soldados espalhados pelas suas bases em Bahrein, Arábia Saudita, Djibuti, Egipto e Israel. A França tem unidades navais, aéreas, pára-quedistas, infantaria e uma brigada da Legião Estrangeira em Djibuti.

Os países membros do Movimento dos Não-Alinhados assinaram que uma das condições necessárias para assegurar a paz mundial, é a desmilitarização do Oceano Índico. Mas o mundo ocidental, incluindo os aliados orientais, como o Japão, não parecem querer aceitar que o Oceano Índico se converta a curto prazo numa zona de paz.

A estratégia global norte-americana, depois da liquidação da Organização do Tratado da Ásia Central (CENTO), dirige-se para o estabelecimento de uma série de acordos bilaterais com os governos mais amigos de Washington, na região, para dispor de uma cadeia de bases aeronavais e depósitos de materiais de guerra e combustíveis para as suas unidades.

Por outro lado, as forças de intervenção rápida, dos Estados Unidos, que contam com uns 125 mil homens com cobertura de

mísseis, aérea, naval, submarina e blindados aerotransportados, deverão coordenar as actividades com as tropas dos regimes pró-norte-americanos. Ao mesmo tempo, Washington sugere aos seus aliados europeus e à Austrália que participem efectivamente na militarização do Oceano Índico e compartilhem os gastos e as responsabilidades.

Até ao momento, a França é o país europeu que apoia com maior ênfase as propostas nor-

te-americanas. Na zona sob o seu controlo, ela dispõe de um comando naval e dois comandos interarmas, um situado no norte, em Djibuti, e outro no extremo sul, na ilha de Reunião. Aí, a França tem estacionados mais de dois mil homens, equipados com armamento nuclear. Na ilha de Mayotte está acampada uma força especial da Legião Estrangeira. O comando naval francês tem ainda bases de apoio na zona do Canal de Moçambique, nas ilhas Gloriosa, Europa, Juan de Nuevo, Bassas da Índia e Tromelin.

Quanto ao controlo dos flancos do extremo sul do Oceano Índico, os Estados Unidos confiam-no à África do Sul e à Austrália.

Seychelles contra bases militares

□ O Congresso anual da Frente Progressista Popular de Seychelles (FFPPS), órgão supremo encarregado do planeamento político do país, adoptou resoluções que reafirmam a determinação do partido em continuar a luta pela desmilitarização total do oceano Índico. Defendeu-se também o desmantelamento e a eliminação de todas as bases militares estrangeiras na região, incluindo a base norte-americana na ilha de Diego Garcia. O Congresso apoiou a restituição do arquipélago de Chagos à ilha Maurício.

Durante a reunião foram criticados os recentes acontecimentos na área do golfo e também

certos países da região que cedem instalações e bases militares a potências estrangeiras.

O Congresso salientou o seu apoio aos movimentos de libertação da África, particularmente à Organização do Povo da África do Sudoeste (SWAPO), o Congresso Nacional Africano (ANC) e a Frente POLISARIO, como também à Organização para a Libertação da Palestina (OLP).

O ministro da Educação e Informação, James Michel, afirmou que o objectivo da revolução em Seychelles é o de assegurar a liberdade completa de todos os cidadãos e o desenvolvimento pessoal dos habitantes para que possam contribuir plenamente para o bem-estar da sua sociedade. Portanto, disse, «esta revolução tem por objectivo fomentar a fraternidade, a justiça e a igualdade».

O Congresso reafirmou a sua confiança na direcção de France Albert René, presidente do País, que dirigiu pessoalmente os debates do encontro.



Índia-México

A alternativa Sul-Sul

□ A visita oficial de cinco dias que o presidente do México, José Lopez Portillo, efectuou à Índia em finais de Janeiro assentou as bases de uma cooperação e intercâmbio entre os dois países que procurará superar as distâncias geográficas e uma falta de comunicação global. Por isso, esta iniciativa bilateral entre dois grandes países subdesenvolvidos, que até ao presente mantinham relações irrelevantes, foi interpretada como um exemplo de grande interesse para as demais nações do Terceiro Mundo.

A gama de conversações e de convénios estabelecidos cobriu todos os aspectos, pois abarcou desde o intercâmbio recíproco

até à cooperação tecnológica e à coordenação de acções a nível internacional. Lopez Portillo esteve na Índia na qualidade de convidado principal aos festejos do aniversário da República e foi o primeiro chefe de Estado latino-americano a receber tal distinção.

O presidente mexicano manteve conversações com a primeira-ministra Indira Gandhi acerca da reunião dos chefes de Estado que terá lugar em Junho próximo na localidade termal mexicana de Cancun.

Este encontro estará limitado a cerca de 25 governantes de países desenvolvidos e subdesenvolvidos que estudarão as pos-

sibilidades existentes de reanimar o frustrado diálogo Norte-Sul.

Esta tem sido uma das preocupações do governo de Lopez Portillo, o qual, em meados do ano passado, em Bona, discutiu com os primeiros-ministros da Alemanha Federal e da Áustria a proposta da Comissão Brandt no sentido de ser retomado o diálogo entre países do Norte e do Sul, em torno de uma Nova Ordem Económica Internacional.

Posteriormente, o titular da Comissão e presidente da Internacional Socialista, Willy Brandt, visitou o México e aí acordou que Cancun seria a sede do importante encontro.

Neste plano, Lopez Portillo desejava coordenar as acções diplomáticas com o governo indiano, o que se veio a concretizar com o apoio expresso pela se-

Peru: Declaração de Arequipa

□ Um pacto de acção política imediata – «Declaração de Arequipa» – foi assinado pelos partidos e organizações que constituem a «Esquerda Unida», para lutar na defesa do petróleo, contenção dos preços, respeito à autonomia nacional e investigação e sanção do terrorismo de direita. A Declaração foi subscrita por Alfonso Barrantes Lingan, presidente da Unidade de Esquerda, Gustavo Espinoza, representante do Partido Comunista, Manuel Dammert, do Partido Comunista Revolucionário e quatro prefeitos progressistas de importantes cidades do Sul: Arequipa, Puno, Ilo e Moquegua.

A iniciativa da esquerda foi motivada pelo progressivo endurecimento do Governo de Fernando Belaúnde Terry, que subiu ao poder em Julho do ano passado, como também devido à política oficial de reversão das reformas iniciadas pelo governo militar que o antecedeu e a uma prolongada onda de terrorismo liderada pelo *Sendero Luminoso*, uma organização maoísta que «deseja criar condições para uma guerra popular», de acordo com as afirmações de um dos seus porta-vozes clandestinos.

Todos os partidos de esquerda são contra o terrorismo iniciado pelo *Sendero Luminoso*, pois consideram-no inoportuno e provocador. Denunciam que muitos dos atentados a dinamite dirigidos geralmente contra instalações de energia eléctrica são cometidos por agentes policiais ou elementos ligados à extrema-direita com o propósito de obrigar o Governo a reprimir as organizações de esquerda.

Um outro aspecto da «Declaração de Arequipa» refere-se ao projecto de um plebiscito nacional sobre a nova Lei do Petróleo, considerada pelos partidos de esquerda como entreguista.

Paralelamente à movimentação da esquerda, desenvolve-se um violento conflito interno no partido «aprista». A Polícia chegou a intervir para que prosseguisse uma assembleia convocada pelo líder de uma das correntes do partido, o deputado Andrés Townsend Ezcurra. Desde 1978; um ano antes da morte do líder máximo da APRA, Victor Raul Haya de la Torre, previa-se uma acirrada disputa interna pelo controlo do partido.

nhora Indira Gandhi, que pessoalmente assegurou a sua participação nesse importante diálogo. A primeira-ministra indiano

manifestou igualmente interesse pelo Plano Mundial de Energia que o presidente mexicano apresentou ante as Nações Unidas, no final de 1979. Indira Gandhi pretendia, por sua vez, assegurar o apoio e uma participação importante do México na Conferência de Ministros dos Negócios Estrangeiros do Movimento dos Países Não-Alinhados, que teria lugar alguns dias mais tarde em Nova Deli. Com efeito, o México, que tem apenas o estatuto de observador no Movimento, acabaria por enviar o seu ministro dos Negócios Estrangeiros, Jorge Castañeda, ao importante encontro.

Os dois governos, que manifestaram pontos de vista concordantes quanto aos perigos de uma nova Guerra Fria, à corrida aos armamentos e à necessidade de uma política independente dos centros tradicionais de poder, a partir de agora passarão a realizar consultas diplomáticas periódicas. No âmbito tecnológico, os acordos mais importantes dizem respeito à agricultura e ao petróleo. Neste aspecto tem sido patente o interesse que o México tem manifestado em diversificar as suas relações a fim de minorar a sua dependência em relação aos Estados Unidos e em particular no que respeita ao petróleo; aquele país acertou na venda de 30 mil barris de petróleo em bruto à Índia, para além de ter sido estabelecida uma vasta cooperação neste sector entre os dois países.

A Índia, que tem realizado importantes progressos com vista à sua autossuficiência alimentar, prestará neste campo uma ampla cooperação ao México que, após se ter convertido numa



Indira-Portillo, um diálogo com repercussões para o Terceiro Mundo

potência petrolífera, colocou como actual prioridade o desenvolvimento da sua agricultura. Para além desta cooperação no sector agrícola, a Índia facilitará também tecnologia nuclear para fins pacíficos.

Em 1980, as exportações indianas para o México foram de apenas 4,8 milhões de dólares, enquanto que as importações atingiram 7,6 milhões.

A balanço comercial entre os dois países apresentava, pois, um intercâmbio insignificante, que a partir do corrente ano terá um acréscimo significativo. Para isso contará em primeiro lugar o petróleo mexicano. No entanto,

durante a sua visita Lopez Portillo e os seus colaboradores analisaram em conjunto com os anfitriões indianos todas as possibilidades comerciais e de complementação recíproca. Nos tempos próximos importantes delegações de altos funcionários e empresários indianos visitarão o México com igual propósito.

Em suma: as conversações entre a senhora Indira Gandhi e Lopez Portillo estabeleceram uma corrente de trocas Sul-Sul de um alto significado potencial, que desafia o afastamento geográfico e a inércia determinada pela dependência do Norte.

Arábia Saudita

“arabiza” o petróleo

□ A Arábia Saudita anunciou que a Companhia Petrolífera Arabe-Americana (ARAMCO), fundada há 36 anos, será substituída por uma nova companhia nacional. A decisão foi produto de cerca de oito anos de negociações entre o governo saudita e as quatro companhias dos Estados Unidos que formam o consórcio. No entanto, segundo o presidente da companhia nacional *Petromin*, Abdel Hado Taher, a medida não implicará o fim das operações da ARAMCO na Arábia Saudita.

Taher disse que o governo do seu país era dono absoluto da ARAMCO e que as firmas dos Estados Unidos foram compensadas adequadamente. Desde 1974, os lucros do consórcio foram distribuídos entre o governo saudita (60%), a Exxon, a Socal e a Texaco (12% cada uma) e a Mobil Oil (4%). As quatro empresas continuarão com as operações de produção de petróleo para o governo da Arábia

Saudita e serão pagas mediante o estabelecimento de um preço fixo por barril produzido. Investirão o seu próprio capital e serão compensadas, caso seja encontrado petróleo.

A ARAMCO será convertida de empresa concessionária em empresa de operações de serviços no sector petrolífero, atendendo também a outros sectores: exploração de gás, electrificação das províncias e execução de alguns projectos industriais. As empresas norte-americanas continuarão como agentes do governo na venda da maior parte das exportações do petróleo bruto da Arábia Saudita. A *Petromin*, segundo Taher, venderá 1,7 milhões de barris diários.

A nacionalização da ARAMCO é um passo significativo na «arabização» das indústrias petrolíferas dos países árabes, afirmou o ministro do petróleo dos Emiratos Arabes Unidos. No entanto, é óbvio que as companhias petrolíferas norte-americanas ainda se-

rão, por longo tempo, parte integrante da indústria da Arábia Saudita, e os seus lucros – que foram drasticamente aumentados desde 1974 – continuarão sendo enormes. Os analistas afirmam que o preço da independência dos sauditas é a crescente presença militar dos Estados Unidos no reino.

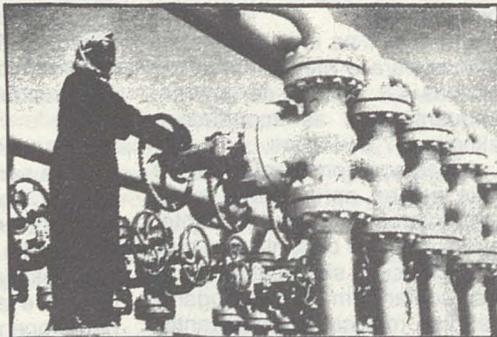
Nesse sentido, o secretário da defesa norte-americano, Caspar Weinberger, declarou a um correspondente da rádio das forças armadas israelitas que os Estados Unidos continuarão a dar prioridade a Israel nos seus programas de assistência económica e militar. Afirmou ainda que não medirá esforços para enfrentar o «bloco soviético», reforçando a presença militar no Egipto, Israel e Arábia Saudita.

O plano para colocar tropas norte-americanas no Egipto e Israel foi amplamente difundido desde a proclamação da «Doutrina Carter», que se baseava na presença de 300 a 500 mil soldados na área, com capacidade de intervir em qualquer conflito no Médio Oriente em 24 horas.

No entanto, a política da Arábia Saudita e de outros países do Golfo em relação à sua segurança e à participação norte-americana na região continua sendo bastante ambígua. Esses países conhecem as limitações do seu potencial de defesa, e também desejam manter o apoio militar norte-americano a uma distância razoável e utilizá-lo apenas na medida do necessário.

Para justificar a sua presença militar no Golfo, os norte-americanos divulgaram as previsões feitas pela CIA no sentido de que a URSS necessitaria do petróleo

«A nacionalização da ARAMCO é um passo decisivo na arabização das indústrias petrolíferas dos países árabes.»



do Médio Oriente em meados da próxima década, o que a levaria a tomar medidas de força para conseguí-lo.

Um relatório divulgado pelos serviços de informação económicos britânicos demonstra a falsidade dessas previsões. Segundo esse meticuloso documento, a União Soviética continuará a exportar cerca de 2,3 milhões de barris de petróleo por dia até, pelo menos, 1990.

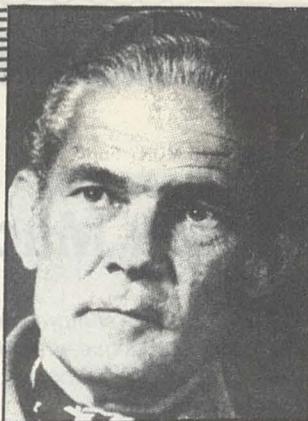
Também não revelam espírito belicista as últimas propostas do presidente Leonid Brezhnev. O plano por ele exposto propõe um compromisso entre os Estados Unidos, a União Soviética, o Japão, a Europa Ocidental e a China, para não utilizarem a força ou fazerem ameaças nesse sentido contra os países da região como também não incorporá-los a alianças militares com países que possuam armamento nuclear, a fim de não colocar em perigo as rotas marítimas do Golfo. O presidente soviético propõe ainda respeitar o não-alinhamento dessas nações, assim como os seus direitos soberanos sobre os recursos naturais.

Aos olhos dos dirigentes árabes – mesmo dos mais conservadores – esses detalhes não passam despercebidos. E o dilema que enfrentam é como conciliar os seus verdadeiros interesses com os dos Estados Unidos que, além de apoiarem Israel, se negam a reconhecer os legítimos direitos do povo palestino, e põem o preço da sua presença militar, maciça e permanente, a qualquer tipo de apoio logístico que pudessem dar para uma eventual guerra no Golfo.

Jamaica Manley analisa a derrota

□ Micheal Manley afirmou que «a derrota das forças progressistas (do seu país) é uma vitória dos que servem aos Estados Unidos, é uma vitória da direita, o que aumenta os riscos para países como a Nicarágua e Granada». Ao analisar o resultado eleitoral de Outubro do ano passado, Manley disse que o povo jamaicano decidiu-se em função do medo, no desejo de buscar o que imaginou ser segurança, depois da violência comandada pela oposição nos meses que antecederam as eleições, quando cerca de 100 pessoas foram assassinadas.

Segundo o ex-primeiro-ministro jamaicano, já em 1975 podiam ser observadas evidências da intervenção da CIA nos assuntos internos da Jamaica. Não afirmou que a CIA tenha tido um papel fundamental na sua recente derrota eleitoral, porém, declarou: «estamos muito conscientes de que houve uma participação das forças direitistas norte-americanas, que deram grande apoio à oposição». E frisou: «É óbvio que eles estavam muito descontentes com a nossa participação no Movimento dos Não Alinhados; é óbvio que estavam muito descontentes com a nossa defesa de uma nova ordem económica internacional».



Manley assinalou ainda que a situação na Jamaica está a mudar de «forma profunda, mas cremos que temporariamente. Não vemos isso como uma derrota. Estamos decididos a continuar a luta pelas coisas em que acreditamos de uma forma democrática e esperamos que as forças da História estejam do nosso lado.»

No entanto, com a intenção de reduzir a participação do Estado na economia jamaicana, o novo primeiro-ministro Edward Seaga, criou um comité especial para a venda de empresas estatais ao sector privado, que iniciará as suas funções com a avaliação das ofertas já recebidas. O presidente do Comité, R.N.N. Henriquez, é advogado e membro de uma família tradicional ligada aos altos negócios.

Segundo Seaga, muitas das empresas estatais tinham prejuízos, o que resultava numa pesada carga para os contribuintes. A participação do Governo na economia da Jamaica é de aproximadamente 20%, sendo que nos serviços públicos essa participação alcança 90%. A transferência incluirá corporações comerciais e meios de comunicação.

Samora Machel responde a Pretória

«Nós e o ANC sempre fomos solidários. O ANC é um dos faróis que em África iniciaram a luta pela libertação nacional contra o racismo e a dominação colonial.»

Nós e os sul-africanos, lutaremos lado a lado, ombro a ombro, até à vitória final, até que caia o «apartheid». No total somos 35 milhões; doze milhões de moçambicanos e 23 milhões de sul-africanos.»

«Que venham! Se os racistas sul-africanos querem visitar Moçambique, que venham! Sabemos recebê-los condignamente!»

Estas afirmações foram proferidas em 14 de Fevereiro por Samora Machel na Praça da Independência, no Maputo, durante o comício efectuado como resposta à agressão sul-africana verificada duas semanas atrás. Ao lado do presidente moçambicano encontrava-se Oliver Tambo, presidente do ANC.

Na madrugada de 30 de Janeiro, comandos de Pretória transportados em veículos semelhantes aos das Forças Armadas Moçambicanas e com as caras pintadas de preto, violaram a soberania da RPM e atacaram três residências de refugiados do ANC em Matola, bairro periférico do Maputo, assassinando 12 militantes e sindicalistas sul-africanos, além de um cooperante português.

Abandonando na retirada o cadáver de um elemento seu, a coluna invasora deixou no terreno equipamento e armas, o que leva a concluir terem havido mais baixas entre os agressores no confronto com a força moçambicana destacada para a protecção das residências.

A relativa impunidade com que os comandos sul-africanos realizaram o «golpe de mão» — detectada às 23,30 horas por guardas fronteiriços, a notícia da violação territorial só chegou ao Estado Maior cerca das 9 da manhã, quatro horas depois do regresso dos invasores à África do Sul — fez com que as autoridades moçambicanas descobrissem que «alguém lhes tinha aberto a porta».

Oito desses cúmplices, entre os quais um tenente-coronel e cinco capitães das FAM, foram

apresentados e acusados de alta-traição pelo presidente Samora Machel no comício de 14 de Fevereiro. Os actos de que são responsabilizados vão deste a venda de informações aos serviços secretos de Pretória e sabotagem nas comunicações até a ordens dadas às unidades que comandavam para não responderem ao fogo inimigo. A envergadura das acusações faz supor, tal como Samora Machel o afirmou, que os oito homens não estão sós na traição, consistindo apenas a parte visível de uma rede clandestina que os sul-africanos dominam através da corrupção.

Tirando a lição dos acontecimentos, o presidente moçambicano enfatizou dois aspectos essenciais: a solidariedade do seu povo com a maioria subjugada da África do Sul e a determinação da República Popular de Moçambique em responder às ameaças e agressões de regime «boer». «Desejamos a paz mas não temos a guerra», advertiu Samora Machel.



A cruz hitleriana» como símbolo dos comandos racistas

O Acordo de Kampala

□ Numa reunião de cúpula de um só dia, realizada a 17 de Janeiro em Kampala, os presidentes das nações da África Oriental selaram uma reconciliação que assenta as bases para a superação das suas contradições e rivalidade recíprocas.

Milton Obote, do Uganda, foi o anfitrião e os seus hóspedes, os presidentes Julius Nyerere, da Tanzânia, Kenneth Kaunda, da Zâmbia e Daniel Arap Moi, do Quénia.

O mais importante significado político desse encontro consistiu em consagrar, ao mais alto nível, a reintegração do Uganda na Comunidade da África Oriental e em reconhecer plenamente Milton Obote como líder dessa nação.

O queniano Arap Moi, de tendência pró-ocidental, havia dado o seu apoio a um dos rivais do pró-socialista Obote nas eleições de Dezembro passado. Antes, durante o difícil processo posterior à guerra civil que culminou com a expulsão do ditador ugandês Idi Amin, Arap Moi tinha actuado contra as forças conjuntas ugandesas e tanzanianas.

Mas depois da eleição de Obote, o realismo prevaleceu. Arap Moi reconheceu o triunfo de Obote e uma primeira reunião entre os dois presidentes no Quénia, a 5 de Janeiro último, assentou as bases da reconciliação bilateral.



Arap Moi



Milton Obote

Na reunião de cúpula de Kampala, Arap Moi foi mais longe. No discurso que, assim como os seus parceiros, pronunciou num grande comício popular, ele convidou — indirectamente — a oposição a não obstruir o trabalho de Obote: «Devemos colocar os interesses do Estado acima das ambições pessoais», disse, dissociando-se daqueles que até então eram os seus aliados no país vizinho.

Apesar da importância da reconciliação, que prepara o caminho para projectos de intercâmbio e integração — e esse é o dado de maior transcendência — poucas são as decisões adoptadas. Uma análise do comunicado oficial indica o seguinte:

«Será designada uma autoridade para estudar o problema dos bens da Comunidade da África Oriental (CEA), dissolvida em 1977 e na qual participavam a Tanzânia, o Quénia e Uganda.» Não há nenhuma resolução sobre formas de integração ou de intercâmbio regional. Os presidentes limitaram-se a uma declaração genérica na qual afirmam a «vontade política» de promover o comércio e a cooperação.

O Quénia e a Tanzânia fecha-

ram as suas fronteiras em Fevereiro de 1977. Antes do encontro de Kampala, correu a versão de que seriam reatados os voos entre Dar-es-Salaam e Nairobi como um primeiro passo em direcção à normalização das fronteiras. Mas no comunicado não apareceu uma só palavra nesse sentido, o que indica que pequenas divergências bilaterais continuam de pé.

Os mandatários comprometeram-se a garantir a «paz e a segurança» entre os seus países e anunciaram a criação de um comité de segurança interestatal cujas características não foram dadas a conhecer.

Por motivos diferentes, os quatro países enfrentam sérios problemas económicos. A dissolução da CEA e os conflitos bilaterais cortaram um intercâmbio humano e comercial determinado pela geografia. Enquanto não forem restabelecidas as diversas formas de cooperação, essas nações não poderão resolver os seus males económicos. A reunião de Kampala colocou as premissas políticas para a consecução dessa meta e é de desejar que, brevemente, os governos comecem a dar passos concretos.

Um Congresso latino-americano sobre desaparecidos

□ No primeiro Congresso de familiares de desaparecidos na América Latina realizado em San José, na Costa Rica, decidiu-se criar uma federação regional que centralizará as acções em busca de esclarecimento do paradeiro das vítimas das ditaduras. De acordo com estimativa feita no encontro, o número de desaparecidos na América Latina ascende a quase 90 mil, incluídos uns 50 mil na Guatemala, 5 mil em El Salvador, 31 mil na Argentina, 2 mil no Chile, 120 no Uruguai, 500 no México e 200 na Bolívia. Outra decisão foi a de modificar a caracterização de «desaparecidos» para «detidos-desaparecidos».

Analisando a situação latino-americana, o Congresso — organizado pela Fundação Latino-Americana pelos Direitos Humanos, com sede em Caracas, e pelo Comité Ecuménico pró-Direitos Humanos, da Costa Rica, com sede em San José — considerou na sua acta final que «os governos repressivos extrapolaram os acordos iniciais de assessoramento militar mútuo, o apoio em casos excepcionais, para passar agora a uma política de intervenção directa, de repressão coordenada, baseados na doutrina da segurança nacional». Diz ainda a acta que o «novo

«As mães da Praça de Maio» estiveram presentes no Congresso



estilo repressivo, do qual fazem parte essencial os desaparecimentos, fechou todos os canais normais de defesa».

O Congresso encomendou à Federação Latino-Americana de Parentes de Desaparecidos — ali criada — a elaboração de um projecto de convenção que será levado às Nações Unidas. Além de caracterizar essa transgressão como um crime contra a humanidade, a convenção deverá determinar, segundo decisão do Congresso, que «essa violação não constitua um delito político».

Outro princípio que deverá ser estabelecido é o de que os promotores, instigadores, autores intelectuais e materiais e cúmplices sejam considerados responsáveis sem que se possa invocar como defesa o cumprimento de ordens superiores nem a doutrina de obediência ao Estado. Durante o encontro, foi denunciado que «as ditaduras miitares fascistas praticam o tráfico internacional de prisioneiros». Foram expressamente condenados os regimes militares do Chile, Bolívia, Argentina, Paraguai, Uruguai,

Guatemala, El Salvador e Haiti «por sua prática maciça e criminosa de desaparecimentos».

Aprovou-se também no Congresso o reconhecimento «da política solidária assim como uma franca e fraterna política externa, que vêm demonstrando para outros países da América Latina o povo e o governo do México, expressando, no entanto, a sua profunda preocupação pelas reiteradas denúncias de desaparecimentos na Colômbia e Peru».

Participaram na reunião as «Mães da Praça de Maio», de Buenos Aires, que afirmaram: «nada nos poderá negar o direito de defender os nossos filhos ainda que isso custe a nossa própria vida». A presidência honorária do Congresso foi outorgada simbolicamente a Alaide Foppa, destacada intelectual guatemalteca recentemente sequestrada no seu país depois de anos de residência no México. Na tribuna principal estiveram Isabel Lettelier, viúva do ex-ministro chileno assassinado em Washington e o filho de Alaide Foppa, Luis Solórzano.

Praia-Bissau: promover a aproximação

□ «Queremos do coração que a Guiné-Bissau, como um dos povos de Amílcar Cabral, encontre o seu melhor caminho de progresso, de paz, de estabilidade, na consecução dos objectivos que Amílcar Cabral preconizava» – afirmou o embaixador da República de Cabo Verde em Lisboa, Corsino Fortes, aos *cadernos* após a sua chegada da cidade da Praia onde assistiu ao congresso constitutivo do Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV), que veio pôr fim ao PAIGC como força dirigente naqueles dois países. (ler número anterior)

Na opinião de Corsino Fortes, apesar de se ter efectivado a ruptura a nível do Partido, isso não obsta a que se estabeleçam as melhores relações a nível de Estado. «Essa posição não é apenas uma posição de Estado – afirmou-nos –, faz parte da própria proclamação do novo partido cabo verdiano, onde se exprime o desejo de ver desenvolverem-se entre as duas Repúblicas irmãs relações fraternais de co-operação em todos os domínios.»

De realçar que uma mensagem no mesmo sentido foi enviada por Aristides Pereira, na

qualidade de Presidente de Cabo Verde, ao seu homólogo da Guiné-Bissau, comandante Nino Vieira. Menos de uma semana depois de ter sido proclamado o novo partido cabo verdiano, uma importante delegação da Frelimo, chefiada pelo major-general e secretário do Comité Central para a política económica, Marcelino dos Santos, visitaria as duas capitais no sentido de promover uma aproximação entre os dois países, que, para além do mútuo interesse para os seus povos, preocupa a comunidade de Estados e partidos de todas as ex-colónias portuguesas em África.

cadernos do
**terceiro
mundo**

Calçada do Combro, 10-1.º
Tel. 320650 – 1200 Lisboa

Assinaturas

Portugal

Anual (12 números)
Esc. 500\$00

Semestre (6 números)
Esc. 300\$00

Angola, Cabo Verde,
Guiné-Bissau,
Moçambique,
S. Tomé e Príncipe.
(12 números, via aérea):
Esc. 850\$00
ou US\$18

Restantes países: (12 números, via aérea) US\$22



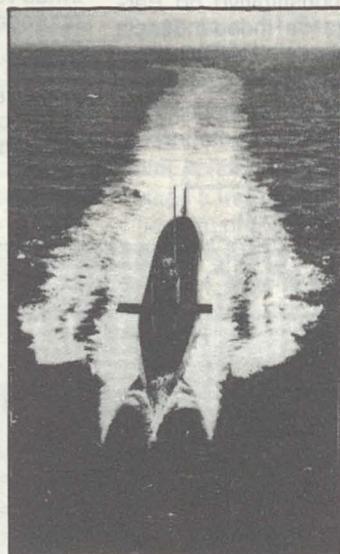
ax telex telex telex telex tel



Estados Unidos – Durante os seis primeiros meses de 1980 a economia norte-americana enfrentou uma profunda recessão, patente na queda *recorde* do seu Produto Interno Bruto (PIB) em cerca de 9,6% no segundo trimestre do ano transacto. As mais recentes informações da Junta de Reservas Federal – organismo que controla a oferta monetária do país – assim como os dados das indústrias automobilísticas e de construção civil, bem como os fornecidos pelos Conselhos Económicos do presidente Reagan, indicam um panorama bastante sombrio. As vendas de automóveis caíram inesperadamente e a *Chrysler*, o terceiro fabricante de carros dos Estados Unidos, está a enfrentar sérios problemas. A construção civil foi também fortemente atingida pela recessão do Inverno e da Primavera de 80 e enfrenta problemas similares. As vendas de casas novas desceram em quase 15% entre Julho e Outubro do ano passado.

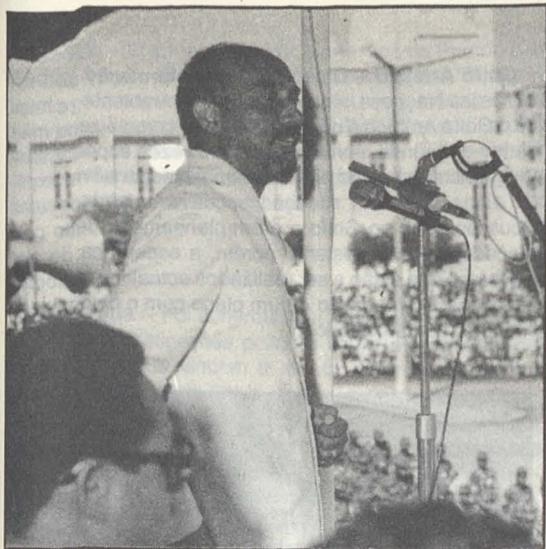
Os assessores de Reagan, Jack Kemp e David A. Stockman, divulgaram um documento intitulado «Evitar uma Catástrofe Económica», especialmente preparado para o presidente eleito. A forma como Reagan venha a actuar sobre esta situação económica tem motivado entretanto um grande debate. Durante a sua vitoriosa campanha eleitoral, o ex-governador da Califórnia prometeu aos seus eleitores o corte de, aproximadamente, 30% dos impostos durante o próximo triénio e a redução dos gastos públicos, ao mesmo tempo que elevaria o orçamento da defesa. A nova administração norte-americana poderá vir a enfrentar a mesma situação económica que acabou com as esperanças de reeleição do presidente Carter: uma combinação de alta inflação, desemprego e baixa produção.

Estados Unidos – O jornal norte-americano *Boston Globe* afirmou recentemente que Washington e o Cairo estariam a manter intensas consultas sobre as condições de utilização da base militar de Ras Banas, na costa do Mar Vermelho. Aquele jornal revelou ainda que se encontram em discussão problemas de ampliação e reparações da base, de forma a permitir o alojamento de 16 mil soldados. O Pentágono requisitou 400 milhões de dólares para cobrir os gastos inerentes a este projecto militar, cujo custo total está estimado em 2,6 biliões de dólares. Segundo o *Boston Globe*, os norte-americanos gozariam de um regime de excepção e não ficariam subordinados às leis egípcias. Trata-se do maior e mais dispendioso projecto empreendido fora dos Estados Unidos desde a guerra do Vietname.



Alemanha Federal – A autorização dada pelo Conselho Federal de Segurança da Alemanha Federal à indústria *Howaldtswerke* para a entrega de dois submarinos de guerra do tipo 209 ao governo militar do Chile pode vir a converter-se num escândalo de dimensões nacionais. O mesmo aconteceu na Áustria, quando surgiu, há uns meses atrás, a possibilidade de concretizar-se uma venda de tanques ao regime de Pinochet. A venda dos submarinos foi autorizada pelos ministros do actual governo alemão federal, uma coligação social-democrata-liberal, e despertou imediatamente protestos por parte de diversas organizações de ambos os partidos.

telex telex telex telex telex



Marcelino dos Santos

Moçambique – O Comité Central da Frelimo constatou que o plano de 1980 não foi plenamente executado, devido, em grande parte, à estrutura do Partido e do Estado. Pôr em prática um Plano Estatal Central para 1981 será, no presente, prioridade em todo o país. O Plano para 81 concentra-se na produção para a exportação e no auto-abastecimento de produtos básicos.

A resolução do Comité Central salienta que todos os membros da sociedade moçambicana, qualquer que seja o seu nível, têm que cumprir a tarefa essencial de assegurar a conquista dos objectivos do Plano. Serão realizadas discussões sobre o programa e será publicado um folheto onde estarão definidas as responsabilidades das células do Partido.



Edward Seaga

Jamaica – O novo regime direitista de Edward Seaga conta com o pleno apoio empresarial para pôr em prática a sua nova política económica. No entanto, surgem algumas dificuldades, entre outras, a demora em colocar de novo em funcionamento as fábricas que fecharam por falta de matérias-primas. No entanto, os financiamentos actuais em vez de repararem o sistema actual, orientam-se para outros horizontes: a exportação de manufacturados, aproveitando para isso o baixo custo da força de trabalho, e o desenvolvimento do turismo. Apesar das medidas entretanto adoptadas para atrair o capital estrangeiro, até agora os capitalistas internacionais têm-se mantido na expectativa para ver como se irá reorientar a economia no país. Desse modo, crê-se que a grande maioria dos créditos possam vir do Fundo Monetário Internacional (FMI) que muito ajudou para afastar Michael Manley do governo.

Moçambique – Foi efectuada uma reunião com a participação de oito fábricas de processamento de caju – um dos produtos de maior peso na economia moçambicana – com a finalidade de encontrar soluções que garantam um melhor aproveitamento da fruta. A iniciativa do encontro partiu do Secretário para a Política Económica da FRELIMO, Marcelino dos Santos, após a constatação de algumas irregularidades no funcionamento das fábricas. O dirigente moçambicano anunciou que nos próximos anos serão plantadas 6,9 milhões de unidades dessa variedade de árvore frutífera. Actualmente a castanha de caju contribui com aproximadamente 15% para a balança comercial. O país possui 14 fábricas de processamento, sendo oito delas estatais e que fazem parte da empresa governamental «Caju de Moçambique».

Portugal – Delegações sindicais e de intelectuais portugueses deslocaram-se, durante o mês de Fevereiro, à embaixada norte-americana em Lisboa para manifestarem a sua solidariedade com o povo de El Salvador. Nas moções entregues aos representantes diplomáticos de Washington protesta-se contra o apoio deste país à «Junta sanguinária instalada no poder em El Salvador» e a intervenção militar «planeada e concretizada com o apoio dos círculos belicistas norte-americanos». Solidarizando-se com a «luta dos trabalhadores e do povo salvadorenho pela conquista da liberdade, da democracia e da independência», as forças progressistas portuguesas invocam a constituição do seu país que reconhece «o direito dos povos à insurreição contra todas as formas de opressão, nomeadamente contra o colonialismo e o imperialismo».



Alfredo
Stroessner

Paraguai – Encontram-se presos em Assunção, sem acusação formal, cerca de 40 argentinos, dois uruguaios e dois chilenos, denunciou recentemente o advogado Francisco Vargas, membro da Associação de Advogados Latino-Americanos para a Defesa dos Direitos Humanos (AALA). Francisco Vargas afirmou que a repressão política no Paraguai se intensificou depois da morte de Anastácio Somoza, o ex-ditador nicaraguense, prendendo-se pessoas sem acusação prévia, com base no artigo 79.º da Constituição paraguaia, que confere esse poder ao presidente da República Alfredo Stroessner.

Mauritânia – Segundo o novo projecto constitucional divulgado recentemente pelo «Comité Nacional de Salvação Nacional», que governa a Mauritânia desde o golpe de Estado de 1978, o país adoptará um sistema multipartidário, transformando-se numa «República Islâmica Parlamentar». O projecto define a adesão da Mauritânia ao islamismo e aos princípios democráticos, assim como a eleição pelo voto de um Presidente da República e de uma Assembleia, bem como define a figura de um Primeiro-Ministro e de um Conselho Constitucional. O projecto assegura ainda todas as formas de liberdade de expressão, de associação e de adesão às organizações sindicais. Foi já também anunciado o novo governo mauritano, de 16 membros, presidido por Sid Ahmed Ould Benjijara, ex-ministro das Finanças e governador de Nouadhibou.

Golfo Árabe – O secretário de Informação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente revelou que o Golfo Árabe é hoje considerado como a zona mais poluída do mundo, com uma taxa 47 vezes superior à de qualquer outra área do planeta. Aquele responsável explicou ainda que esta situação se deve à falta de uma discussão séria no Golfo e a um planeamento feito com antecedência. Manifestaria, porém, a esperança de que os estudos que estão a ser realizados actualmente contribuam para a formulação de um plano com o objectivo de eliminar a contaminação.



O general Chazli

Egipto – Durante uma reunião de representantes da Frente de Libertação e das Forças Nacionais, organizações da resistência, realizada em Aden, capital iemenita, o general Saad Eddin Al-Chazli, líder da segunda daquelas organizações, afirmou que a sua organização recorrerá à violência revolucionária para derrotar o regime de Sadat. Na ocasião, aquele prestigiado militar e antigo embaixador em Lisboa, reafirmou a defesa da causa árabe, apontando como principais pontos o problema palestino e a luta contra o regime egípcio.

Chile – Uma resolução baseada nas linhas gerais do Papa João Paulo II sobre os direitos humanos, que excomunga automaticamente os responsáveis por torturas, foi anunciada pelos bispos chilenos Carlos Camus, Alejandro Jimenez, Sergio Contreras e Juan Luís de Arce, das dioceses de Talca, Liñares, Temuco e Ancud, respectivamente. Os bispos afirmaram que a medida foi tomada por haver conhecimento de que «continua entre nós o delito da tortura». A excomunhão dos responsáveis, segundo os religiosos, é para «que se obtenha a correcção daqueles que perturbam a ordem ditada por Deus». A medida excomungatória não só atinge quem a pratica, mas também quem a incita, ordena ou aquele que nada faz para impedi-la.

telex telex telex telex telex

Suécia – O jornal *Midagge*, porta-voz do Partido Comunista Sueco, denunciou que o Departamento Topográfico do país deverá prover o exército norte-americano de materiais que poderão ajudar os Estados Unidos na programação de rota de mísseis através da Suécia. Entre esses materiais contar-se-iam mapas de grande importância, extremamente detalhados.

Sri Lanka – A Nestlé – multinacional de produtos manufacturados de leite, alimentos e queijos – iniciou formalmente as suas actividades no país com o apoio oficial do governo. A Nestlé é uma das companhias transnacionais que se implantou no Sri Lanka desde que o presidente Junius Jayewardene assumiu o poder, em 1977, introduzindo uma política económica liberal, segundo as recomendações do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial.

Nicarágua – Foi confirmada a evasão de divisas em ouro após investigações policiais sobre a actividade de comerciantes que vinham a atentar contra a economia nacional. Tomás Sujo Selva, operador de divisas em Manágua, confessou ter efectuado transacções no valor de 50 mil dólares na compra de ouro que saía ilegalmente do país. Essa actividade levava-o constantemente ao Panamá, onde fechava operações de compra e venda com os irmãos Germán e Augusto Munkel. Mais de 11 quilos de ouro foram negociados ilegalmente e Sujo Selva é um dos vários «comerciantes de dólares» actualmente detido pelas autoridades nicaraguenses. A maior parte dos detidos pertence à iniciativa privada do grande capital que à sombra dos seus negócios encobrem actividades ilegais.

Chile – A presidente da **Corporação de Estudos Nacionais e filha do ditador chileno, Lucia Pinochet, afirmou em entrevista ao semanário Hoy** que o seu país «não pode voltar ao passado» em referência a um possível retorno à democracia. No entanto, o «rebento» do ditador seria mais explícito: «Defender o sufrágio universal é neste momento um *bluff*».

«Foi a democracia liberal que nos levou ao marxismo», afirmaria Lucia Pinochet durante a entrevista, para prosseguir: «Temos de procurar outro tipo de democracia, que seja forte». Depois de assegurar que «a política não pode ser o mais importante, o centro da vida», a filha de Pinochet revelou ao semanário que o «plebiscito foi um tipo de eleição» mas que, de futuro, o país terá uma qualquer outra forma de eleição, «mesmo que seja indirecta».



Distribuindo jornais, revistas e livros, bem como material didáctico e escolar, a EDIL contribui para a formação cultural do povo de Angola. A EDIL é a distribuidora exclusiva dos «Cadernos do Terceiro Mundo» para todo o território angolano.

**Empresa Distribuidora Livreira
Caixa Postal 1245
Luanda — República Popular de Angola**

Aníbal Sampayo cantor e militante

Depois de oito anos de prisão nos cárceres uruguaios, o compositor popular Aníbal Sampayo reafirma o compromisso com a luta do seu povo

Alicia Hernández

«**P**OBRE do cantor dos nossos dias que não arriscar as suas cordas para não arriscar a sua vida», dizem os versos de uma canção hoje popularizada por muitos cantores latino-americanos.

Aníbal Sampayo arriscou as suas cordas e a sua vida. Bebendo no folclore uruguaio a vida sofrida e amargurada do homem do povo, tomando por base os ritmos tradicionais como a *milonga* ou a *huella*, criou uma temática nova que reflecte as inquietudes e necessidades do povo.

Um dos precursores do Festival de Cosquín, na cidade de Córdoba (Argentina), o seu início como cantor data de 1948. A influência da música paraguaia, produto da sua estadia na terra guarani, levou-o a incorporar a harpa como instrumento. Nascem assim **El Pescador, Canción de verano e remo**, que posteriormente seriam difundidas por Jorge Cafume, Los Fronterizos e Los Trovadores del Norte, todos eles excelentes expoentes do canto popular ar-

gentino. No começo da década de cinquenta, actua no Brasil, na Rádio Farroupilha, juntamente com Chico Alves e Linda Batista.

«As minhas canções têm uma particularidade, diz Sampayo. Todas elas têm algo de denúncia, de testemunho. A paisagem, a fauna, a flora circundam o homem, emolduram-no como o fundamental».

Muito antes que se falasse formalmente de «música de protesto», já o uruguaio Aníbal Sampayo a criava. Em 1962-63 surgem **Garzas viajeras, Coplitas del pescador, Patrón, Senhor presidente**.

Em muito pouco tempo surgia no Uruguai uma vasta gama de cantores populares: «O povo necessitava dessa música. Sentia a necessidade de gritar a injustiça, clamar por um mundo melhor, por uma sociedade melhor. O alimento desses cantores foi o povo, transmitindo as suas ansiedades através do canto. Vesti-las de música e levá-las de novo ao povo. Este povo sente-se identificado com estas canções, reconhece-

-as novamente e canta-as como suas», explica Sampayo.

Em 1967 é convidado especialmente para o Festival da Canção de Protesto em Cuba. «Esse encontro — afirma — significou para mim uma experiência muito importante. A possibilidade de conhecer artistas de todas as partes do Mundo, fortaleceu em mim uma concepção mais universal do canto e da necessidade de uma aproximação entre nós, que estamos no mesmo caminho, pela defesa da cultura, que é também a causa justa da liberdade de expressão e pensamento dos povos».

Um certo comprometimento

Oito anos e dois meses foi a condenação de Sampayo. Militante do Movimento de Libertação-Tupamaros, como milhares dos seus compatriotas, conheceu a tortura e a dureza das condições de vida nas prisões da ditadura. «Essa experiência, afirma, foi grande e dolorosa, mas frutificou em mim, com

força, ao ver muitos companheiros que nos momentos mais difíceis e sangrentos tinham sempre uma palavra de ânimo para os outros». E acrescenta: «esses companheiros excepcionais são os que procuravam fazer com que a prisão se tornasse menos penosa; aqueles que nos faziam compreender que o Mundo não terminava aí, que temos e contamos com o apoio da opinião pública internacional».

Referindo-se a algumas das poucas alegrias que recebeu dentro da prisão, disse: «na prisão, inteiramo-nos da vitória do povo nicaraguense. Eu pensei sempre que a Nicarágua venceria, pois o triunfo dos povos é impossível de deter. Na Nicarágua, deu-se a verdadeira expressão popular. Todas as camadas, todos os sectores, todas as ideologias se uniram para derrubar a ditadura».

«Eu tinha comigo uma viola. Mas não podia nem compor nem tirar nada cá de dentro. Tudo que escrevia era requisitado e destruído. O que se podia fazer era muito limitado.

Mesmo assim, tenho algumas canções que são produto dessa situação. Muitas foram feitas, apesar de tudo, dentro da colónia penal e em circunstâncias muito difíceis. Tinha-se que memorizar as letras que iam surgindo, em momentos em que a situação era, de manhã à noite, um verdadeiro pesadelo».

Novas vozes, velhos ritmos

Novas gerações de cantores populares continuam hoje a manter vivas no ouvido do povo as canções de Anibal Sampayo. Apesar da proscricção expressa e a censura às suas letras, Mercedes Sosa, por exemplo, continuou o incluí-lo no seu repertório.

O interregno de oito anos de prisão



Uma histórica (e velha) foto na vida de Anibal Sampayo e da canção de intervenção latino-americana. O cantor (à esquerda) quando actuava no Festival da Canção de Protesto, em Cuba, 1967

fez Sampayo reflectir profundamente, em particular, sobre o caminho a percorrer pelos novos poetas e pelas novas vozes que nascem, escapando à repressão.

«A arte e o compromisso — afirma — estão estreitamente ligados. A um maior compromisso social corresponde uma melhor criação artística. O povo é possuidor de uma verdade e de uma experiência insubstituíveis. Portanto, quanto maior é o compromisso e a integração do artista com o povo, é inevitável e imprescindível que o criador faça suas as necessidades e os direitos da sua gente. Por isso, o artista necessita ser livre, entendendo a liberdade como o conhecimento das necessidades humanas. Eu diria, a todos os jovens que cantam, que a

única maneira de servir é militar politicamente, experiência através da qual o homem vai-se formando junto aos demais companheiros.»

Proibido de cantar, «inclusive em rodas de amigos», Sampayo viu-se obrigado a abandonar o Uruguai depois de ser libertado. «Mas eu penso — disse — continuar a fazer o que sempre fiz: compor, cantar, participar em actos culturais. Gostaria imensamente de reencontrar-me com Viglietti, Zitarrosa, dar-lhes um grande abraço e pedir-lhes, a todos esses cantores, como Mercedes Sosa, que lutem por todos os que sofrem, pelos que estão encarcerados e não têm liberdade. Quero ajudar todos aqueles que, no mundo inteiro, se estão a «mexer» para derubar a ditadura uruguaia. □

DAVAR

Há 20 anos na vanguarda do intercâmbio entre o Brasil e o Terceiro Mundo.

Assegurando sempre a qualidade dos produtos que exportamos para África, América Latina e Oriente Médio, aumentamos nosso faturamento 15 vezes nestes últimos 3 anos.

Oferecemos nossos produtos a preços competitivos, colaborando assim para a nova ordem econômica internacional, que serve aos interesses exclusivos dos países em desenvolvimento.



Nossa linha de produtos de exportação é cada vez maior. Atualmente estamos exportando: máquinas, equipamentos, implementos agrícolas, veículos em geral, material elétrico e eletrônico, móveis para escritório, material de segurança para o trabalho, material de elevação (empilhadeiras, pontes-rolantes, guindastes) prods. siderúrgicos, prods. químicos, materiais de construção, prods. médicos, odontológicos e hospitalares, alimentos, têxteis, papel e outros manufaturados.

*DAVAR S.A. Indústria e Comércio Telex (011) 24-549, 311-117 DAVR BR.
Av. Presidente Wilson, 3116, - 04220 - São Paulo - SP - Brasil. Fonel(011) 274-9411*

*Os diamantes
de Angola
são mais
brilhantes*

*Estão agora a serviço do povo
e da reconstrução nacional*

Companhia de Diamantes de Angola

ei toro

“Na CIMANGOLA
trabalhamos pela
nossa independência
econômica e
pela da África”



Desta empresa, uma das maiores do continente, 90% das exportações vão para a Nigéria, Congo, Madagáscar, Gabão e, em breve, para a Líbia.

CIMANGOLA - U.E.M.
ex-SECIL DO Ultramar

Avenida 4 de Fevereiro nº 42 - 2º andar •
Tel.: 71190 • Luanda
Fábrica: Estrada do Cacuaco • Tel.: 71100
Telex 3142 - CIMENTO AN • C.P. 2532

